



DOSSIÊ “POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA”

DOSSIER “CULTURAL POLICIES IN LATIN AMERICA”

Desculturalizar a cultura:

Desafios atuais das políticas culturais

“Desculturalizar” *the culture*:

Cultural policies’ contemporary challenges

VICTOR VICH

As culturas populares nas políticas culturais:

Uma disputa de sentidos

Popular cultures in cultural policies:

A dispute of meanings

JOCASTRA BEZERRA
ALEXANDRE BARBALHO

Políticas Culturais e Território na América Latina:

Diálogos conceituais entre Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch e Milton Santos

Cultural Policies and Territory in Latin America:

Conceptual dialogues between Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch and Milton Santos

JUAN IGNACIO BRIZUELA
JOSÉ MÁRCIO BARROS

Políticas culturais, processos semióticos:

A bandeira e a Festa do Divino em Mogi das Cruzes, São Paulo

Cultural policies, semiotic processes:

The flag and the Holy Ghost Feast in Mogi das Cruzes, São Paulo

MARCIA DAS DORES CUNHA ALVES VALIM
ROSÁLIA MARIA NETTO PRADOS
LUCI MENDES DE MELO BONINI

Análisis de programas nacionales de Extensión Universitaria en América Latina:

Hacia la Inclusión y la Ciudadanía Cultural

Analysis of national programs of University Outreach in Latin America:

Towards Inclusion and Cultural Citizenship

AHTZIRI MOLINA ROLDÁN
ALDO COLORADO CARVAJAL
SHAILA BARRADAS SANTIAGO
PATRICK FOWLER

RESENHAS REVIEWS

A civilização do espetáculo:

Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura (de Mario Vargas Llosa)

ANDRESSA PAULA DE ANDRADE

O surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais:

Reflexões iniciais para construção de tipologias

The emergence of the Culture and Cultural Policies Observatories:

Initial reflections for typologies construction

CLARISSA SEMENSATO

Desculturalizar a cultura:

La gestión cultural como forma de acción política (de Victor Vich)

MÓNICA BERNABÉ

PragMATIZES

Revista Latino Americana de Estudos em Cultura

Ano V nº 8 - out/2014 a mar/2015

EDITORES

1. Flávia Lages, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil
2. Luiz Augusto Rodrigues, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil
3. Ana Enne, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Estudos de Mídia, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

1. Adriana Facina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Brasil
2. Cristina Vital, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Sociologia, Brasil
3. Danielle Brasiense, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Comunicação, Brasil
4. João Domingues, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil
5. José Maurício Saldanha Alvarez, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Estudos de Mídia, Brasil
6. Leandro Riodades, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Artes e Estudos Culturais, Brasil
7. Leonardo Guelman, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil
8. Livia de Tommasi, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Sociologia, Brasil
9. Lygia Segala, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Fundamentos Pedagógicos, Brasil
10. Marilido Nercolini, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Estudos de Mídia, Brasil
11. Paulo Carrano, Universidade Federal Fluminense, Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento, Brasil
12. Rossi Alves, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Artes e Estudos Culturais, Brasil
13. Wallace de Deus Barbosa, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

1. Adair Rocha, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, Brasil
2. Alberto Fesser, Socio Director de La Fabrica em Ingenieria Cultural / Director de La Fundación Contemporánea, Espanha
3. Alessandra Meleiro, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
4. Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal do Ceará, PPG Cultura e Sociedade, Brasil
5. Allan Rocha de Souza, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Direito / UFRJ/PPG em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Brasil
6. Angel Mestres Vila, Universitat de Barcelona, Master en Gestión Cultural / Director geral de Transit projectes, Espanha
7. Antônio Albino Canela Rubin, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências / Pesquisador do CNPq, Brasil
8. Carlos Henrique Marcondes, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Brasil
9. Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Administração / Pesquisadora do CNPq, Brasil
10. Daniel Mato, Universidade Nacional Tres de Febrero, Instituto Interdisciplinario de Estudios Avanzados/CONICET: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina
11. Eduardo Paiva, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Múltiplos Meios, Mídia e Comunicação, Brasil
12. Edwin Juno-Delgado, Université de Bourgogne / ESC Dijon, campus de Paris, Facultad Gestión, Derecho y Finanzas, França
13. Fernando Arias, Observatorio de Industrias Creativas de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina
14. Gizlene Neder, Universidade Federal Fluminense, PPG em História, Brasil
15. Guilherme Werlang, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil
16. Guillermo Mastrini, Universidad Nacional de Quilmes, Maestría en Industrias Culturales, Argentina
17. Hugo Achugar, Universidad de la Republica, Uruguay
18. Isabel Babo - Universidade Lusófona do Porto, Portugal
19. Jaime Ruiz-Gutierrez, Universidad de los Andes, Colombia
20. Jeferson Francisco Selbach, Universidade Federal do Pampa, curso de Produção e Política Cultural, Brasil

21. José Luis Mariscal Orozco, Universidad de Guadalajara, Instituto de Gestion del conocimiento y del aprendizaje en ambientes virtuales, México
22. José Márcio Barros, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PPG em Comunicação, Brasil
23. Julio Seoane Pinilla, Universidad de Alcalá, Master Estudios Culturales, Espanha
24. Lia Calabre, Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil
25. Lilian Fessler Vaz, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG em Urbanismo, Brasil
26. Lívia Reis, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Brasil
27. Luiz Guilherme Vergara, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil
28. Manoel Marcondes Machado Neto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Administrativas, Brasil
29. Márcia Ferran, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Artes e Estudos Culturais, Brasil
30. Maria Adelaida Jaramillo Gonzalez, Universidad de Antioquia, Colômbia
31. Maria Manoel Baptista, Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, Portugal
32. Mariaíva Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação / Pesquisadora do CNPq, Brasil
33. Marta Elena Bravo, Universidad Nacional de Colombia – sede Medellín, Profesora jubilada y honoraria da Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, Colombia
34. Martín A. Becerra, Universidad Nacional de Quilmes / CONICET: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina
35. Mônica Bernabé, Universidad Nacional de Rosario, Maestría en Estudios Culturales, Argentina
36. Muniz Sodré, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação / Pesquisador do CNPq, Brasil
37. Orlando Alves dos Santos Jr., Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Brasil
38. Patricio Rivas, Escuela de Gobierno de la Universidad de Chile, Chile
39. Paulo Miguez, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Brasil
40. Ricardo Gomes Lima, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Cultura Popular, Brasil
41. Stefano Cristante, Università del Salento, Professore associato in Sociologia dei processi culturali, Italia
42. Teresa Muñoz Gutiérrez, Universidad de La Habana, Profesora Titular del Departamento de Sociología, Cuba
43. Tunico Amâncio, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Cinema, Brasil
44. Valmor Rhoden, Universidade Federal do Pampa, curso de Relações Públicas [com ênfase em Produção Cultural], Brasil
45. Víctor Miguel Vich Flórez, Pontifícia Universidad Católica del Perú, Maestría de Estudios Culturales, Peru
46. Zandra Pedraza Gomez, Universidad de Los Andes / Maestría em Estudios Culturales, Colômbia

EDITORES ASSOCIADOS JUNIOR:

1. Bárbara Duarte, doutoranda em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba
2. Deborah Rebello Lima, mestranda em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC, Fundação Getúlio Vargas / pesquisadora pela Fundação Casa de Rui Barbosa
3. Gabriel Cid, doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
4. Leandro de Paula Santos, doutorando em Comunicação pela ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro
5. Marine Lila Corde, doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
6. Sávio Tadeu Guimarães, doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro
7. Virginia Totti Guimarães, doutoranda em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / professora de Direito Ambiental (PUC-Rio)

CRIADOR DA MARCA:

Laert Andrade

DIAGRAMAÇÃO:

Ubirajara Leal

REALIZAÇÃO:

LABAC - Uff
Laboratório de Ações Culturais



APOIO:



PARCEIROS:



PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura.

Ano V nº 8, (OUT/2014 a MAR/2015). – Niterói, RJ: [s. N.], 2014.

(Universidade Federal Fluminense / Laboratório de Ações Culturais - LABAC)

Semestral

ISSN 2237-1508 (versão on line)

1. Estudos culturais. 2. Planejamento e gestão cultural.
3. Teorias da Arte e da Cultura. 4. Linguagens e expressões artísticas. I. Título.

CDD 306

Sumário

Summary

EDITORIAL

Políticas culturais num debate latino-americano

Cultural policies in a Latin American debate 06

DOSSIÊ “POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA”

DOSSIER “CULTURAL POLICIES IN LATIN AMERICA” 10

Desculturalizar a cultura: Desafios atuais das políticas culturais

“Desculturalizar” the culture: Cultural policies’ contemporary challenges

VICTOR VICH 11

Políticas Culturais e Território na América Latina: Diálogos conceituais entre Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch e Milton Santos

Cultural Policies and Territory in Latin America: Conceptual dialogues between Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch and Milton Santos

JUAN IGNACIO BRIZUELA | JOSÉ MÁRCIO BARROS 22

Análisis de programas nacionales de Extensión Universitaria en América Latina: Hacia la Inclusión y la Ciudadanía Cultural

Analysis of national programs of University Outreach in Latin America: Towards Inclusion and Cultural Citizenship

AHTZIRI MOLINA ROLDÁN | ALDO COLORADO CARVAJAL | SHAILA BARRADAS SANTIAGO | PATRICK FOWLER 37

O surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais: Reflexões iniciais para construção de tipologias

The emergence of the Culture and Cultural Policies Observatories: Initial reflections for typologies construction

CLARISSA SEMENSATO 55

As culturas populares nas políticas culturais: Uma disputa de sentidos

Popular cultures in cultural policies: A dispute of meanings

JOCASTRÁ BEZERRA | ALEXANDRE BARBALHO 67

Políticas culturais, processos semióticos: A bandeira e a Festa do Divino em Mogi das Cruzes, São Paulo

Cultural policies, semiotic processes: The flag and the Holy Ghost Feast in Mogi das Cruzes, São Paulo

MARCIA DAS DORES CUNHA ALVES VALIM | ROSÁLIA MARIA NETTO PRADOS | LUCI MENDES DE MELO BONINI 82

RESENHAS

REVIEWS 92

A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura (de Mario Vargas Llosa)

ANDRESSA PAULA DE ANDRADE 93

Desculturar la cultura. La gestión cultural como forma de acción política (de Victor Vich)

MÓNICA BERNABÉ 96

EDITORIAL

Políticas culturais num debate latino-americano

Deborah Rebello Lima¹

Luiz Augusto F. Rodrigues²

PragMATIZES lança sua oitava edição com um dossiê temático sobre *Políticas Culturais na América Latina*. Longe de querer atualizar o “estado da arte” sobre as reflexões sobre políticas latino-americanas para a cultura, nosso intuito é nos somarmos aos esforços que vêm sendo cada vez mais empreendidos na tentativa de consolidar o campo da pesquisa em cultura, em especial o campo da pesquisa em políticas culturais.

Fica cada vez mais evidente que não se pode tratar as ações em cultura sem considerar sua interdisciplinaridade. Assim como fica cada vez mais evidente que não se pode tratar as políticas culturais sem considerar sua intersectorialidade e sua transversalidade. Como aponta Victor Vich, em artigo publicado nesta edição: “A proposta de desculturalizar a cultura implica então em arrancar a cultura de sua suposta autonomia e utilizá-la como recurso para intervir na transformação social”.

Pensar a gestão de políticas culturais, acreditamos firmemente, pressupõe empreender procedimentos administrativos e operacionais, de diversos agentes, como aponta Nestor Garcia Canclini, em uma das definições basilares ao campo:

al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.³

No entanto, não se resume a processos administrativos. Implica na gerência de processos no campo da Cultura e da Arte, mas lhes vai além. Para melhor conceituarmos o campo da gestão de políticas culturais, podemos articulá-lo à idéia de mediação de processos de produção material e imaterial de bens culturais e de mediação de agentes sociais os mais diversos. Mediação que busca estimular os processos de criação e de fruição de bens culturais, assim como estimular as práticas de coesão social e de sociabilidade. Como indica Eduardo Nivón Bolán, o levante da temática de políticas culturais aponta para este olhar ampliado sobre a importância das ações culturais:

el tema de la política cultural há alcanzado um lugar de notable

centralidade en el marco de las tareas de los gobiernos federal, estatales y municipales del país. Esto se debe en gran parte al reconocimiento del fuerte impacto económico que tienen la cultura tradicional, las industrias culturales y el patrimonio, así como a los cambios ocurridos en la relación entre el trabajo y el tiempo libre en las sociedades urbanas.⁴

Pensar ações em cultura pressupõe, também, focalizar a questão do território, em suas dimensões de produção, recepção e percepção, tanto dos espaços quanto das relações que neles se dão; e como afirma Rogério Haesbaert, apoiado em Henri Lefebvre: “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”⁵. Nosso recorte temático na América Latina indica esta compreensão territorial como relevante para a percepção de características identitárias semelhantes e que podem fornecer subsídios para compreensões mais amplas de modelos e exemplos de gestão existentes no contexto contemporâneo.

Como operar neste campo de modo sistêmico? Simples... Entendendo que as realidades culturais – e todas são – precisam ser diagnosticadas segundo “escutas” precisas e desprendidas de ideias pré-concebidas. Entendendo que a realidade nos fornece a possibilidade que precisamos para ver

e aprender com ela, sendo justamente este espaço de mediação que a torna concreta, conquanto possamos abrir devidamente olhos e ouvidos. Sentir potenciais, responder anseios e mesmo ampliá-los, reconhecer diferentes e particularizados modos de agir e de sentir. Planejar segundo os fazeres e os quererem que os diversos indivíduos e grupos deixam aflorar de seus cotidianos. E, como apontam Barbalho e Bezerra em artigo deste dossiê: “Entendendo que a política cultural define conceitos e significados em um campo de enfrentamentos [...] [entendo] o discurso como prática social, constituído de poder e ideologias. O discurso é, assim, capaz de construir dimensões sociais de conhecimento, relações e identidades sociais [...]”

Barros e Brizuela, em outro artigo deste dossiê, destacam a definição dada por Néstor García Canclini em fins dos anos 1980 e ainda uma referência hoje em dia, na qual os autores chamam atenção para “o fato de afirmar não ser o Estado o único agente das políticas culturais, envolvendo também diversas instituições civis e comunitárias organizadas”. Ou seja, política cultural é assunto de todos! E destacam, ainda, que: “estas políticas são aplicadas para obter um determinado consenso, seja para manter uma ordem ou cânone preestabelecido, ou para construir vias alternativas que permitiriam uma transformação desse status quo”.

A formação e capacitação nas áreas de organização da cultura vêm crescendo, mundialmente. As termi-

nologias ainda são muito diferenciadas, por exemplo quando se denomina *gestão cultural* percebe-se tanto o foco na administração de espaço culturais, na organização e gestão de eventos, quanto na gestão de políticas culturais. Em mapeamentos desenvolvidos anteriormente⁶ (2012 e 2013), pode-se identificar que o maior quantitativo de cursos superiores no Brasil são graduações tecnológicas em gestão de eventos (67% do total de 52 cursos). Em relação à pós-graduação, ainda é bem baixo o quantitativo de programa *stricto sensu*, ficando os cursos *lato sensu* responsáveis por 76% da oferta, muitos oferecidos segundo demanda de inscritos. O foco internacional se deu nos cursos de gestão cultural e das artes, identificando-se maior expressividade principalmente na Argentina e no México, para nos atermos à América Latina. Ressalte-se que o campo da formação em setores da organização da cultura é, de todo modo, ainda bem baixo, sendo esta, por exemplo, uma preocupação das políticas públicas de cultura no Brasil, cujas metas apontadas no Plano Nacional de Cultura prevêem formação em diferentes níveis e focos. Uma questão que merece grande atenção, sobretudo pela capilaridade social permitida, é a extensão universitária, tema do artigo de Ahtziri Roldán e equipe. Como apontamos autores: “*Este artículo busca hacer una revisión comparativa de los elementos y modos de proceder fundamentales de las políticas nacionales de la Extensión Universitaria en cinco países del continente: México, Argentina, Brasil, Colombia y Venezuela. Estas políticas serán analizadas a la luz de los concep-*

tos de ciudadanía cultural y democratización del acceso a los conocimientos universitarios [...]”.

O artigo de Clarissa Semensato busca trazer contribuições para categorização dos observatórios de cultura e de política cultural, mas a própria autora adverte que “quando se trata de cultura e políticas culturais é possível ver uma multiplicidade de modelos surgindo, sejam eles subcategorias desses dois grandes conjuntos, ou ainda formatos que não são contemplados por eles”.

A potência dos estudos no campo cultural vem ilustrada nesta edição pelo artigo de Barbalho & Bezerra ao focar a disputa de sentidos das culturas populares, assim como pelas reflexões de Luci Bonini *et. al.* sobre processos semióticos em rito popular. Em O esvaziamento da cultura, Andressa Andrade nos brinda com resenha do livro de Mario Vargas Llosa intitulado *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*.

Ainda no setor de resenhas, temos a oportunidade de “ler”, sob o olhar atento e inteligente de Mônica Bernabé, apreciações sobre o livro resultante do aprofundamento de Victor Vich a partir de artigo também apresentado neste dossiê.

Estamos certos de que as reflexões aqui contidas nesta edição de pragMATIZES dão mais um passo na consolidação do campo da pesquisa em cultura, em especial o campo da pesquisa em políticas culturais. Esperamos contribuir para outros diálogos e reflexões.

1 Deborah Rebello Lima, Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora em estudos de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. Contato: deborahrebellolima@hotmail.com

2 Luiz Augusto Fernandes Rodrigues, Rio de Janeiro, Brasil. Professor Titular do Departamento de Arte e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense. Contato: luizaugustorodrigues@id.uff.br

3 GARCIA CANCLINI, Néstor. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel. Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 69-81.

4 BOLÁN, Eduardo Nivón. La política cultural. Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006. p. 11.

5 HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 57.

6 Para o caso brasileiro, o Mapeamento Formação em Gestão, Produção Cultural e Entretenimento, desenvolvido por Luiz Augusto Rodrigues em parceria com a Associação Brasileira de Gestão Cultural (ABGC), pode ser acessado em <http://www.gestao-cultural.org.br/pdf/Apresentacao-ABGC-Mapeamento-set2012.pdf>

Dossiê
*“Políticas culturais
na América Latina”*

Desculturalizar a cultura: Desafios atuais das políticas culturais

Desculturalizar la cultura – retos actuales de las políticas culturales¹

“*Desculturalizar*” the culture - cultural policies’ contemporary challenges

Victor Vich²

Palavras chave:

Cultura

Políticas culturais

Imaginários

Resumo:

O presente artigo combina a reflexão acadêmica com a proposta política. Retoma a pergunta sobre a importância das políticas culturais e tem como objetivo fundamentar uma nova resposta. Sustenta que as políticas culturais não podem concentrar-se unicamente na pura organização de eventos. Mas além do fomento à produção cultural, do estabelecimento de melhores mecanismos para sua circulação e de dirigir-se a públicos diferenciados, o ensaio aposta numa política cultural que aponte a desconstrução dos imaginários hegemônicos, vale dizer, à intenção de intervir naqueles sentidos comuns que se encontram profundamente arraigados nos hábitos sociais. Se o capitalismo contemporâneo embasa boa parte de seu poder na dominação simbólica, este ensaio entende que os símbolos da cultura em geral são igualmente um lugar de resposta.

Resumen:

El presente artículo combina la reflexión académica con la propuesta política. Retoma la pregunta sobre la importancia de las políticas culturales e intenta fundamentar una nueva respuesta. Sostiene que las políticas culturales no pueden concentrarse únicamente en la pura organización de eventos. Más allá del fomento a la producción cultural, del establecimiento de mejores mecanismos para su circulación y de dirigirse a públicos diferenciados, el ensayo apuesta por una política cultural que apunte a la deconstrucción de los imaginarios hegemónicos, vale decir, al intento por intervenir en aquellos sentidos comunes que se encuentran hondamente afianzados en los habitus sociales. Si el capitalismo contemporáneo basa buena parte de su poder en la dominación simbólica, este ensayo entiende que los símbolos y la cultura en general son igualmente un lugar de respuesta.

Palabras clave:

Cultura
Políticas culturales
Imaginários

Keywords:

Culture
Cultural policies
Imaginary

Abstract:

This article combines the academic reflection with the proposed policy. Resumes the question about the importance of cultural policies and aims to build a new reply. Maintains that cultural policies cannot focus solely on pure organizing events. But in addition to the promotion of cultural production, the establishment of better mechanisms for their movement and addressing different audiences, the essay in a bet cultural policy that aims the deconstruction of imageries, that is to say, the hegemonic intent to intervene in those common senses which are deeply entrenched social habits. If the contemporary capitalism bases much of his power in symbolic domination, this essay considers that the symbols of the culture in general is also a place to reply.

Desculturalizar a cultura: Desafios atuais das políticas culturais

Eu trago aos homens um presente.
- Não lhes traga nada, - disse o santo –
antes, tire-lhes algo!
(Friedrich Nietzsche, Assim falava Zaratustra)

É dever das políticas culturais fomentar a produção cultural, organizar eventos e oferecer uma maior circulação dos objetos culturais? Ou são, melhor, encarregadas de tirar algo das populações? Se for assim, o que as políticas culturais deveriam tirar? Ou, melhor dizendo, como tirar algo da cultura com os próprios elementos da cultura? Este ensaio, herdeiro de uma tradição latinoamericana de propostas a este respeito, insiste na necessidade de posicionar a cultura longe dos debates estritamente culturais ou culturalistas para dar-lhe um invólucro de agente chave na mudança social. Trata-se de promover a articulação entre cultura, democracia e cidadania, a fim de que as políticas culturais possam converter-se em dispositivos centrais para a transformação das relações sociais existentes.

Tal projeto passa por questionar todas aquelas teorias que continuam definindo a cultura como um campo independente e autônomo na evolução social. Desde Weber sabemos bem que foi o discurso da modernidade o que desligou o âmbito cultural de sua inserção em todas as dimensões da vida social, o que segmentou o conhecimento e o que construiu o espaço da arte como um lugar autônomo. Foi, de fato, a modernidade que inventou as esferas sociais (a política, a economia, a cultura) como lugares compartimentados e autossuficientes, e foi ela que restringiu aos especialistas a abordagem delas (GRIMSON, 2011, p. 39-40).

Por isso há que insistir que uma definição mais correta da cultura é aquela que provém da antropologia contemporânea, e que afirma que se trata do dispositivo socializador a partir do qual nós seres humanos nos constituímos como tais; a cultura é aquele agente que estabelece e regula a forma com que se praticam as relações sociais. A cultura é aquela que codificou nossas ideias a respeito da diferença sexual, racial, ou nossas relações com a natureza, só para citar alguns exemplos. A cultura preexiste aos sujeitos, e estes se constituem no interior dela, a partir de suas regulações e discursos. A cultura produz desejos, leis e práticas, a partir dos quais são geradas as estruturas de pensamento e as subjetividades que as habitam.

Portanto, longe de entendê-la como uma instância encarregada somente pela simbolização daquilo que existe, deve-se conceber a cultura como um dispositivo que contribui para produzir a realidade e que funciona como um suporte para esta. Neste sentido, qualquer projeto de política cultural deve entender a cultura não tanto pelas imagens que representa, mas pelo que faz e o que boa parte da cultura faz é produzir sujeitos e produzir (e reproduzir) relações sociais. A partir desta perspectiva, as políticas culturais devem propor sua própria ação pública, optando por posicionar-se em debates muito mais amplos que aqueles estritamente definidos pelo desenvolvimento profissional (e acadêmico) do campo em questão.

Em princípio, as políticas culturais devem observar aquilo que está enraizado no mundo social como um *habitus* e uma prática cotidiana (BOURDIEU, [1979] 1988). Quer dizer, trabalhar em políticas culturais envolve localizar esses significados instalados no senso comum, que sustentam a ordem social. A sustentam mediante diferentes práticas que geram estruturas de usufruto que corroem o vínculo social. Na minha opinião, um dos objetivos mais importantes das políticas cul-

turais deve consistir em tentar desconstruir esses significados (esses fantasmas) para propor novas identificações políticas.

Por desculturalizar a cultura, eu me refiro a uma longa estratégia de pensamento e ação que vem sendo promovida na América Latina há algumas décadas, e que deveria consistir em pelo menos duas proposições: posicionar a cultura como um agente de transformação social e revelar as dimensões culturais de fenômenos aparentemente não culturais³. Este artigo tem a intenção de fundamentar algumas ideias de ambas as posições. Basta dizer que esta proposta assume que a cultura é algo que serve para algo e que podemos utilizá-la como um recurso com diferentes propósitos de intervenção social (YÚDICE, 2003; SOMMER, 2006). Por essa razão, este artigo insiste na necessidade de incluir as políticas culturais em políticas de maior alcance, e optar por geri-la nos espaços locais, que são justamente aqueles onde se pode propor uma verdadeira agenda de participação cidadã. Trata-se, em última instância, de desafiar todas aquelas políticas culturais para as quais a cultura é algo puro e autônomo, e que continuam entendendo seu trabalho como a simples gestão de espetáculos com muito poucos riscos políticos.

Para que servem as políticas culturais? Qual o seu papel como ferramenta de governo e de gestão pública? Como implementá-las? Partamos de uma primeira afirmação: propor uma agenda em política cultural não tem somente a ver com fomentar a produção simbólica e buscar democratizá-la. Isto sem dúvida é urgente, mas penso que se torna indispensável apontar para um novo lugar. Para explicar qual é esse lugar, vou realizar uma breve análise de conjuntura política.

Como poucas vezes em sua história, o Peru vive atualmente um período de grande estabilidade macroeconômica, um momento de muitos investimentos e

de grandes lucros; um momento que gerou um discurso de muita fé no futuro. No entanto, além dos bons indicadores econômicos, não é possível afirmar que hoje se viva melhor no Peru, quer dizer, que a sociedade tenha uma melhor qualidade de vida e que está se tornando mais justa e menos violenta. Podemos dizer, por exemplo, que no Peru atual há menos racismo, mais equidade de gênero, menos individualismo e mais solidariedade entre as pessoas? É óbvio que não. Pelo contrário, todos os dias aparecem notícias que demonstram que o Peru segue sendo uma sociedade marcada pela falta de senso de justiça e pela intensa precarização do trabalho; uma sociedade colonizada por uma só maneira de entender o progresso, e cheia de preconceitos culturais.

“Não subimos, acaso para baixo?” É um impactante verso de César Vallejo que hoje podemos ler como uma crítica ao projeto clássico da modernidade ocidental (VALLEJO, 1988, p. 197). Refiro-me a que, com esta imagem, Vallejo questiona um ideal de progresso que termina sempre revertendo contra si mesmo. Longe das grandes promessas da modernidade, o certo é que as sociedades atuais seguem caracterizando-se pela perda da confiança no Estado como garantia do vínculo social, pela debilidade do mesmo frente aos poderes econômicos, pela perda de controle frente a muitas das dinâmicas econômicas (e frente à própria tecnologia), pela precariedade dos direitos trabalhistas e pela falta de uma real participação política que mostre as possibilidades da sociedade civil organizada. É claro que hoje assistimos a uma crise silenciosa que também é consequência de se ter deixado de lado a cultura.

Estão sendo feitas trocas drásticas naquilo que as sociedades democráticas ensinam a seus jovens, mas se tratam de trocas que ainda não se submetem a uma análise profunda. Sedentos por dinheiro, os estados nacionais e

seus sistemas de educação estão descartando, sem que se perceba, certas atitudes que são necessárias para manter viva a democracia. Caso se prolongue esta tendência, as nações de todo o mundo em breve produzirão gerações inteiras de maquinarias utilitárias, em vez de cidadãos sensatos com capacidade de pensar por si mesmos, avaliar criticamente as tradições e compreender a importância das realizações e sofrimentos alheios. O futuro da democracia mundial está por um fio. (NUSSBAUM, 2010, p. 20)

O progresso (entendido somente como a pura maximização do lucro) se converteu no fetiche da modernidade e por essa razão toda a política cultural deveria apontar para tentar desconstruí-lo, neutralizando muitos dos princípios que o sustentam. Por que? Porque vivemos em sociedades profundamente fragmentadas e desiguais cujos principais antagonismos constitutivos podem também ser entendidos como problemas culturais. Refiro-me, por exemplo, a que a corrupção, o autoritarismo, o racismo, entre outros, são problemas relacionados ao estilo de vida, à cultura, e que é aí que é preciso intervir. Vou dizer de maneira diferente: hoje, em muitos dos nossos países, observamos que são gerados grandes projetos de investimento público em distintas esferas (em segurança, em mineração, em transporte, por exemplo), mas não existem iniciativas para reformular nossas ideias sobre a justiça social, combater o racismo, o machismo, só para citar os temas clássicos. Em suma, inexistem projetos públicos para promover novos modelos de identidade sob novos ideais de comunidade.

A partir deste ponto de vista, o que todo projeto de política cultural deve ter em conta é que a cultura é um dos principais espaços onde estas práticas se enraízam, no qual estes poderes autoritários se estabelecem, mas curiosamente,

a cultura é também o espaço onde tudo isso pode ser radicalmente questionado (RICHARD, 2005). Ou seja, além de haver definido a cultura como um *habitus* herdado, ela também pode ser um lugar de resposta à hegemonia oficial, uma maneira de desidentificar-se com o estabelecido e promover a partir daí uma maior visibilidade sobre os poderes que nos constituem e que se reproduzem socialmente.

Se é através da imaginação que hoje o capitalismo disciplina e controla os cidadãos contemporâneos, sobretudo através dos meios de comunicação, é também a imaginação a faculdade através da qual emergem novos padrões coletivos de dissidência, descontentamento e questionamento dos padrões impostos pela vida cotidiana, através dela também vemos emergir novas formas sociais não predatórias como as do capital, formas construtoras de novas convivências humanas. (APPADURAI, 2000, p. 7).

Agora, como pode a política cultural intervir nos vínculos humanos? Que significa isso? Neste momento posso enumerar pelo menos duas estratégias possíveis: dando mais visibilidade sobre como se exerce o poder e promovendo representações destinadas a desestabilizar os imaginários hegemônicos. Começarei então pelo primeiro ponto: quem tem o poder? Quem são os excluídos?

Uma política cultural verdadeiramente democrática deve propor-se a abrir espaços para que as identidades excluídas acessem o poder de representar-se a si mesmas e de significar sua própria condição política participando como verdadeiros atores na esfera pública. Ou seja, as políticas culturais devem ter como objetivo fazer mais visíveis aquelas estruturas de poder que têm impedido que muitos possam participar e tomar decisões na vida pública.

Na verdade, vivemos em sociedades muito diversas, mas sabemos bem que as culturas que as integram não se encontram em igualdade de condições sociais: não têm o mesmo acesso a recursos, não têm a mesma visibilidade pública e que não existe um verdadeiro diálogo intercultural. Como sabemos, a modernidade teve um passado colonial que estabeleceu, por exemplo, uma divisão racial do trabalho que implicou sempre na hierarquização de culturas (QUIJANO, 2000). Se hoje a persistência das múltiplas identidades excluídas demonstra que a nação não foi possível como um projeto de igualdade, é tarefa das políticas culturais tornar visíveis aqueles poderes que impedem de incentivar uma maior participação pública.

Então não podemos pensar a cultura e, menos ainda propor novas políticas culturais sem pensar nas lógicas do poder. E já sabemos que o que o poder primeiramente gera é um conjunto de verdades que vão se estabelecendo no saber comum e nos *habitus* cotidianos. Hoje, de fato, somos muito mais conscientes de que o que o poder produz são discursos e que eles são técnicas de saber investidas em costumes e em práticas sociais (FOUCAULT, 2000). Por isso mesmo, atuar a partir da cultura supõe ir contra a corrente para desconstruir aquilo que, arraigado e poderoso, exclui e marginaliza (GILROY, 1994, p. 3).

Coloquemos outro exemplo: todos os dias muitos jornais no Peru informam sobre diferentes tipos de violências de gênero. Os dados são muito altos e as discussões políticas se concentram somente em incrementar os castigos aos responsáveis. Por isto, de tempos em tempos, algumas autoridades insistem na instituição da pena de morte para os infratores, e assim, intencionam ganhar alguns votos. Mas qualquer um pode aprofundar-se mais no problema e formular as seguintes perguntas: de que serviria matar os infratores se seguimos tendo uma cultura que

os produz incessantemente? De que serviria tirá-los de cena se continua existindo um *habitus* social que os promove e os estimula? Por esta perspectiva, é então urgente afirmar que a violência contra a mulher é um problema cultural relacionado, sobretudo, à produção das masculinidades, isto é, às maneiras pelas quais os homens são socializados segundo certos modelos de identificação que as políticas culturais fariam bem em questionar.

Na verdade, a teoria lacaniana explicou bem como toda atividade social se sustenta sob um suporte fantasmático (um imaginário social) que implica sempre em uma forma de gozo e em um exercício de poder. A partir daí se afirma que o vínculo social é produzido por estruturas afetivas amplamente arraigadas, sendo necessário intervir politicamente nelas. Portanto, as paixões e os afetos são agentes chaves nas identificações coletivas e as políticas culturais devem fazê-los visíveis e tentar renová-los a partir da circulação de novas representações culturais. Dito de outra maneira: atacar um problema social a partir da cultura implica perguntar-se quais são os fantasmas que sustentam as práticas sociais existentes, quais são as suas estruturas de fruição, como resistem à mudança e como terminaram por constituir-se como *habitus* amplamente estabelecidos no mundo social (STRAVRAKAKIS, 2010).

Insisto, por ser verdadeiro, que o poder necessita de discursos (e mais, é o poder que constrói os discursos de acordo com os seus interesses), o interessante (como dizia linhas acima) reside em notar que muitos outros discursos servem ao mesmo tempo para desestabilizar o poder. Neste sentido, as políticas culturais insistem na relevância dos objetos simbólicos para neutralizar e começar a construir novas relações sociais. Na verdade, foram os formalistas russos que, há muito, nos ensinaram que os objetos culturais suspenham o pacto cotidiano, transformam

a percepção comum, introduzem percepções inéditas na sociedade e incentivam a produção de sentidos críticos a respeito do que existe. Ou seja, ao desfamiliarizar o costume, os objetos culturais servem como dispositivos que podem ativar desejos críticos, criar novos sentidos de comunidade e ser capazes de contribuir para neutralizar o poder. O trabalho em cultura é então fundamental em todas as políticas de governo, pois devemos insistir que, para que uma mudança política seja verdadeira e efetiva, tem que se produzir, ao mesmo tempo, uma mudança cultural, que deve ser enraizada nos desejos e nas práticas cotidianas das pessoas. Trata-se de um grande desafio, porque “foi demonstrado que é muito mais fácil arrancar montanhas que mudar os valores patriarcais. A clonagem de ovelhas é uma brincadeira de crianças se comparada à tentativa de persuadir os machistas a abandonarem os seus preconceitos. As crenças culturais são muito mais difíceis de arrancar do que as florestas” (EAGLETON, 2005, p. 62). Por isso mesmo, as políticas culturais devem ter como primeiro objetivo posicionar a cultura como uma dimensão transversal de todas as políticas de governo, pois aqueles projetos de desenvolvimento que não estejam acompanhados da intenção de produzir uma transformação nos imaginários sociais, tenderão sempre a ter um impacto muito limitado. Nesse sentido, construir um projeto de política cultural implica na vontade de trabalhar não somente com o setor cultural, mas de gerar articulações com todo o tipo de atores sociais. Me refiro aos outros ministérios, a diversas instituições do Estado, às organizações não governamentais, aos movimentos sociais, aos coletivos cidadãos, às organizações políticas e à própria academia, evidentemente. Um projeto bem sucedido de política cultural é aquele que tem sido capaz de se articular em seu trabalho com atores diversos, aquele que entende a cultura como a geração de um processo e não somente de um evento.

Ou seja, se trata, sobretudo, de conceber a ação das políticas culturais como um conjunto de intervenções e processos sociais que transcendam a simples soma de espetáculos. Com exceção de muito poucas iniciativas, a maioria dos projetos existentes se limitam a realizar um conjunto de atividades desconectadas entre si, onde muitas vezes não se entende qual é a lógica ou o interesse que está subjacente. Pelo contrário, as políticas culturais devem ter clareza sobre onde intervir, porque fazê-lo e quais são os objetivos a alcançar.

Continuemos com o mesmo exemplo. Se em uma localidade se encontra um alto índice de violência contra a mulher, então a maioria das atividades culturais a serem realizadas deveria estar dedicada a intervir sobre este tema: ciclos de cinema, exposições artísticas, obras de teatro, intervenções de rua, concertos de música, edição de textos, conferências e congressos, por exemplo. Quer dizer, se trata de propor blocos de atividades, todas relacionadas entre si, que possam se desenvolver durante períodos longos para intervir no tema em questão. Intervir significa aqui “introduzir”, “expor”, “tornar visível um tema latente na comunidade”. Assim, podem-se ir sucedendo em relação a problemáticas diversas: a discriminação racial, a orientação sexual, a violência política, o problema ecológico, a interculturalidade, a crítica à ideia de progresso e desenvolvimento, entre outros.

Por este ponto de vista, uma nova definição de gestor cultural se faz necessária: já não se trata de entender os gestores como simples administradores de projetos, mas acima de tudo como agentes culturais (SOMMER, 2006 ; 2008), ou seja, como verdadeiros curadores encarregados de selecionar objetos simbólicos e de construir com eles *scripts* segundo as temáticas nas quais se haja optado por intervir. Um gestor cultural é então um ativista que deve estar muito integrado com as problemáticas locais e que, a partir delas,

realiza o seu trabalho. O gestor cultural então, já não é somente um encarregado de gerenciar eventos, mas sim de, através deles, gerenciar sobretudo a desconstrução de imaginários hegemônicos e a produção de novas representações sociais (INSA ALBA, 2011).

Agora, neste momento é preciso ressaltar o seguinte. Não se trata, de nenhuma maneira, de promover que os artistas fiquem sujeitos a certos imperativos políticos. Trata-se, sem nenhuma dúvida, de continuar fomentando a livre produção cultural em suas múltiplas expressões, mas de tentar organizá-la de acordo com os propósitos envolvidos com a dinâmica social. O objetivo de um gestor social consiste em mapear tanto a produção cultural de sua localidade, como ter um diagnóstico dos problemas sociais para propor com eles novas intervenções simbólicas. Os gestores culturais são, assim, encarregados de conhecer bem a produção cultural existente (os grupos culturais e os artistas locais) e de organizá-la de várias maneiras. Eles devem realizar um trabalho parecido com o dos curadores nas galerias. Seu trabalho consiste em organizar, reposicionar e enfatizar, mas também em ativar processos de discussão pública e de mudança política.

Recapitulemos: um projeto de política cultural deveria elaborar seus planos de intervenção a partir de um bom conhecimento das problemáticas que afetam a localidade e de uma vontade de convocar os setores culturais para discutir participativamente as estratégias de intervenção. Construir um projeto politicamente relevante de política cultural implica, sobretudo, ativar a produção de novas identificações imaginárias.

Na verdade, as formas pelas quais interagimos com a realidade estão mediadas por um conjunto de representações que sustentam as identidades existentes e que

não cessam de reproduzir-se na vida cotidiana. Que dizer, o grande desafio das políticas culturais consiste em fazer entender aos políticos e aos cidadãos em geral que muitos dos graves problemas sociais têm menos a ver com o código penal do que com a cultura. O objetivo último, insisto, é tentar ativar processos de mudança utilizando a potência dos símbolos e fazendo-os circular sob novos critérios curatoriais.

Como dissemos, a cultura tem a ver com a instauração de sentidos no mundo e com a regulação das relações humanas em um contexto específico. Em algum sentido, tudo é cultura, e tal afirmação é pertinente neste momento da história em que o capitalismo se converteu em um sistema cuja reprodução se assenta, em boa parte, no controle sobre os significados. Diversos estudos sobre cultura contemporânea (Castoriadis, Baudrillard, Lipovetsky, Žižek, entre muitos outros) o vêm enfatizando: já não é possível separar o domínio econômico das formas simbólicas, pois hoje a manutenção do sistema reside, em grande parte, na produção de imagens. Ou seja, as imagens já não representam produtos, mas, sim, são as imagens que constroem os produtos, gerando necessidades e gostos. Hoje, todos os objetos do mercado são por sua vez, signos que seduzem. (ŽIZEK, 2003).

Novamente, podemos entender a cultura como uma dimensão transversal à sociedade, cuja importância atravessa múltiplos setores. A partir deste princípio, o objetivo das políticas culturais também consiste em revelar as dimensões culturais que aparentemente se apresentam como não culturais. A cultura, na verdade, se encontra envolvida em diversos tipos de problemáticas que não são exclusivas do seu setor. Muitos exemplos podem ser enumerados a respeito: as políticas de habitação, por exemplo, têm consequências nos usos dos espaços e nos conceitos que hoje utilizamos sobre interação social. Os

projetos de mineração transformam o estilo de vida das comunidades locais e podem gerar graves consequências no meio ambiente. As políticas de segurança visam a promoção de novas formas de estar juntos. Mais ainda, os direitos trabalhistas não competem somente ao Ministério do Trabalho, mas de maneira decisiva envolvem também o setor cultural. Se aceita-se que o desenvolvimento não pode ser medido só economicamente, ele se refere à qualidade de vida e à geração de uma maior liberdade individual (SEN, 2001), então a defesa do tempo livre (a redução da jornada de trabalho) se apresenta como uma reivindicação claramente cultural.

A partir daí, temos que voltar a sublinhar que a cultura é um agente constitutivo de qualquer prática social e que é necessário observar as relações de poder nas quais se encontra envolvida. Por isso mesmo, isto é, pelo caráter fortemente estruturante da cultura, nos vários níveis da sociedade, as políticas, as políticas culturais devem estar profundamente articuladas com as políticas de outros setores como trabalho, saúde, desenvolvimento urbano e meio ambiente, só para citar algumas áreas. Elas devem ser transversais, pois “não há algo humano fora da cultura: as maneiras como pensamos a economia, a política, as instituições, estão relacionadas necessariamente a este senso comum, a este hábitos que se foram forjando ao longo da história, e ao longo dos conflitos e das maneiras pelas quais se foram resolvendo.” (GRIMSON, 2011, p. 41).

Poderíamos, inclusive, ser ainda mais radicais: não pode existir uma política cultural relevante se ela não participa nas decisões sobre as políticas econômicas, que, em última instância são aquelas que têm impacto central na configuração da sociedade e nas subjetividades a ela relacionadas. Qualquer política econômica nunca é, de fato, algo simplesmente econômico. As medidas econômicas produzem subjetividades de acordo com seus próprios

interesses, pois trazem implícito um ideal de vida em sociedade e uma definição sobre o indivíduo que sempre se pode questionar. A cultura é importante? A cultura tem alguma força para contribuir com a transformação social? Para onde devem apontar as políticas culturais? Zizek (2003, p. 147) argumenta que não se consegue uma verdadeira política cultural “apontando diretamente para os indivíduos, tentando reeducá-los, mudar suas atitudes reacionárias, mas privando os indivíduos do apoio do ‘grande outro’, isto é, do apoio da ordem simbólica que o sustenta.”

Penso que esta ideia leva ao mesmo a que ser referia Nietzsche na epígrafe com que se iniciou este artigo. Defendo que privar os indivíduos dos suportes estabelecidos – arrancar aquilo que está arraigado – é uma tarefa fundamental nas políticas culturais e isso não significa outra coisa que desconstruir a cultura com elementos da própria cultura, isto é, tentar desmontar os imaginários hegemônicos utilizando valores culturais e assim começar a difundir outro tipo de representações sociais.

Mas insisto, trata-se de uma proposta que nunca deve interferir com os programas de fomento à produção cultural, os quais precisam sempre ser livres e não ficar restritos por qualquer razão. Esta proposta só aponta que os serviços e bens culturais (que existem) possam circular de uma nova maneira e, sobretudo que os gestores culturais se convertam em curadores e em investigadores permanentes da realidade social. As políticas culturais devem promover a formação de novos gestores culturais que tenham melhores diagnósticos sobre a realidade atual, a fim de que possam difundir os bens culturais em novos formatos. Nesse sentido, e quase como na Filosofia, as políticas culturais não servem exatamente para resolver os problemas sociais, mas sim consistem, sobretudo, “na intenção de reformular os problemas em si mesmos, isto é, em modificar

o quadro ideológico no qual os problemas foram percebidos até o momento”⁴.

Tudo isso leva a um ponto adicional e muito importante: as políticas culturais devem ter como estratégia fundamental lutar pelos espaços públicos, sendo os agentes destinados a introduzir algo novo na sociedade. Na verdade, os espaços públicos (em que incluo a web e as redes sociais, com certeza) são, por excelência, os lugares democratizadores da cultura e é assim urgente defendê-los e incrementá-los. Frente ao monopólio dos meios de comunicação, os espaços públicos são lugares indispensáveis para propor novas mensagens. Lutar por eles implica assumi-los como pontos de encontro de uma nova cidadania da qual se quer participar.

Em suma, devemos entender as políticas culturais como dispositivo firmemente envolvido na construção de uma maior cidadania. Seu objetivo deve consistir em fomentar a produção cultural, e em gerar melhores redes de circulação da mesma, mas também em organizá-la e posicioná-la de uma maneira nova e diferente. E isto porque, se hoje a política (dos políticos) se converteu em um discurso esvaziado de conteúdo, ou seja, se a política tornou-se puro espetáculo midiático, uma simples máquina eleitoral, e acima de tudo, uma irritante aceitação do presente, as políticas culturais devem propor-se como uma reserva para estabelecer novos sentidos de comunidade e renovar a esfera pública.

A proposta de desculturalizar a cultura implica então em arrancar a cultura de sua suposta autonomia e utilizá-la como recurso para intervir na transformação social. As políticas culturais atuais devem posicionar-se, acima de tudo, como agentes críticos da modernidade que Walter Benjamin figurou como um pavio aceso. Em sua opinião o progresso, liderado somente por uma pura acumulação do capital, não se dirige

ao desenvolvimento, mas à destruição do mundo. Benjamin sustentava: “É preciso cortar o pavio ardente antes que a chama alcance o dinamite” ([1955] 1987, p. 64).

Hoje sabemos que a construção de uma sociedade democrática passa pelo estabelecimento de uma verdadeira justiça econômica e por uma maior institucionalidade política, e, talvez, a reconstrução de novos imaginários sociais possa contribuir para isso. Hoje também sabemos que o sistema econômico se apóia na produção simbólica e que este é um espaço por aproveitar. “Uma comunidade que não se estende em esferas, que não conhece a separação entre a vida e a arte”, sustentou Rancière (2005, p. 29). Por isso mesmo, e contra toda a atual maquinaria de um saber tecnocrático que desliga o cultural do político e o político do econômico, esta proposta enfatiza a necessidade – herdada de Gramsci – de entender a cultura como novo poder; acima de tudo, de começar a tomar o poder da cultura. Em última instância, desculturalizar a cultura implica em m recuo estratégico: simbolizar o político, democratizar o simbólico.

Bibliografia

APPADURAI, Arjun. Grassroots globalization and the research imagination. *Public Culture*, 12 (1): 1-19, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Dirección única*. [1955] Madrid: Alfaguara, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción*. [1979] Madrid: Taurus, 1988.

EAGLETON, Terry. *Después de la teoría*. Barcelona: Debate, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. Selección e introducción de Miguel Morey. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

GRIMSON, Alejandro. *Los límites de la cultura: crítica de las teorías de la identidad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

INSA ALBA, José Ramón. ¿Y si los gestores ya no gestionamos? *Espacio rizoma*, nº 796 (8 de septiembre), 2011. Disponível em <http://espaciorizoma.wordpress.com/2011/09/08/796/>.

NUSSBAUM, Martha. *Sin fines de lucro: Por qué la democracia necesita de las humanidades*. Madrid: Katz, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales; perspectivas latinoamericanas*, compilado por Edgardo Lander. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 201-246.

RANCIÈRE, Jacques. *Sobre políticas estéticas*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 2005.

RICHARD, Nelly. Globalización académica, estudios culturales y crítica latinoamericana. In: *Cultura, política y sociedad*; compilado por Daniel Mato. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 455-470.

SEN, Amartya. *Desarrollo y libertad*. Bogotá: Planeta, 2001.

SOMMER, Doris. Arte y responsabilidad. *Letral: Revista eletrónica de estudios transatlánticos de literatura*. Nº 1 (diciembre), 2008. p. 128-144.

SOMMER, Doris. *Cultural Agency in the Americas*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.

STRAVRAKAKIS, Yannis. *La izquierda lacaniana: psicoanálisis, teoría, política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

VALLEJO, César. *Poesía completa*. Edición crítica y estudio introductorio de Raul Hernández Novás. La Habana: Casa de las Américas, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. [1977] Buenos Aires: Los Cuarenta, 2009.

YÚDICE, George. *El recurso de la cultura: Usos de la cultura en la era global*. Barcelona: Grijalbo, 2003.

YÚDICE, George. Innovación en la acción cultural. *La cultura en tiempos de desarrollo: violencias, contradicciones y alternativas*, editado por Nuria Girona. Valencia, España: Universitat de Valencia, 2012.

ZIZEK, Slavoj. *A propósito de Lenin: política y subjetividad en el capitalismo tardío*. Buenos Aires: Atuel, 2003.

Recebido em 15/02/2015
Aprovado em 25/02/2015

1 Este artigo foi originariamente publicado no periódico *Latin American Research Review*, Vol. 48, Special Issue, 2013, pp. 129-139 e autorizado pelo autor para tradução. Tradução por Dulce Terra Guimarães (UFF).

2 Victor Miguel Vich Flórez, professor da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Contato: vvich@pucp.pe

3 Me refiro à tradição que começa com os estudos de Paulo Freire, Fals Borda e Augusto Boal e que foi posta em prática em governos municipais como os de Antanas Mockus em Bogotá. Desde a academia, me refiro às contribuições produzidas em campos como o das políticas culturais (Nestor García Canclini, Jesús Martín Barbero, George Yúdice, Doris Sommer, Diana Taylor) e dos estudos decoloniais (ver Nota do Editor) na América Latina (Catherine Walsh, Santiago Castro Gómez, Walter Migñolo, Aníbal Quijano). Com relação às atuais iniciativas em curso, me refiro ao projeto de Agentes Culturais promovidos pela Universidade de Harvard (<http://www.culturalagents.org/>), ao Instituto Hemisférico de Performance e Política (<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es>), ao Projeto de Pontos de Cultura no Brasil, à Rede Latinoamericana de Arte para a Transformação Social e, agora, à denominada Plataforma Ponte (<http://plataformapunte.blogspot.com>). Uma avaliação de iniciativas valiosas pode ser encontrada em Yúdice (2012).

Nota do Editor: O termo “decoloniais” faz referência à pedagogia decolonial. Ver, também, interculturalidade crítica e pedagogia intercultural.

4 Slavoj Zizek, “Some politically Incongruent Reflections on Violence in France and Related Matters”, 2005, <http://www.lacan.com/zizfrance.htm>

Políticas Culturais e Território na América Latina: Diálogos conceituais entre Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch e Milton Santos

Políticas Culturales y Territorio en América Latina: Diálogos conceptuales entre Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch y Milton Santos

Cultural Policies and Territory in Latin America: Conceptual dialogues between Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch and Milton Santos

Juan Ignacio Brizuela¹

José Márcio Barros²

Palavras chave:

Políticas culturais

Território

Néstor García Canclini

Rodolfo Kusch

Milton Santos

Resumo:

Começamos este artigo com uma recapitulação, em três momentos, do conceito de políticas culturais elaborado por Néstor García Canclini. Destacamos três textos (e contextos) que entendemos serem chaves no desenrolamento conceitual deste autor no campo das políticas culturais. O primeiro é o artigo “Políticas Culturais na América Latina”, publicado em português em 1983. O segundo momento aparece na introdução à coletânea “*Políticas Culturales en América Latina*” de 1987, onde García Canclini registra a sua primeira sistematização conceitual mais densa. E finalmente, um terceiro texto em “*Definiciones en transición*”, de 2001, onde são acrescentadas algumas questões inéditas ao conceito de 1987, incluindo categorias de análise sócio-espacial como geocultura e o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais mais recentes. Considerando estas mudanças conceituais, dialogamos com dois pensadores latino-americanos que nos ajudam a relacionar, desde diversos campos do conhecimento, geocultura, território e políticas culturais: Rodolfo Kusch e Milton Santos. Interessa-nos refletir sobre a atualidade destas construções conceituais, buscando contribuir com o estudo das políticas culturais contemporâneas no contexto latino-americano. Para concluir, registramos distintas experiências realizadas por estudiosos contemporâneos da região no intuito de continuar discutindo as relações possíveis entre território e políticas culturais na América Latina.

Resumen:

Comenzamos este artículo con una recapitulación, en tres momentos, del concepto de políticas culturales elaborado por Néstor García Canclini. Destacamos tres textos (y contextos) que entendemos son claves en el desenvolvimiento conceptual de este autor en el campo de las políticas culturales. El primero es el artículo “*Políticas Culturais em América Latina*”, publicado en portugués en 1983. El segundo momento aparece en la introducción a la colección de artículos “*Políticas Culturales en América Latina*” de 1987, donde García Canclini registra su primer sistematización conceptual más densa. Y, finalmente, un tercer texto “*Definiciones en transición*”, de 2001, donde son acrecidas algunas cuestiones inéditas al concepto de 1987, incluyendo categorías de análisis socio-espacial como geocultura y el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales más recientes. Considerando estos cambios conceptuales, dialogamos con dos pensadores latinoamericanos que nos ayudan a relacionar, desde diversos campos del conocimiento, geocultura, territorio y políticas culturales: Rodolfo Kusch y Milton Santos. Nos interesa reflexionar sobre la actualidad de estas construcciones conceptuales, buscando contribuir con el estudio de las políticas culturales contemporáneas en el contexto latino-americano. Para concluir, registramos distintas experiencias realizadas por estudiosos contemporáneos de la región con el propósito de continuar discutiendo las relaciones posibles entre territorio y políticas culturales en América Latina.

Palabras clave:

Políticas culturales

Territorio

Néstor García Canclini

Rodolfo Kusch

Milton Santos

Keywords:

Cultural Policies

Territory

Néstor García Canclini

Rodolfo Kusch

Milton Santos

Abstract:

We started this article with a recapitulation, in three times, on the concept of cultural policies elaborated by Néstor García Canclini. We highlight three texts (and contexts) that we mean keys on the conceptual learning of this author in the field of cultural policies. First it's the article “*Políticas Culturais em América Latina*”, published in portuguese in 1983. The second moment appears at the introduction of the collection of articles untitled “*Políticas Culturales en América Latina*” of 1987, where García Canclini records his first conceptual systematization. And finally, a third moment appointed on the article “*Definiciones en transición*” in 2001, where inedited points are increased on the concept of 1987, including categories of social-spatial analyze such as geoculture and the transnational character of the recent symbolic and material processes. Considering this conceptual changes, we dialogue with two latin-american thinkers that will help, from diverse fields of knowledge, to relation geoculture, territory and cultural policies: Rodolfo Kusch and Milton Santos. We aim to reflect of the actuality of these conceptual constructions, seeking to contribute on the study of contemporary cultural policies in Latin American context. To conclude, we recorded some differents experiences performed by contemporary scholars of the region with the purpose of continuing the discussion of the relationships between territory and cultural policies in Latin America.

Políticas Culturais e Território na América Latina: Diálogos conceituais entre Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch e Milton Santos

É difícil pensar sobre o campo de estudos em políticas culturais na América Latina sem referir-nos a Néstor García Canclini. Doutor em filosofia pela Universidad Nacional de La Plata – UNLP, Argentina (1975) e pela Universidade de Paris em França (1978), o pesquisador argentino elaborou uma definição de políticas culturais nos anos 1980 que, mais de trinta anos depois, se mantém com atualidade e com um grau de reconhecimento invejável no campo de estudos da cultura. Se nem todos os estudiosos contemporâneos das políticas culturais concordam totalmente com a sua definição, é quase impossível que a desconheçam, sendo referência básica em qualquer curso de formação desta área nos países latino-americanos e em muitas outras partes do mundo também.

Os três momentos que destacaremos aqui em sua construção conceitual acerca das políticas culturais estão presentes nos textos “Políticas Culturais na América Latina”, publicado em português em 1983, na introdução à coletânea “*Políticas Culturales en América Latina*” de 1987 – na qual García Canclini registra a sua primeira sistematização conceitual – e, finalmente, no texto “*Definiciones en transición*” de 2001, onde são acrescentadas algumas questões inéditas ao conceito de 1987; incluindo categorias de análise sócio-espacial como geocultura e o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais mais recentes. Considerando estas mudanças conceituais, dialogamos com dois pensadores latino-americanos que nos ajudam a relacionar, desde diversos campos do conhecimento, geocultura, território e políticas culturais: Rodolfo Kusch e

Milton Santos. Interessa-nos refletir sobre a atualidade destas construções conceituais, buscando contribuir com o estudo das políticas culturais contemporâneas no contexto latino-americano. Para concluir, registramos distintas experiências realizadas por estudiosos contemporâneos da região no intuito de continuar discutindo as relações possíveis entre território e políticas culturais na América Latina.

1983 – Políticas Culturais na América Latina

No primeiro texto aqui destacado, García Canclini (1983) fala a partir do próprio contexto histórico-geográfico. O autor registra as expectativas revolucionárias dos anos 1960 após a revolução cubana, as reações conservadoras cívico-militares dos anos 1970 com golpes no Brasil, na Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai e as idas e voltas das lutas populares das grandes majorias destes países diante das receitas neoconservadoras do economista estadunidense Milton Friedman, referência da perspectiva liberal, que começavam a ser aplicadas com força nos países do continente (p. 39). Nesse contexto, o horizonte traçado para as políticas culturais pelo jovem professor era claro: lutar contra o capitalismo e imperialismo no intuito de possibilitar uma via socialista a partir de uma política popular na cultura (p. 48 e 51).

Para o autor, discutir políticas culturais é pensar sobre a sociedade em que queremos viver. Sendo assim, o texto busca:

[...] revisar as concepções do nacional-popular atuantes na América Latina e sua relação com as práticas, com as políticas culturais, como parte da discussão sobre o tipo de sociedade que queremos e sobre os erros que obstaram as lutas populares (p. 40).

Registra-se um entendimento sobre a cultura relativamente comum entre os antropólogos que a estudam “como um conjunto de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para compreender, reproduzir ou transformar o sistema social” (Ibidem, p. 40). Sendo assim, o âmbito da cultura não se restringe às chamadas “belas artes”, livros ou concertos, mas inclui os modos de viver, pensar, comer, imaginar e fazer política de uma população determinada. Isto é, formas e práticas que distinguem a um povo e lhes dão identidade.

Cinco são as concepções do nacional-popular estudadas pelo pesquisador argentino: a) biológico-telúrica; b) partidária do Estado; c) mercantil; d) militar e; e) histórico-popular. O autor busca compreender de forma crítica os paradigmas ideológicos que sustentam estas concepções examinando as suas consequências práticas; ou seja, a execução das políticas culturais. Sobre a definição conceitual das políticas culturais, foco principal deste texto, ela não aparece de forma explícita, mas já podemos observar alguns delineamentos que serão retomados pelo autor poucos anos depois.

1987 – Políticas Culturales en América Latina

Na introdução desta coletânea, publicada em 1987, García Canclini realiza um balanço dos estudos latino-americanos sobre políticas culturais desde o final dos anos 1960 e procura argumentar a respeito de por que são cada vez mais centrais este tipo de discussões e práticas no final dos anos 1980, nos países do continente. Por um lado, afirma o autor, as ações estatais no campo da cultura começam a ganhar algum tipo de coerência similar à coordenação que pode ser encontrada nas políticas setoriais econômicas, de saúde ou moradia. Isto pode ser observa-

do nas ações do governo cívico-militar do Brasil com a criação do Conselho Federal de Cultura em 1967 e na formulação da Política Nacional de Cultura em 1973-75 e também na Argentina, já no processo de redemocratização, com o Plano Nacional de Cultura 1984-1989 (p. 14 e 22)³.

Por sua vez, afirma o autor, estudiosos das ciências sociais, no seu sentido mais amplo, e organismos internacionais, como a UNESCO, começam a considerar temáticas relacionadas ao campo da cultura para melhor entendimento das sociedades da época junto com as questões econômicas e políticas, procurando aplicar metodologias de pesquisa tão rigorosas quanto às aplicadas a outros campos de conhecimento social “*superando así la época en que este campo sólo merecía especulaciones filosóficas y ensayos intuitivos*” (p. 15)⁴. O estudioso destaca, também, o papel crescente de atores não estatais na gestão das políticas culturais, sejam estes tanto grandes corporações empresariais transnacionais e outros agentes do mercado capitalista quanto agrupamentos culturais de base, movimentos indígenas, comunitários e populares, entre muitos outros, invisibilizados pelo Estado e também pelas chamadas indústrias culturais. Neste contexto, surgem estudos interessados em compreender as bases culturais dos movimentos revolucionários e das culturas populares da região (p. 24), com destaque para os pensadores nucleados no CLAC-SO⁵, menos preocupados pelas análises políticas e econômicas tradicionais e mais inquietados na redefinição e ampliação do conceito de cultura, que deixa de designar unicamente às linguagens artísticas da elite. Estes pesquisadores estudam, entre outras questões, a reprodução e transformação das operações simbólicas que acontecem no seio das comunidades, que se traduzem em diversos modelos de sociedade e que, por sua vez, estão sendo propostos e disputados pelos distintos grupos de interesses culturais (p. 25-26).

G. Canclini lamenta que a conjuntura econômica das sociedades latino-americanas da época seja de crise (quando América Latina não esteve em crise?), agravada pela implantação do modelo liberal neoconservador que reduz fundos públicos para a educação, para pesquisar e difundir bens culturais, que diminui os salários e aumenta as condições de precarização dos trabalhadores... Enfim, que impossibilita as condições para uma efetiva democracia cultural: “[e]n el momento en que comprendemos mejor el papel que la cultura puede cumplir en la democratización de la sociedad estamos en las peores condiciones para desarrollarla, redistribuirla, fomentar la expresión y el avance de los sectores populares” (p. 26). Sendo assim, afirma o autor, se o trabalho cultural é necessário para enfrentar democraticamente as contradições do desenvolvimento, a crise da cultura deve tratar-se junto com a que se vive na economia e na política. É a partir deste contexto e desta conjuntura, e após esta sólida argumentação que o autor registra a sua já clássica conceituação:

Entenderemos por políticas culturales al conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (1987, p. 26).

Nesta definição, chama a atenção o fato de afirmar não ser o Estado o único agente das políticas culturais, envolvendo também diversas instituições civis e comunitárias organizadas – pensando, seguramente, nos mais variados movimentos sociais e de populações originárias que existem na América Latina. Ademais, os programas e ações estabelecidos em uma política cultural procuram, segundo o autor, satisfazer as necessidades culturais da população. Finalmente, estas políticas

são aplicadas para obter um determinado consenso, seja para manter uma ordem ou cânone preestabelecido, ou para construir vias alternativas que permitiriam uma transformação desse status quo.

Essa questão nos remete à possibilidade de reconhecer a especificidade das políticas culturais no contexto das políticas públicas, configurando uma trajetória de pesquisas e um conjunto de instrumentos e ferramentas metodológicas elaboradas para dar conta desta singularidade. Com isto não estamos querendo dizer que a produção intelectual sobre políticas públicas não tenha nenhuma utilidade para o estudo e avaliação das políticas culturais. Esta abordagem é importante, claro, ainda mais quando analisamos e avaliamos políticas estatais ou governamentais para a área da cultura. O que afirmamos é a partir de G. Canclini, que o estudo das políticas culturais não pode ser simplificado a uma subcategoria dos estudos das políticas públicas.

2001 – Definiciones en transición

O que mudou na conceituação de García Canclini sobre políticas culturais entre os textos de 1987 e 2001? A mudança espaço-temporal antes da queda do muro de Berlim a outro contexto no início do século XXI onde não tinha acontecido, ainda, a queda das torres gêmeas de Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, deveria significar uma grande mudança⁶. Este artigo, conforme já foi registrado no começo do texto, se intitula “*Definiciones en transición*”. Nele, o autor faz um comentário que se tornou amplamente conhecido afirmando que, aparentemente, o único consenso que existe entre os estudiosos da cultura é que não há consenso sobre como defini-las⁷. Porém, matiza o pesquisador, é necessário construir definições operativas, ainda que sejam provisórias, inseguras e, nós acrescentamos, intuitivas, para seguir

pesquisando e fazendo políticas culturais⁸. Citamos, a seguir, o verbete correspondente à noção em discussão:

Políticas Culturales: Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (p. 65, grifado original).

Nesta conceituação de 2001 G. Canclini reproduz sua definição de 1987, acrescentando, algo extremamente importante, o caráter transnacional das trocas culturais: “Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el **carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad**” (p. 65, grifo nosso). O que isso significa? Basicamente o reconhecimento do transbordamento dos espaços nacionais em função dos fluxos comunicacionais e dos reordenamentos econômicos:

No puede haber políticas sólo nacionales en un tiempo donde las mayores inversiones en cultura y los flujos comunicacionales más influyentes, o sea **las industrias culturales, atraviesan fronteras, nos agrupan y conectan en forma globalizada, o al menos por regiones geoculturales o lingüísticas**. Esta transnacionalización crece también, año tras año, con las migraciones internacionales que plantean desafíos inéditos a la gestión de la interculturalidad más allá de las fronteras de cada país (p. 65, grifo nosso).

Podemos pensar, com G. Canclini, que as indústrias culturais dos anos 1970 e 80 – e as políticas culturais estatais – não conseguiam atravessar fronteiras

para agrupar-nos e conectar-nos de forma globalizada ou ao menos, como esclarece o autor, por regiões geoculturais e linguísticas. O fenômeno de transnacionalização aos quais estamos “submetidos” acontece, também, pelo aumento das migrações internacionais, o que gera desafios inéditos, segundo o pesquisador, para a gestão da interculturalidade – interessante provocação – além das fronteiras dos países. Em síntese, ao considerar o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da contemporaneidade, García Canclini incorpora vários elementos que não se mostravam presentes em 1987, quando da primeira aproximação ao conceito de políticas culturais.

Contudo, o que mais nos interessa trabalhar nesta “nova” definição é a questão das regiões geoculturais, elemento que consideramos estar implícito na sua proposta de 1987 quando contextualiza sua reflexão sobre políticas culturais “na” América Latina. E nos chama a atenção esta opção pelo “geo” cultural dado não ser comum a presença desta categoria nos estudos da cultura e ainda menos nas políticas culturais. Desde quando o elemento geográfico importa na compreensão deste fenômeno? Quer dizer, a ideia de América Latina foi estudada como proposta política, econômica e cultural nos últimos tempos, mas não como região geocultural. Aliás, que significa região geocultural? Qual a relação entre geografia, território e cultura? Estas questões aparecem, também, em um livro posterior em que García Canclini participa junto com reconhecidos pesquisadores como Jesús Martín-Barbero e Rodolfo Stavenhagen – entre outros –, intitulado “*El Espacio Cultural Latinoamericano*” (2003), coordenado pelo pesquisador chileno Manuel Garretón e editado pelo Convênio Andrés Bello. A tese principal do livro está fundamentada na seguinte afirmação:

El mundo en este siglo se constituirá no en torno a lo geopolítico ni a lo

geoeconómico, sino principalmente en torno a lo geocultural: será apropiado, construido, distribuido entre diferentes espacios culturales, y América Latina debe ser uno de ellos (p. 7).

Nesse trabalho coletivo, os autores acreditam na existência de uma imagem do latino-americano fruto da geografia, da cultura, do idioma, da história, da política e de um estilo de vida que, conjugado com outros numerosos elementos, definem certa singularidade do latino-americano. Porém, a integração deste espaço cultural é frágil, mesmo com mais de duzentos anos de trajetória compartilhada. O conhecimento deste espaço, afirmam os pesquisadores, não faz parte da cultura comum dos latino-americanos no século XXI. E isto gera um problema porque é indispensável o reconhecimento do espaço onde se vive, a história comum e a consciência de que se forma parte de um projeto cultural, isto é, de uma cultura e de uma sociedade maior aos projetos nacionais, por mais diversos que estes sejam (p. 47).

O texto coletivo apresenta, também, uma definição operativa sobre a noção de espaço cultural:

El espacio cultural es un concepto complejo y puede significar varias cosas. La noción de espacio sugiere territorios geográficamente delimitados, visibles, identificables, pero **hay también espacios que no son territorialmente ubicables, o que lo son sólo parcialmente**. Hay espacios y circuitos culturales que no se reducen a una distribución, lugares o límites geográficos, que trascienden las naciones e incluso el marco de un conjunto de naciones-Estados. [...] El espacio cultural, en su concepto más amplio, es aquel que **incluye lo físico territorial y lo no territorial incluyendo lo comunicacional y lo virtual** (p. 35, grifo nosso).

Em um mundo contemporâneo organizado em blocos geoculturais, um dos quais seria o espaço cultural latino-americano, os limites nacionais são insuficientes para o estudo das políticas culturais, o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais atuais devem ser considerados enquanto um espaço cultural comum maior, supranacional, que inclui dimensões físico-territoriais e “não territoriais” (como circuitos comunicacionais e virtuais, segundo Garretón *et al*). Podemos questionar se esta separação proposta pelos autores entre espaço cultural “territorial” – que seria a dimensão físico-material do continente, a área geográfica dos Estados Nacionais – e o espaço cultural “não territorial” – que incluiria redes comunicacionais e virtuais “desterritorializadas” – é adequada. Autores como Haesbaert (2008), entre outros, defendem a ideia de novas territorialidades no mundo globalizado – como a noção de territórios-rede – mas não concordam que existam espaços culturais “não territoriais” ou “desterritorializados”, conforme analisaremos mais na frente. O que muda no século XXI não seria só o estudo das políticas culturais; o fazer, também, deveria ser diferente:

[...] las condiciones en que se pueden hacer políticas culturales son distintas a cuando se hablaba sólo de **espacios territoriales, cuando la cultura coincidía mucho más con los territorios habitados por una población, que se creía que era homogénea**. Cuando existen circuitos, también hay que tener una política para éstos, pero tiene que ser otro tipo de política. Es evidente que hay una enorme fluidez entre territorio y circuito. Pero aún dentro de los países más definidamente capitalistas y globalizados, **la lucha por las excepciones culturales y contra la oligopolización en algunos campos son afirmaciones de territorialidad y de control social de esa territorialidad** (GARRETÓN, 2003, p. 35, grifo nosso).

Barros (2009) afirma que uma política cultural se constitui na articulação entre as noções de territorialidade e setorialidade. Destarte, segundo o pesquisador, é necessário articular estas variáveis buscando um equilíbrio que atenda tanto à dimensão mais ampla da cultura, também chamada de perspectiva antropológica, quanto à perspectiva mais específica de organização de circuitos de produção cultural; ou seja, a dimensão sociológica – categorias trabalhadas por Isaura Botelho (2001) a partir das reflexões do sociólogo chileno José Joaquín Brunner (apud BOTELHO, 2001). Tanto a abrangência territorial quanto a análise de suas características e especificidades se mostram como indispensáveis na construção (e estudo) de uma política cultural, nos distintos níveis de atuação: local, regional, nacional, transnacional e global (2009, p. 64).

Por sua vez, o pesquisador Mato (2007a) afirma em seus estudos, a necessidade de não limitar a análise das políticas culturais a um determinado tipo de atores sociais – como governos ou agências específicas de cultura de organismos estatais – nem a uma série de práticas específicas associadas às chamadas “belas artes”, “culturas populares” ou às “indústrias culturais” (aliás, segundo o autor, todas as indústrias são culturais). A sua proposta de pesquisa inclui políticas e práticas de grupos comunitários e outros tipos de organizações sociais, empresariais etc. e também integra tudo aquilo que se relaciona com o caráter simbólico e de sentido das práticas sociais; em particular, através de representações sociais pesquisadas pelo autor em diferentes contextos ao longo da sua trajetória intelectual (p. 15-16). Mato estabelece uma perspectiva abrangente, não setorial, que pouco é estudada e utilizada tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos.

Assim sendo, observamos uma preocupação nestes e outros autores em dis-

cutir a importância do território e da dimensão espacial para o estudo das políticas culturais no contexto latino-americano. Para finalizar este artigo, registraremos, a seguir, algumas reflexões realizadas por distintos pensadores de diversos campos de conhecimento no intuito compreender conceitualmente as relações entre geocultura, território e políticas culturais na América Latina.

Território e políticas culturais - Contribuições de Milton Santos e Rodolfo Kusch

O território e as políticas culturais são, cada um por sua conta, acontecimentos sumamente instigantes que têm gerado diversos e renovados “experimentos” teórico-conceituais publicados ao longo dos últimos anos no contexto latino-americano⁹. Para o professor Milton Santos [1994], o estudo do território, na contemporaneidade, não deveria reproduzir a tradição herdada da modernidade de conceitos puros que permanecem por séculos quase intocáveis (2005, p. 255). Segundo ele, é necessário construir conceitos híbridos, de formas impuras, afetados espaço-temporalmente, abertos e em movimento constante:

[...] por que, então, em nossa construção epistemológica não preferimos partir dos híbridos, em vez de partir da ideia de conceitos puros? Esta é, também, a posição de Hägerstrand (1989, 1991b, p. 117) quando propõe **tratar de forma simultânea o mundo da matéria e o mundo do significado humano** (2012, p. 101, grifo nosso).

Portanto, Santos afirma que o objeto de análise social não é o território “em si mesmo”, mas o uso do território; ou seja, o território usado – nós acrescentamos: histórico, simbólico, contingente, habitado – como quadro permanente de nossa vida (2005, p. 255)¹⁰. “[...] já que usado, o territó-

rio é humano” afirma o pesquisador (Ibidem, p. 257). E esta seria a sua proposta híbrida inicial, ao mesmo tempo, simbólica e material, que nos permitiria estudar a realidade territorial de forma sistêmica e integral.

A perspectiva *miltoniana* não considera o território apenas como um palco, um cenário passivo onde acontece a vida em sociedade. O território também “acontece”. Ele surge, “retorna” – na metáfora do autor – como um ator dinâmico, em constante movimento e interação com o seu entorno cultural. Santos e Silveira [2001] afirmam que: “para definir qualquer pedaço de território devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (2011, p. 247). Por conseguinte, o território usado é um território vivo, vivendo que: “[...] revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações” (Ibidem, p. 247).

Nutrido-se destas considerações, o geógrafo gaúcho Rogério Haesbaert (2006) nos provoca (o que nos estimula a refletir) afirmando que as ciências sociais (re)descobriram recentemente o território só para falar de seu desaparecimento (p. 26). Com raras exceções, afirma o autor, o espaço¹¹ foi negligenciado nas análises das sociedades modernas. Estudos recentes sobre a chamada “desterritorialização” promovida pela globalização neoliberal¹² teriam alertado sobre o enfraquecimento, ou até mesmo o desaparecimento, dos laços territoriais das sociedades atuais. Contudo, afirma Haesbaert, isto não gerou pesquisas que destacaram a importância anterior dos territórios nas sociedades agora globalizadas. Outros pesquisadores da região, como Escobar (1999, 2010), Mato (2007b) e Porto-Gonçalves (2008, 2012), também questionam o “mito da desterritorialização” no mundo contemporâneo e, concordando com Haesbaert, afirmam que

não existe sociedade sem território. Conforme sinalizado por Daniel Mato:

[...] **globalización y transnacionalización no necesariamente implican “desterritorialización”**, y que según los casos específicos y basándose en análisis cuidadosos, habría que hablar en términos de **transterritorialidad, multiterritorialidad**, multilocalización, o **reterritorialización** (2007b, p. 35, grifo nosso).

Esta multiplicidade de categorias espaciais associadas ao território nos obrigam a (re)pensar o estudo das políticas culturais desde uma perspectiva mais abrangente e, claro, territorial.

Além disso, especialistas em economia, filosofia, antropologia e outros campos do saber também têm contribuído, e muito, nas atuais abordagens territoriais cada vez mais afastadas do naturalismo ou dos estudos físico-geográficos tradicionais da modernidade. Contudo, este diálogo interdisciplinar acontecido dentro da tradição do pensamento latino-americano não parece ter tido muita visibilidade ou estudo na contemporaneidade¹³. Assim sendo, um dos pensadores das nossas latitudes que muito tem a contribuir nestas abordagens mais abrangentes sobre o território é o argentino Rodolfo Kusch.

Professor da Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA) com formação em filosofia, Kusch foi invisibilizado, todavia, pelos colegas filósofos da região. Também utilizou métodos antropológicos nas suas pesquisas de campo; entretanto, era bastante crítico dos antropólogos de sua época. Dialogava, sim, com geógrafos, especialmente do campo rural; porém, tampouco suas conceituações claramente ligadas a esta disciplina – como a noção de “geocultura” – conseguiram um lugar destacado nas discussões geográficas do país ou do continente. Neste sentido, se

bem Kusch não constrói de forma tão explícita uma abordagem territorial, acreditamos pertinente retomar algumas de suas reflexões sobre o solo, o habitat, o espaço vital e a (geo)cultura com o intuito de (re) pensar o estudo do território a partir destas inquietações mais filosóficas situadas no contexto americano.

Após realizar diversas pesquisas de campo com comunidades do norte da Argentina e do sul da Bolívia, região conhecida culturalmente como andina, Kusch [1978] se debruça sobre a importância que adquirir o pensamento dos grupos culturais para compreender tudo o que se refere a eles mesmos. Segundo o autor, “[s]e trata de un pensamiento condicionado por el lugar, o sea que hace referencia a un contexto firmemente estructurado mediante la intersección de lo geográfico con lo cultural” (2012f, p. 75). Contudo, matiza o autor, afirmar que a geografia condiciona o pensamento seria muito superficial. Para ele acontece algo mais profundo. Existiria uma fundamentação filosófica que não se sabe exatamente o que seria, uma espécie de sustento “último” não racional de um grupo cultural, que ele caracteriza com o termo solo¹⁴:

La idea de un **pensamiento resultante de una intersección entre lo geográfico y lo cultural** conduce al problema filosófico de la incidencia del suelo en el pensamiento y abre, por consiguiente, esta pregunta: **¿Todo pensamiento sufre la gravedad del suelo, o es posible lograr un pensamiento que escape a toda gravitación?** Esto lleva a una funcionalidad del pensar y ésta, por su parte, al encuentro del pensar con su suelo (Ibidem, p. 76, grifo nosso).

Assim sendo, um pensamento gravitado pelo solo constitui um núcleo seminal de conteúdo simbólico, histórico e também material; que mantém uma relação indissociável com o espaço geográfico e que produz os símbolos culturais cotidia-

nos que permitem a supervivência de uma comunidade humana determinada. Kusch enuncia um paradoxo lógico quando questiona a universalidade do pensamento ocidental, afirmando sua historicidade, localidade e contingência, mas asseverando, também, a “universalidade” da gravidade do solo que sustenta o pensamento. Só que esta universalidade “deformada”, contingente, histórica, localizada, afetada pelo território e pela cultura local, gera diversos solos e, neste sentido, distintas formas de pensamento. Ou seja, a universalidade da condição humana se manifesta historicamente em todas suas variantes pela união indissociável de culturas e territórios, pensamentos e solos. Em palavras do autor:

Si se logra fundar la observación de que todo pensamiento es naturalmente grávido y tiene su suelo, **cabría ver en qué medida dicha gravedad crea distintas formas de pensamiento**. Quizá se podría ampliar entonces todo lo que se refiere a una antropología del pensamiento, en el sentido de no establecer ad hoc un pensamiento así llamado universal, sino de **descubrir en la gravedad del pensar, o sea en el suelo que lo sostiene, un cuadro real del mismo que abarque todas las variantes de su modo de ser universal**. Y esto simplemente **porque lo universal deformado, no es ni universal, ni deformado, sino que constituye la restitución de un modelo real** (Ibidem, p. 76-77, itálica do autor, grifo nosso).

Rodolfo Kusch [1975] também problematiza se a cultura é um cultivo que, como pensadores latino-americanos, não sabemos colher, ou se na verdade a semente também está em nós mesmos, deste lado do mundo (2012e, p. 113-114). A cultura seria nosso “endereço existencial” no planeta; nela nos encontramos, nos arraigamos e sentimos que a gravidade do chão, a atração do solo, nos contempla e nos acolhe:

Y este suelo así enunciado, que no es ni cosa, ni se toca, pero que pesa, es la única respuesta cuando uno se hace la pregunta por la cultura. Él simboliza el margen de arraigo que toda cultura debe tener [...] No hay otra universalidad que esta condición de estar caídos en el suelo, aunque se trate del altiplano o de la selva (Ibidem, p. 113, grifo nosso).

A busca de conexões entre o pensamento de Rodolfo Kusch e Milton Santos, somados aos estudos contemporâneos sobre o território citados, nos animam a refletir sobre o ponto de vista geocultural. Kusch considera o espaço geográfico coberto pelo pensamento do grupo e condicionado pelo local. Sendo assim, não cabe falar de geografia e cultura, mas de “unidade geocultural” (LANGÓN, 2005). Esta perspectiva procura o reconhecimento de outras geoculturas, outros logos e ethos, o que possibilita e exige o diálogo intercultural: “*Al comprender al otro como incomprendible desde mi cultura, lo descubro éticamente como otra cultura —otra interioridad, otra vida — de distinto contenido que la mía: con otras costumbres, verdades, valores, preferencias...*” (Ibidem, p. 1).

A modo de conclusão

Ao longo do texto, buscamos analisar como o conceito de políticas culturais em G. Canclini se transforma e abarca trocas transnacionais e o reconhecimento das regiões geoculturais e interculturais, mantendo-se vigente em reflexões contemporâneas deste campo. Além disso, introduzimos a questão do território e da dimensão espacial no estudo das políticas culturais a partir de dois outros pensadores latino-americanos, Rodolfo Kusch e Milton Santos.

As pesquisas sobre políticas culturais têm profundas variantes teóricas, me-

todológicas e inclusive epistemológicas, mas poderíamos afirmar que um dos pressupostos mais sólidos destes trabalhos é a defesa de três dimensões básicas na análise desde fenômeno: a política, a econômica e a cultural¹⁵. Cada uma destas dimensões tem a sua singularidade, mas também relações e interconexões com as outras, próprio da natureza plural e transversal das políticas culturais. As combinações são tão diversas como a área de abrangência deste fenômeno, que inclui desde a indústria cultural até a economia criativa, passando pela economia política da comunicação e da cultura, as culturas populares e identitárias, as tecnologias da informação e da comunicação e as culturas digitais, entre tantas outras.

Assumindo que a política, a economia e a cultura sejam, efetivamente, as três dimensões básicas para o estudo das políticas culturais; será que são suficientes para a compreensão deste fenômeno na contemporaneidade? Quais seriam os desdobramentos que a indissociabilidade entre território/espaço geográfico e cultura poderia significar para o estudo e a gestão das políticas culturais? Alguns geógrafos têm demonstrado interesse nesta temática, gerando, inclusive, uma ramificação denominada geografia cultural. Ainda assim, uma primeira aproximação deste campo mais específico de conhecimento revela um desconhecimento sobre a tradição de pensamento latino-americano, especialmente nestes três autores aqui comentados, que discutem, há décadas, as relações entre cultura e território.

Para que não se cometam injustiças, podemos destacar o trabalho de alguns pesquisadores como ALBINATI, 2010; SERPA, 2011; BORGES e SERPA, 2012, bem como outros em andamento, que trabalham sobre a relação entre território, cultura, políticas públicas e políticas culturais. Podemos ainda citar as pesquisas de José Tasat (2009, 2010) e equipe (TASAT

e MENDES CALADO, 2010), na UNTREF, sobre gestão territorial da cultura na Argentina; as pesquisas do prof. Carlos Vladimir Zambrano (2001) sobre Governabilidade Cultural e Territorial na Colômbia; Arturo Escobar (1999, 2010) e Eduardo Restrepo (2005) sobre os territórios da diferença e as comunidades negras do pacífico colombiano; Tício Escobar (2012) sobre terra, território e guaranis em Paraguai, entre outros.

Este texto procurou realizar um breve exercício de recapitulação de três momentos conceituais chaves na clássica definição de Néstor García Canclini e seu diálogo com a questão territorial em Rodolfo Kusch e Milton Santos. Há, contudo, a necessidade de novas reflexões inseridas nas chamadas regiões ou blocos geoculturais contemporâneos que incluam nos seus estudos dimensões sócio-espaciais como o território e o espaço geográfico, elementos indissociáveis das sociedades latino-americanas e, claro, das políticas culturais.

Bibliografia

- ALBINATI, M. *Assistir, Entrar em Cena ou Roubar a Cena?* – Políticas Culturais no Território de Alagados (Salvador-BA). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2010. 136f.
- ANDER-EGG, E. *La política cultural a nivel municipal*. Buenos Aires: Lumen Hvmantas, 2005.
- BARBALHO, A. Movimentos sociais, territórios interculturais e direitos: Pensando a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). In: *Anais ANPOG. 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. ÁGUAS DE LINDÓIA – SP, 2012*.
- BARBALHO, A. *Política Cultural*. Coleção Política e Gestão Culturais. Salvador: P55 Edições / Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.
- BARBALHO, A. Política Cultural. In: RUBIM, L. (Org.) *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005, p. 33-52. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/146> Acesso em: 4 de janeiro de 2015.
- BARBALHO, A. Políticas e indústrias culturais na América Latina. *Revista Contemporânea*. Ed.17, Vol. 9, N1, 2011. UERJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/1195> Acesso em: 4 de janeiro de 2015.
- BARBOSA, F. da S.; ARAÚJO, H. E. *Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.
- BARROS, J. M. Processos (trans)formativos e a gestão da diversidade cultural. In: CALABRE, L. *Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e Desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 63-65.
- BARROS, J. M. A mudança da cultura e a cultura da mudança: cultura, desenvolvimento e transversalidade nas políticas culturais. In: BARROS, J. M.; OLIVEIRA Jr., J. (org). *Pensar e Agir com a Cultura: desafios da gestão cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.
- BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A. (Org.). *Visões do Brasil: Estudos culturais em geografia*. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012.
- BORGES, S.; SERPA, A. O papel dos agentes públicos e da sociedade civil na implementação de políticas de desenvolvimento territorial no Estado da Bahia: uma análise preliminar. *Revista Geografias*, nº11, p.31-59, Junho, 2012.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Revista São Paulo em perspectiva*, São Paulo: Abr-Jun, Vol. 15, Nº 2, p. 73-83, 2001.
- BRUNNER, J. J. Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades In: GARCÍA CANCLINI, N. (ed.). *Políticas Culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1990. [1987].
- CALABRE, L. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. *Revista Escritos*, Ano 7, Nº 7. Rio de Janeiro: FCRB, 2013, p. 323-345.
- ESCOBAR, A. Comunidades Negras de Colômbia: en defensa de biodiversidad, territorio y cul-

tura. *Biodiversidad*, n. 22, p. 15-20, Dic. 1999. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/biodiv223aescobar.pdf> Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

ESCOBAR, A. *Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes*. Popayán: Envió Editores, 2010 [2008]. Trad. Eduardo Restrepo. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/Territorios.pdf> Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

ESCOBAR, T. Los tiempos múltiples. Entrevista de Julio Ramos. *Revista Casa de las Américas* No. 269, octubre-diciembre/2012, p. 110-125. Disponível em: <http://www.casa.cult.cu/publicaciones/revistacasa/269/entrevista.pdf> Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território [2008]. In: FERNANDES, B. M. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Tese (livre-docência). Presidente Prudente: UNESP, 2013, p. 190-220.

GARCÍA CANCLINI, N. Definiciones en transición. In: Mato D. (Comp). *Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GARCÍA CANCLINI, N. Introducción. Políticas Culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCÍA CANCLINI, N. (ed.). *Políticas Culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1990. [1987].

GARCÍA CANCLINI, N. *Políticas culturais na América Latina*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 39-51, jul. 1983. Trad. Wanda Caldeira Brant.

GARRETÓN, M. A. (Coord.) *El Espacio Cultural Latinoamericano*. Santiago: CFE/CAB, 2003.

HAESBAERT, R. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, A. (org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos "territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. [2004].

HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-ame-

ricana. *Revista GEOgraphia*, Niterói: RJ, Vol. 12, No 24, 2010.

KUSCH, R. *Planteo de un arte americano*. Rosario: Fund. Ross, 2012a. [1959].

KUSCH, R. *América Profunda*. Rosario: Fund. Ross, 2012b. [1962].

KUSCH, R. *El pensamiento indígena y popular en América*. Rosario: Fund. Ross, 2012c. [1970].

KUSCH, R. *Geocultura del Hombre Americano*. Rosario: Fund. Ross, 2012e. [1975].

KUSCH, R. *Esbozo de una antropología filosófica americana*. Rosario: Fund. Ross, 2012f. [1978].

KUSCH, R. *Obras completas*. Tomo I, II, III e IV. Rosario: Fund. Ross, 2007.

LANGÓN, M. Geocultura. In: SALAS ASTRAIN, R. (dir.). *Pensamiento Crítico Latinoamericano: Conceptos Fundamentales*. Santiago de Chile: U. Católica Silva Henríquez, 2005, v. II.

MATO, D. Cultura, comunicación y transformaciones sociales en tiempos de globalización. In: *Cultura y Transformaciones sociales en tiempos de globalización: Perspectivas latinoamericanas*. MATO, D.; MALDONADO FERMÍN, A. (comp.). Buenos Aires: CLACSO, 2007a.

MATO, D. Importancia de los referentes territoriales en procesos transnacionales. *Estudios de Sociología*, Araraquara: São Paulo, v.12, n.23, 2007b. p. 35-63. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudios/article/view/499> Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

MATO, D. Todas las industrias son culturales. *Nueva época*, núm. 8, julio-diciembre, 2007c. p. 131-153. Disponível em: http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/comsoc/pdf/cys8_2007/cys_n8_7.pdf Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

MATO, D. Contextos, conceptualizaciones y usos de la idea de interculturalidad. In: AGUILAR, M. et al (Eds.) *Pensar lo contemporáneo: De la cultura situada a la convergencia tecnológica*. (p. 28-50). Barcelona and México: Anthropos y Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2009.

MATO, D. Heterogeneidad social e institucional, interculturalidad y comunicación intercultural. *MATRIZES*. Vol 6, Nº 1-2. São Paulo, Jul/Dez, 2012. p. 43-61. Disponível em: <http://www.matrizes.usp>

br/index.php/matrizes/article/view/376 Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil. *GEOGRAFARES*, Vitória, no 2, jun. 2001. p. 105-113.

NIVÓN BOLÁN, E. *Desarrollo y debates actuales de las políticas culturales en México*, (texto sin publicar), 2008. Disponível em: http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/nivon/NIVON_EDUARDO_Pol_Cultural_Mexico.pdf Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. [2006].

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECENÁ, Ana Esther (coord.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

RESTREPO, E. *Políticas de la teoría y dilemas de los estudios de las colombias negras*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca. 2005. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/publicaciones.htm> Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

RESTREPO, E. *Antropología y estudios culturales: Disputas y confluencias desde la periferia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. M. *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [2007].

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Edusp, 2012a [1988].

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2012b [1996].

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: RECORD, 2010 [2000].

SANTOS, M. O retorno do território. In: OSAL: Ob-

servatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005 [1994], p. 251-261.

SANTOS, M. *Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001 [2000].

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: RECORD, 2011 [2001].

SERPA, A. (Org.). *Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SERPA, A. Políticas públicas e o papel da geografia. In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011.

SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador: FUNCEB, 2002. [1988].

TASAT, J. Políticas Culturales de los gobiernos locales en el conurbano bonaerense. In: *Indicadores Culturales 2008*. Caseros: EDUNTREF, 2009. p. 185-191.

TASAT, J. Políticas Culturales de los gobiernos locales en el conurbano bonaerense (segunda parte). In: *Indicadores Culturales 2009*. Caseros: EDUNTREF, 2010. p. 61-70.

TASAT, J.; MENDES CALADO, P. Indicadores presupuestarios: Dispositivos para la gestión de gobiernos locales. In: *Indicadores Culturales 2009*. Caseros: EDUNTREF, 2010. p. 33-39.

TEIXEIRA COELHO. *Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TEIXEIRA COELHO. *Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário*. 2ª ed., [rev. e ampl.]. São Paulo: Iluminuras, 2012.

ZAMBRANO, C. V. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. In: *Boletim Goiano de Geografia* 21(1): 09-49, jan/jul, 2001.

Recebido em 09/01/2015
Aprovado em 15/02/2015

1 Juan Ignacio Brizuela, pesquisador visitante na Universidade Federal da Bahia, Brasil. Contato: juanbrizuela@lappna@gmail.com

2 José Márcio Pinto de Moura Barros, doutor em Comunicação e Cultura, Professor Titular da Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil. Contato: josemarciobarros@gmail.com

3 Experiências similares de organização estatal do campo da cultura podem ser observadas, também, na mesma época, na Colômbia e no México.

4 Esta crítica do jovem García Canclini ao ensaio e à filosofia latino-americana não durará muito já que ele mesmo contribuirá com a vigência do ensaio latino-americano no premiado texto *“Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo”* (2002).

5 O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição internacional não governamental, fundada em 1967, que mantém relações formais com a UNESCO. Através de diversas parecerias e atividades de ensino e pesquisa, busca contribuir a repensar, a partir de uma perspectiva crítica e pluralista, a problemática integral das sociedades da América Latina e Caribe. Informação disponível em: <http://www.clacso.org.ar/institucional/1a.php?idioma=port> Acesso em: 4 de janeiro de 2015.

6 O livro organizado por Daniel Mato onde García Canclini participa foi publicado em junho de 2001; isto é, três meses antes do atentado.

7 *“Uno de los pocos consensos que existe hoy en los estudios sobre cultura es que no hay consenso. No tenemos un paradigma internacional e interdisciplinariamente aceptado, con un concepto eje y una mínima constelación de conceptos asociados, cuyas articulaciones puedan contrastarse con referentes empíricos en muchas sociedades. Hay diversas maneras de concebir los vínculos entre cultura y sociedad, realidad y representación, acciones y símbolos”* (GARCÍA CANCLINI, 2001, p. 57).

8 *“Necesitamos, sin embargo, algunas definiciones operativas, aunque sean provisionales e inseguras, para seguir investigando y hacer políticas culturales. Todos arbitramos de algún modo en conflictos entre tendencias epistemológicas cuando elegimos nuestro objeto de estudio, ponemos en relación un conjunto de comportamientos con un repertorio de símbolos, y seguimos una ruta para buscar los datos, ordenarlos y justificarlos”* (Ibidem, p. 57).

9 Sobre território, por exemplo, podemos consultar obras de autores como Antonio Carlos Robert de Moraes (2001), Arturo Escobar (1999, 2010), Bernardo Mançano Fernandes (2013), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008, 2012), Daniel Mato (2007a), Marcos Aurélio Saquet (2010), Milton Santos (2001, 2010, 2012a, 2012b), Muniz Sodré (2002), Rodolfo Kusch (2012b, 2012e, 2012f) e Ro-

gério Haesbaert (2006, 2008). Sobre políticas culturais, encontramos reflexões de Albino Rubim (2007), Alexandre Barbalho (2005, 2011, 2013), Eduardo Nivón Bolán (2008), Ezequiel Ander-Egg (2005), Frederico Barbosa da Silva (2010), Isaura Botelho (2001), José Joaquin Brunner (1990), José Márcio Barros (2009, 2011), Lia Calabre (2013), Néstor García Canclini (1983, 1990, 2001), Teixeira Coelho (1997, 2012), entre outros. Além disso, eventos científicos como o ENECULT realizado pelo CULT/UFBA, diversos encontros organizados pela Fundação Casa Rui Barbosa – FCRB com destaque para o Seminário Internacional de Políticas Culturais, os Encontros Estaduais e Brasileiros sobre Políticas Culturais e os Congressos de Cultura Viva Comunitária – Pontos de Cultura corroboram essa crescente preocupação e produção nesta área.

10 Em palavras do autor: “O que ele [o território] tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco de perda de sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 2005, p. 255, colchetes nossos).

11 Costuma distinguir-se o “espaço” como categoria geral de análise, mais vago, do “território” como conceito mais “preciso” do ponto de vista epistemológico (MORAES *apud* HAESBAERT, 2006, p. 37). Roberto Lobato Corrêa, na orelha do livro de Haesbaert, também considera o território como uma conceituação derivada do espaço, o conceito maior. Contudo, Milton Santos, nos seus últimos escritos, deixa de considerar relevante esta distinção, questão que discutimos no primeiro capítulo da tese.

12 Segundo Haesbaert: “[...] o argumento da desterritorialização e o projeto neoliberal caminham juntos, um a serviço do outro” (2006, p. 24).

13 As trocas intelectuais que acontecem, por exemplo, em países como Itália, França, Alemanha e Grã Bretanha, foram estudadas minuciosamente por pesquisadores brasileiros como Haesbaert (2006, 2008) ou Saquet (2010).

14 “Afirmar que la geografía condiciona el pensamiento sería muy superficial. Pero enunciemos siquiera a nivel hipotético que algo más profundo ocurre, y que no lo conocemos y que caracterizamos el problema con el término *suelo*” (Ibidem, p. 78, itálicas do autor).

15 Desde 2003, com a chegada ao poder do presidente Luis Inácio “Lula” Da Silva, muitas pastas de cultura nacionais, estaduais e municipais adotaram a tridimensionalidade da cultura (no seu sentido mais amplo, também chamado de antropológico) nas suas dimensões cidadã (política), econômica e simbólica (cultural, em sentido estrito).

16 Cincinato Marques de Souza Júnior, **Cartografia nas Metas do Plano Nacional de Cultura** e Luciano Simões de Souza, **Me conta Universidade livre do Médio Rio das Contas: cultura, participação e desenvolvimento local**. Teses em andamento do Doutorado em Cultura e Sociedade - Universidade Federal da Bahia. Início: 2012.

Análisis de programas nacionales de Extensión Universitaria en América Latina: hacia la Inclusión y la Ciudadanía Cultural

Analysis of national programs of University Outreach in Latin America: towards Inclusion and Cultural Citizenship

Análise dos programas de Extensão Universidade Nacional na América Latina: Rumo à Inclusão e Cidadania Cultural

Dra. Ahtziri Molina Roldán¹
Mtro. Aldo Colorado Carvajal
Shaila Barradas Santiago
Patrick Fowler

Palabras clave:

Extensión universitaria
Gestión Cultural
América Latina
Ciudadanía Cultural
Inclusión educativa
Políticas Culturales

Resumen:

Históricamente, la Extensión Universitaria ha tenido un papel primordial en el desarrollo de los vínculos de la universidad con la sociedad; sin embargo, las nociones que se tienen acerca de ésta función sustantiva son amplias, ambiguas, confusas e incluso contradictorias y por lo tanto, la Extensión no ha podido alcanzar el mismo nivel de consolidación que la otras dos funciones sustantivas de las Instituciones de Educación Superior: la Investigación y la Docencia.

La concepción de las políticas universitarias y tareas a desarrollar desde esta área tienen un carácter singular, pues la Extensión se concibió con un fuerte compromiso social de las Instituciones de Educación Superior con las comunidades que las sustentan. Sin embargo, en la actualidad, la Universidad se ha posicionado como figura hegemónica del conocimiento, dejando poco margen para el aprendizaje de lo que las comunidades aprenden en su vida cotidiana. Por estos motivos consideramos necesario cuestionar los objetivos, las actividades, los actores y el sentido que esta función tiene.

Este artículo busca hacer una revisión comparativa de los elementos y modos de proceder fundamentales de las políticas nacionales de la Extensión Universitaria en cinco países del continente: México, Argentina, Brasil, Colombia y Venezuela. Estas políticas serán analizadas a la luz de los conceptos de ciudadanía cultural y democratización del acceso a los conocimientos universitarios –noción que trasciende la de ampliación de la matrícula–, las cuales se consideran como posibles motores para la construcción de modelos de Extensión Universitaria más incluyentes en la producción y reproducción del conocimiento social generado con y desde las Instituciones de Educación Superior.

Abstract:

Although University Extension has historically had a prevailingly important role in the formation of the connection between University and society, its conceptualizations are diverse, ambiguous, confusing and at times contradictory; even more so are its practical executions. Therefore, its role has hardly been able to reach the same level of maturity as teaching or investigation.

The perceptions of university policies and of the activities carried out are of a particular in Latin America character because University Extension was conceived as a strong social obligation that higher learning institutions have with the communities that support them. However, many times the practice of Extension, far from sharing information or promoting dialogue, discrediting society's knowledge and positioning the University as a hegemonic figure. For this reason, it is necessary to question the objectives, activities, actors and meaning that this function has.

This paper intends to make a comparative analysis of the national guidelines for University Extension in five Latin American countries (Mexico, Argentina, Brazil, Colombia and Venezuela) and identify the fundamental elements and methods of operation. These policies will be analyzed by way of cultural citizenship and democratization of access to university learning –a notion that transcends that of enlargement of enrollment– which are considered to be possible motivations for the construction of more inclusive and less hegemonic models of University Extension in the production and reproduction of social knowledge generated with and from higher learning institutions.

Keywords:

University Extension
Cultural Management
Latin America
Cultural citizenship
Inclusion

Palavras chave:

Extensão Universitária
Gestão Cultural
América Latina
Cidadania cultural
de inclusão
de Política Cultural

Resumo:

Historicamente, a Extensão Universitária tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento de vínculos entre a universidade ea sociedade; no entanto, eles têm noções sobre o papel substantivo este espaçoso, ambíguo, confuso e até contraditório e, portanto, esta função não tem sido capaz de alcançar o mesmo nível de consolidação como as outras duas funções essenciais das instituições de ensino superior: pesquisa ou ensino. A concepção de políticas universitárias e as tarefas desta área têm desenvolvido um caráter único que a extensão foi projetada com um forte compromisso social das instituições de ensino superior com as comunidades que lhes dão suporte. No entanto, hoje a universidade tem se posicionado como figura hegemônica de conhecimento, deixando pouco espaço para aprender o que as comunidades aprendem em suas vidas diárias. Por estas razões, consideramos que é necessário questionar as metas, atividades, atores e no sentido de que esta função tem. Este artigo oferece uma análise comparativa dos elementos e modos de ação das políticas nacionais da Extensão Universitária fundamentais em cinco países do continente do México, Argentina, Brasil, Colômbia e Venezuela. Este artigo baseia-se nas noções de democratização do acesso ao conhecimento universitário, bem como a noção de cidadania cultural, pois ambos são conceitos recorrentes levantadas em casos domésticos.

Análisis de programas nacionales de Extensión Universitaria en América Latina: Hacia la Inclusión y la Ciudadanía Cultural

Introducción

Las universidades juegan un papel central en el proceso de conservación, producción y reproducción del conocimiento de las sociedades en las que están inscritas, así como en la generación de iniciativas que contribuyan a mejorar las formas de vida de la población. Estos cometidos tradicionalmente han sido divididos en tres funciones sustantivas de las Instituciones de Educación Superior (IES): la Docencia, la Investigación y la Extensión Universitaria. Las IES no desarrollan estas funciones con la misma intensidad y dedicación, pues la diversificación institucional no universitaria (educación normal, educación tecnológica) y los nuevos niveles de la educación superior (técnico superior universitario) implican diferentes modelos de entender y hacer la Extensión Universitaria.

Aunado a lo anterior, la Extensión ha tenido poco desarrollo profesional y ha sido objeto de reflexión en mucho menor medida que las otras dos tareas universitarias. Esta situación genera un gran demérito y atención precaria a esta función sustantiva. Aún en este momento en el cual los parámetros de una educación superior exitosa están expresados en términos de calidad y éxito financiero, donde los principales indicadores se refieren a asuntos de Docencia e Investigación, insistimos en la necesidad de reconocer la importancia de las tareas de Extensión y hacer más eficiente la tercera función de la universidad. Lo anterior se puede corroborar en informes de la edu-

cación superior, indicadores, etc., donde esta función es contemplada de manera superficial (UNESCO, 2010 ; LÓPEZ SEGRERA, 2011 ; SEP 2013). Más allá de lo supuestamente cuantificable como la calidad en la educación e investigación así como el crecimiento de las matrículas, el trabajo de carácter cualitativo y formativo en torno a las comunidades es vital para que la Universidad comprenda su entorno, así como para colaborar en la construcción de espacios sociales más armónicos y autónomos.

En esta ocasión, haremos un reconocimiento de los postulados de políticas de Extensión Universitaria latinoamericanas. El objetivo es identificar los paradigmas que rigen dichas políticas y el tipo de estrategias para su implementación, además de observar las diferencias y similitudes en los cinco casos analizados, con la finalidad de reconocer las metas planteadas en el trabajo de gestión de estas áreas. El estudio se hace a sabiendas de que resultará un análisis asimétrico por los tamaños de los países tomados como casos de estudio y las políticas empleadas en todos ellos; sin embargo, consideramos que el ejercicio es benéfico para conocer distintos modelos y, con ellos, visiones del tema en diversos puntos del continente.

Para este trabajo se presentan cinco casos del continente los cuales consideramos icónicos y ejemplares de la diversificación que han tenido los sistemas de educación superior y con ello, suponemos, los modelos de Extensión Universitaria. Así se revisan los sistemas de educación superior de Argentina, Brasil, Colombia, México y Venezuela. Estos cinco países, si bien cuentan con sistemas educativos muy diversos, en conjunto concentran casi al 75% de la matrícula de la región (DIDRIKSSON, 2008). Por lo tanto, consideramos que nos brindarán un crisol importante para la comprensión

del modo en que han construido tales políticas a nivel continental.

Este estudio pondera dos nociones consideradas como punto de partida y llegada de la Extensión Universitaria. Planteada desde las Reformas de Córdoba, esta función sustantiva fue concebida como un mecanismo de acercar el conocimiento producido en tales instituciones a la población que no tenía acceso a las aulas. Por lo tanto, consideramos que la Extensión Universitaria ha sido una medida para hacer el conocimiento universitario más incluyente y la noción de *ciudadanía cultural* la vislumbramos como un posible puerto de llegada de los programas de Extensión Universitaria contemporáneos.

La Extensión Universitaria: Tercera Función Sustantiva

En los últimos años, la matrícula de educación superior en todos los países se ha incrementado, haciendo posible que cada vez sea mayor la población que accede a los conocimientos y la cultura de las IES.

Si bien, cada vez más jóvenes tienen la posibilidad de ingresar a la educación superior, las desigualdades acumuladas históricamente en la región son difíciles de remontar en pocos años: a principios del siglo XXI, menos de la quinta parte de la población en América Latina ha logrado acceder a la educación superior. Si bien se ha ampliado el acceso a ésta, los alcances que aún se tienen siguen siendo menores para muchas poblaciones que históricamente han sido excluidas: indígenas, población rural, mujeres, entre otras.

Aun con los esfuerzos realizados para aumentar el acceso a la educación superior, los resultados en el continente siguen siendo magros; por lo tanto conside-

ramos que la Extensión Universitaria tiene un rol importante como medio para hacer llegar a más población los beneficios de la educación superior. Sin embargo, las políticas de las Instituciones de Educación Superior no siempre consideran a esta función como aquella que aporta elementos para el desarrollo de las comunidades y su inclusión en los beneficios que brinda el conocimiento universitario.

Según datos de la CEPAL (2013), de la población mayor de 15 años en América Latina, sólo el 17% ha alcanzado los 13 años de escolaridad. Ante estas cifras, es evidente que hoy en día, un gran sector de la población queda excluido de los conocimientos y la cultura que se socializan en las universidades e IES. En este sentido es que la extensión tiene mucho que aportar para el desarrollo de nuestras sociedades.

Sin embargo, la problemática mayor que se detecta en cuanto a la Extensión tiene que ver con su definición. Lo que se entiende por Extensión Universitaria varía ampliamente, en especial con la diversidad de tipos de institución y la amplia inserción del sector privado en la Educación Superior.² La particularidad de cada institución, así como de sus objetivos institucionales, modifican las comprensiones de esta función. Es por esto que desde la década de los noventa del siglo pasado, además de las nociones tradicionales de Extensión Universitaria, Difusión Cultural, Comunicación de la Ciencia y Enlace Comunitario, se ha incluido a la Vinculación y, en particular, en relación con el sector productivo por el potencial impacto económico que ésta implicaría. En ocasiones, la Vinculación ha pasado a sustituir a las otras definiciones o tareas de la Extensión en el corazón de las IES. A continuación se realizará una revisión sucinta de las nociones básicas de la Extensión Universitaria.

Tabla 1. Datos relevantes de los sistemas de educación superior en países seleccionados.

País	Tasa de escolaridad bruta	Matricula pública y privada	Número de instituciones	
Venezuela³ Población total 27,227,93 (2011)	Tasa de cobertura 78% (2009)	Matricula pública: 1,581,444 (74.72%) Matricula privada: 535,094 (25.28%) Matricula total: 2,116,538 (2007)	48 Universidades 23 Oficiales 25 Privadas 119 Institutos Universitarios	51 Oficiales 68 Privadas 167 IES (2004)
México⁴ Población total 112,336,538 (2010)	Tasa de cobertura: 32.8% (2012)	Matricula pública: 2,274,311 (68.91%) Matricula privada: 1,026,037 (31.09%) Matricula total 3,300,348(2013)	489 Normal Licenciatura 4198 Licenciatura 2109 Posgrado	438 Federal 1084 Estatal 1478 Privado 6796 IES
Argentina⁵ Población total 40,091,359 (2010)	Tasa de cobertura: 75% (2010)	Matricula pública: 1,441,845 (79.73%) Matricula privada: 366,570 (20.27%) Matricula total 1,808,415	47 Universidades Nacionales 50 Universidades Privadas 7 Institutos Universitarios Estatales 14 Institutos Universitarios Privados	3 Universidad provincial 1 Universidad extranjera 1 Universidad internacional 133 IES
Brasil⁶ Población total 198,292,000 (2013)	Tasa de cobertura: 36% (2009)	Matricula pública 1,525,190 (25.48%) Matricula privada 4,460,683 (74.52%) Matricula total 5,985,873	169 Universidades (83 públicas) 60 Universidades Comunitarias, Confesionales o Filantrópicas	32 Estatales 46 Federales 5 Municipales 26 Particulares 338 IES
Colombia⁷ Población total 47,121,090 (2013)	Tasa de cobertura: 45.5% (2013)	Matricula pública: 1,012,457 (53.96%) Matricula privada: 863,866 (46.04%) Matricula total 1,876,323 (2011)	81 Universidades 119 Instituciones Universitarias/ Escuelas Tecnológicas	50 Instituciones Tecnológicas 36 Instituciones Técnicas Profesionales 286 IES

Tipos de Extensión Universitaria

Como se observa, dentro de la Extensión Universitaria existen varios modelos y tipos de actividades que han predominado en distintas instituciones en diferentes periodos, los cuales han impactado en la manera en que se concibe y en cómo se definen las políticas universitarias relacionadas con esta función. Se retoma el trabajo de diversos autores que han elaborado conceptualizaciones sobre esta noción (SÁNCHEZ, 2003 ; SERNA, 2004 ; EJEAY GARDUÑO, 2014) para establecer definiciones generales sobre las tareas de la tercera función sustantiva.

a. Extensión Universitaria

Se entiende por Extensión la relación que las instituciones de educación superior tienen con la sociedad no activa en la vida de las mismas (SERNA, 2004, p. 78) y es a través de este espacio que

las universidades... deben contribuir al contacto reflexivo con la realidad, seguida del compromiso para transformarla. La extensión tiene, en potencia, una dimensión educativa de importancia excepcional... a través de la cual la Universidad debe ser una conciencia que no sólo critica, sino que actúa [para] acompañar a

las personas y grupos humanos en la búsqueda de la respuesta a sus problemas (SERNA, 2004, p. 99-100).

No obstante, pensar en el concepto de Extensión implica pensar en la “integración y transformación mediante la difusión, divulgación, promoción y servicios del conocimiento científico, tecnológico, artístico y humanístico” (ANUIES *apud* SERNA, 2004, p. 84) que propicie un desarrollo armónico de las sociedades.

b. Difusión Cultural

Por su parte, la Difusión Cultural tiene como finalidad transmitir a la sociedad los conocimientos resultado de las investigaciones, las concepciones de cultura nacional y universal, las costumbres, entre otras cosas, principalmente de manera unidireccional universidad-sociedad, a través de diversos instrumentos como “publicaciones, museos y exposiciones, conferencias, funciones de cine y actividades artísticas” (SERNA, 2004, p. 87) que rara vez se realizan como respuesta a las necesidades e intereses sociales, imponiendo muchas veces visiones del mundo y modos de vida que no son compatibles con sus contextos sociales e históricos.

c. Divulgación o Comunicación de la ciencia

Según Sánchez (2003, p. 9) “la divulgación de la ciencia es una labor multidisciplinaria cuyo objetivo es comunicar... el conocimiento científico a distintos públicos voluntarios”. Con ello, se busca promover el análisis crítico de los hechos sociales para crear conciencia de las situaciones en las que se vive a fin de estimular la participación política de la sociedad para que intervenga en la transformación de sus esquemas de pensamiento, exigiendo mejores condiciones de vida. Los alcances de este modo de extensión han sido magros, pues con frecuencia los

lenguajes y espacios de difusión han sido poco apropiados para hacerlo llegar a mayores sectores de la población.

d. Vinculación

La Vinculación es la relación que se establece entre la universidad y las empresas con el fin de elevar la formación de sus estudiantes al igual que su investigación y así contribuir a la mejor integración a las necesidades sociales de empleo. Basándose en los conceptos de calidad y excelencia educativa, este concepto se apega a las normas del mercado para asegurar el progreso económico del entorno inmediato de la universidad. Sin embargo, muchas veces se cae en una meritocracia radicalizada y una selección cultural acotada que sirve, más bien, para la continuación de las desigualdades sociales (SERNA, 2004, p. 97).

A esta definición dada por Serna habría que agregar que en la actualidad tanto la Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES) como muchas IES mexicanas utilizan la noción para referirse a todo tipo de relación establecida con agentes externos a la universidad.

e. Enlace comunitario

Estas actividades tienen como público específico a los grupos sociales marginados para ofrecer una mejor calidad de vida a través de servicios de salud y de educación, asesoría técnica, entre otros servicios sociales (ANUIES *apud* SERNA, 2004, p. 84-85).

Inclusión y Ciudadanía Cultural: nociones para comprender la visión contemporánea de la Extensión Universitaria

Como se mencionó en la introducción, existen dos conceptos que encontramos presentes en los documentos rectores consultados: la inclusión social

como una obligación histórica de las Instituciones de Educación Superior, así como la contemporánea construcción que tiene que ver con la ciudadanía cultural. Ambas nociones están presentes en las políticas de educación, pero también, e incluso con mayor énfasis, en las propuestas del sector cultural.

Existen diversas visiones sobre la inclusión, sin embargo una que remite directamente a los trabajos de la tercera función es la propuesta por Chiroleu (2009) quien establece que en las Reformas de Córdoba una de las demandas fue la *democratización externa* de la Universidad. Lo que esta noción implicaba era ampliar la base social de los asistentes a las aulas de educación superior⁸. A partir de esta demanda es que se gesta la noción de *ampliación de la cobertura* en la educación superior, la cual buscaba que estudiantes de distintos grupos sociales cursaran estudios universitarios. La meta, según la misma autora, era: “alcanzar una composición interna que refleje la sociedad en su conjunto” (2009, p. 2). No obstante, si bien esta propuesta visualiza el ingreso de los diversos grupos sociales a este nivel educativo no repara en la realidad de que los capitales culturales de los diversos grupos sociales son heterogéneos y por tal, la permanencia y término de los diversos grupos se complica y genera diversas problemáticas.

Es a partir de la identificación de estas problemáticas, y con la finalidad de dar una oportunidad justa a toda la población, que desde la noción de inclusión se asume que la sociedad es heterogénea y por tanto diversa. Es sobre estas bases que se debe de construir la oferta: a partir de las diferencias sociales sin promover su homogeneidad. Este es un término que históricamente ha evolucionado y aunque casi siempre se ha manejado en relación a la matrícula, también ha modificado su comprensión y estrategias de atención a

la ciudadanía que no siempre ha tenido acceso al nivel superior.

Así, señala Chiroleu, hoy día se comprende a la inclusión como

procesos más complejos y de una abarcatividad y profundidad mayores. Se apunta a incluir dentro de la universidad una diversidad racial, cultural y sexual semejantes a la que existe en el seno de la sociedad, buscando remediar discriminaciones históricas que han conducido a la situación de desigualdad que han padecido esos grupos. (CHIROLEU, 2009, p. 104)

Aunque actualmente esta definición de inclusión es aún una aspiración, es también un modo de reparar la visión y prácticas parciales y excluyentes que las IES en su mayoría han tenido a lo largo del tiempo. Las medidas prácticas (becas, guarderías etc.) que permitan esta inclusión apenas están en construcción y como procesos de cambio cultural y educativo que son, los resultados que se esperan son a mediano o largo plazo.

Con estas propuestas generadas inicialmente al interior de la vida universitaria se amplía la visión de quién y cómo construye las IES. Por otra parte, se tiene una comprensión más incluyente de lo que se entiende por sociedad y se vuelven más tangibles y cercanas las demandas y situaciones que de otro modo no se habrían visibilizado o comprendido tan bien. Es también aquí donde la noción de intercambio de saberes cobra sentido y se pone al servicio de generar una Universidad más incluyente y sensible al entorno, con lo cual sea posible mejorar la cohesión social y generar mejoras en las condiciones de vida de la población.

Los desafíos son enormes, sin embargo, ya están planteados y en camino de su integración a los núcleos universita-

rios. La lógica de cambio está en la mesa y en re-elaboración constante.

Hacia la ciudadanía cultural

La noción de ciudadanía ha acompañado a las sociedades humanas desde los esplendores de Atenas. Se comprende como ciudadanía al conjunto de derechos y deberes por los cuales el individuo está sujeto en relación con la sociedad en la que vive. Es decir, cuando se le otorga al individuo la calidad de miembro de una comunidad organizada. Esta noción está vinculada con un modelo de gobierno democrático.

En la actualidad se identifican tres tipos de ciudadanía: aquella ligada con los derechos políticos, la vinculada con los derechos económicos y la que está relacionada con los derechos culturales. A pesar de que deberían de ser indivisibles en tiempos de libre mercado, no siempre están entrelazadas.

La ciudadanía política es la que se identifica de modo más tradicional, pues es la que confiere el derecho a la residencia, al voto y a la participación política. Mientras que la ciudadanía económica está relacionada con el derecho a trabajar y a prosperar, como el ideal de generar la igualdad, al menos de oportunidades. En tiempos de mercados globales y migraciones laborales, este derecho se presenta en ocasiones de modo independiente a la capacidad de participar en la toma de decisiones políticas de una sociedad.

En tercer lugar mencionamos la ciudadanía cultural, la cual, en su forma básica, provee el derecho del conocimiento y el habla. Además se refiere a la generación de códigos y formas comunes de identificación, creencias y hábitos que permitan la expresión de las representaciones de los colectivos y sus individuos.

La ciudadanía cultural, por ende, tiene tareas importantes en tiempos de globalización e interculturalidad, pues ésta ha de ser la encargada de permitir de modo pacífico la manifestación pacífica y respetuosa de las diversas expresiones culturales que se conjugan en una misma sociedad. Este es el tipo de ciudadanía que exploramos aquí, con la finalidad de identificar cómo se vincula con las IES y los cometidos de la Extensión Universitaria.

Existen diversos modos de comprender y “aplicar” la noción de ciudadanía cultural. Inicialmente, uno de los primeros escollos para la definición de este término es que la noción misma tiene múltiples interpretaciones y puede ser infinitamente incluyente o excluyente. Miller (2011) realiza un recuento de siete posiciones preponderantes sobre el término.

A grandes rasgos se presentan tres posturas: la de Bennet, quien concibe que la ciudadanía cultural es la garantía que tienen las poblaciones de generar un capital artístico y de conocimiento, pero cuyo objetivo es hacerse de competencias para expresarse como individuos y colectivos. Esta postura apunta a la generación de políticas culturales que tengan en mente el derecho a expresarse artísticamente o a disfrutar de tales manifestaciones. Esta visión, si bien cumple objetivos específicos y abre las puertas para la inclusión social, presenta una postura acotada sobre lo que entiende por cultura, pues retoma como base de su definición a las artes como parte central de lo cultural y deja de lado otras expresiones más cotidianas que no necesariamente están atravesadas por la estética –al menos no de modo directo– y resultan tan importantes para la comprensión de lo cultural o más que las propias Bellas Artes.

Rosaldo y Kymlicka están por dar derechos y capacidades similares a los

desposeídos frente a las mayorías; sin embargo, parten desde sitios opuestos: Rosaldo lo plantea como un modo de resistencia de las minorías que, a través de sus acciones, se construyen un lugar en la sociedad; mientras que Kymlicka propone esta visión como un modo de construir política de estado con la finalidad de incorporar a propios y extraños en un espacio donde la hegemonía está decidida y, al menos económicamente, no será disputada, pero se dará espacio política y culturalmente para participar de la construcción de la nación, siempre y cuando se cumpla de antemano la posibilidad de prosperar económicamente.

Además está la construcción teórica es la desarrollada por Parekh y Hall en el *Informe sobre el Futuro de una Gran Bretaña Multiétnica* en 2000. Este documento buscaba promover la justicia racial en este país. Los modos que proponen Parekh y Hall para llegar a la realización de este discurso son la suma de los pensamientos enunciados por Bennet, Rosaldo y Kymlicka.

Los autores enunciados hasta ahora reflejan las posibles bondades de una comunidad intercultural puede abonar a las sociedades en transformación, en especial, a aquellas que se consideran desarrolladas y que, como tales, atraen altos números de migrantes a sus suelos. No obstante, el mercado rector de estas mismas sociedades, ve con malos ojos algunos de los usos y costumbres de las comunidades recién llegadas. Tales son los casos que consideran las nociones acuñadas por Amy Chua y el binomio Lewis-Huntington.

Amy Chua en Miller (2011) considera que en estos tiempos el poder económico tiende a concentrarse, mientras que el proceso de democratización aumenta la voz y el poder político de una mayoría frustrada (2003, p. 124 *apud* MI-

LLER, 2011, p. 67). Considera la autora que la ciudadanía cultural “se trata de un dispositivo que convierte la democracia de libre mercado en una maquina generadora de conflictos étnicos” (2003, p. 6 *apud* MILLER, 2011, p. 67). Este trabajo se levanta como una advertencia ante la creciente concentración del capital y sus efectos perniciosos en el borde de la desesperación social. Miller considera que la noción de “choque de civilizaciones” de Lewis (1990) y popularizada por Huntington (1993) se utiliza para señalar la diferencia entre el estado laico de occidente y la clara imbricación de la iglesia y el estado de los estados árabes dando como resultado la construcción de lo que se comprende por Estado y de mundo. Por lo tanto, se plantean que los problemas serán principalmente de carácter cultural. Tal posicionamiento cobró fuerza después de los ataques terroristas en Estados Unidos el 11 de septiembre de 2001, donde la prensa y el Estado norteamericano apoyaron esta visión de mundo y de comprensión de lo intercultural y la construcción de derechos ciudadanos en distintos espacios. Sin embargo, no todas las voces líderes de opinión se han sumado a esta postura y entidades como la UNESCO las han refutado directamente. Se plantea que este reduccionismo resta en lugar de sumar en un mundo mucho más complejo de lo que lo plantean.

Si bien la noción de ciudadanía cultural puede tener elementos muy positivos y las primeras concepciones buscan la integración, ya se ve en los últimos dos postulados que no todos están de acuerdo con estos planteamientos y las lecturas de lo cultural son tantas como interpretaciones de este término se proponen.

Como consecuencia, a la hora de pensar la ciudadanía cultural desde las IES es preciso analizar a qué se refieren con ello y cómo buscan implementar las medidas con la finalidad de acuñar qué

tipo de ciudadano se pretende formar. A fin de cuentas, esta no es una noción objetiva, libre de mancha, y debe de tenerse sumo cuidado en cuáles son las interpretaciones que se dan, cómo se construyen, a qué nociones y a qué intereses responden.

Políticas públicas de la Extensión

Las definiciones expuestas están en correlación con las políticas de la educación superior, tanto a niveles internacionales como nacionales. En ocasiones, los postulados que se hacen en los distintos niveles son congruentes; en otras más, están sujetos a amplias interpretaciones y muchas otras se resuelven mediante omisión y, por lo tanto, falta de acción en esos sectores.

A continuación se bosquejan los principios generales que la UNESCO ha enunciado sobre la Extensión Universitaria, para después plantear los postulados generales que caracterizan los modelos de Extensión en Venezuela, México, Argentina, Brasil y Colombia. Se eligieron estos países por la diversidad de políticas de Extensión Universitaria que han elaborado las asociaciones o agrupaciones de Instituciones de Educación Superior (IES) en cada país.

En la Conferencia Mundial sobre la Educación Superior de 2009 convocada por la UNESCO se considera como eje central de la declaración final que la educación superior debe de promover el cambio social y el desarrollo de las sociedades. Esto se ha de lograr mediante el fomento de la investigación, la innovación y la creatividad, lo cual es enfatizado en la misión y funciones de la educación superior que tienen que ver con la responsabilidad social de la misma –en especial, la educación superior pública– y donde las tareas de la Extensión son mencionadas

en el segundo artículo como una responsabilidad social de las IES para resolver los desafíos mundiales de carácter ambiental, económico, social o cultural. Sin embargo, en lo que respecta a la implementación, la Extensión se desvanece dentro de las acciones que deben llevar a cabo las IES para cumplir con los objetivos propuestos en la declaración (UNESCO, 2010).

1. México

El sistema de educación superior de México es uno de los más grandes y complejos en América Latina, tanto por el número de su matrícula como por el número de IES. Sin embargo, de los cinco países analizados, es el de menor cobertura en este nivel educativo: 33% de la población en edad de estudiar se encuentra matriculado en alguna Institución de Educación Superior del país⁹.

La Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES) ha sido en México la principal instancia que ha generado reflexión y organización de las actividades de las IES en México y también la encargada de definir las actividades de Extensión Universitaria.

La ANUIES ha desarrollado una tipificación de las IES con seis perfiles según “su naturaleza funcional académica, las áreas de conocimiento que conforman la oferta académica y los niveles de programas que conforman su oferta” (ANUIES, 2000, p. 13). De este modo, en el *Programa Nacional de Extensión Universitaria* del año 2000, se caracterizaron los diversos modos de trabajo para el sector con objetivos y estrategias más puntuales.

Un elemento importante de las bases del *Programa* es que considera distintos tipos de Extensión para cada tipo de institución, de acuerdo a su perfil académico. Esto repercute en que las

políticas y estrategias que se delineen sean muy generales, ya que se propone que cada IES plantee sus estrategias de acción a partir de un diagnóstico de su quehacer específico.

Según el *Programa Nacional de Extensión de los Servicios, Vinculación y Difusión de la Cultura* (ANUIES, 2011), último que se elaboró por la Dirección de Extensión de la ANUIES antes de su desaparición en 2013, los fines de ésta son seis: hacer partícipe a la sociedad de los conocimientos de las IES; proporcionar servicios de formación continua; atención y solución de los problemas sociales; la preservación, difusión, enriquecimiento y extensión de las culturas locales y regionales; la retroalimentación de las funciones de Docencia e Investigación; y contribuir al incremento del sector productivo.

Así, el documento establece como políticas fundamentales de la Extensión: la elaboración de reglamentación y normatividad que permita fortalecer las funciones y acciones de la Extensión Universitaria; sumado a esto, la necesidad de generar un presupuesto exclusivo para la Extensión con la finalidad de alcanzar los objetivos planteados por cada IES. Además, resalta el interés en la profesionalización de los responsables de la función.

El Programa Nacional de Extensión de la ANUIES establece que la Extensión debe ser una articulación entre las otras dos funciones sustantivas. La Extensión funciona como un tercer tipo de actividad que pone en relación la Docencia y la Investigación tradicionales.

De esta manera, se delinean reglamentos generales que pueden ser interpretados según el contexto regional de cada institución. Sin embargo, debido precisamente a esta generalidad no

hay una conceptualización o definición que permita la concreción de las tareas de la Extensión.

Desde noviembre de 2013, la única oficina que subsiste en el organigrama de la ANUIES es la Dirección General de Vinculación Estratégica. Esta dirección concentra sus actividades en Relaciones Internacionales, Vinculación Interinstitucional y Vinculación Empresarial, dando mayor peso a la relación con el sector productivo (ANUIES, 2012), lo que demuestra la alineación de las políticas educativas nacionales al modelo neoliberal, que va en detrimento de la comprensión de la Extensión Universitaria como un concepto integral y como promotor del desarrollo social. Esta decisión de la Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior refleja que las otras áreas de la Extensión no son prioritarias ni necesarias de desarrollar por parte de las IES.

2. Venezuela

Venezuela tiene la mayor tasa de cobertura en educación superior entre los países analizados, llegando al 78%. Se caracteriza porque la matrícula es mayoritariamente pública: sólo una cuarta parte se ubica en el sector privado, aunque el número de IES privadas es mayor que el de las públicas¹⁰.

En Venezuela, el organismo encargado de delinear las políticas de las IES es el Consejo Nacional Universitario, creado en 1946 y que se conforma por el Ministro de Educación, los rectores de las Universidades Nacionales y Privadas y por representantes de profesores y estudiantes de cada universidad.

El Consejo Nacional Universitario creó en 2004 el Núcleo de Autoridades de Extensión (NAEx), aparato responsable de fijar las políticas y coordinar y organizar las acciones de las universida-

des en el país en las tareas de Extensión. Debido a su reciente creación, este cuerpo todavía se encuentra en proceso de consolidación y fortalecimiento para la coordinación de las actividades de esta función sustantiva en las universidades venezolanas. El NAEx se considera como un grupo asesor del CNU en materia de Extensión.

Desde el momento de su creación, el NAEx se ha esforzado por establecer una definición clara de Extensión; sin embargo, ha encontrado las mismas dificultades que muchos investigadores sobre esta tarea: existe una variedad de acepciones del término. En la Normativa General para la Extensión, elaborado en 2013, se concibe a la Extensión como “una de las funciones académicas que conjuntamente con la docencia y la investigación, ocupa un lugar preponderante en el desarrollo de las políticas universitarias vinculándose de manera permanente, pertinente y dinámica con la sociedad” (NAEx, 2013-a, p. 1-2).

Las principales actividades a realizar, según los documentos oficiales, son la creación de una estructura universitaria donde se incluyan Direcciones de Extensión, la creación de un presupuesto, la integración de actividades de Extensión en la currícula de estudios y el fomento a la investigación en Extensión (NAEx, 2013-a). De esta manera, la Extensión Universitaria se conducirá a formar una parte integral de las universidades venezolanas, integrando a las IES a sus sociedades locales (NAEx, 2013-b).

La Extensión en Venezuela como política universitaria integral todavía se encuentra en una etapa incipiente y se enfrenta a la lucha contra las definiciones predominantes de cultura así como a la ideología política hegemónica del país, pero los propósitos apuntan hacia una Universidad con pertinencia social que

responda a las problemáticas comunitarias locales y nacionales.

3. Argentina

De los países revisados en este trabajo, Argentina presenta el sistema de educación superior más pequeño, tanto por matrícula como por número de instituciones. Por otro lado, su nivel de cobertura es bastante alta: la educación superior llega al 75% de la población¹¹.

Creado en 1985, el Consejo Interuniversitario Nacional (CIN) es el encargado de aglutinar a las Universidades Nacionales, Institutos Universitarios y Universidades Provinciales argentinas. El CIN es el encargado de elaborar y coordinar las políticas de desarrollo universitario en las IES que lo integran.

Hace casi cien años, en 1918, fue en Argentina donde se originó la noción de Extensión Universitaria en América Latina. Desde la Reforma de Córdoba, la tercera función en Argentina ha pasado por un largo trayecto de consolidación y formación. En 2008, esa nación conformó la Red Nacional de Extensión Universitaria (REXUNI), la cual actualmente es la encargada de coordinar el fomento y la organización de las actividades de Extensión en el país, aunque ha habido otras organizaciones a lo largo de las décadas que la han precedido.

La Extensión actualmente se entiende como un proceso dinámico donde el conocimiento universitario dialoga con los saberes locales de la sociedad, brindando así una mutua interdependencia y aprendizaje (REXUNI, 2009, p. 1). Se reconoce a la Universidad como generadora de un tipo específico de conocimientos (académico) y que es mediante el intercambio de saberes que se puede posicionar a la Universidad como un actor social que incide en los problemas sociales para crear nuevas y mejores oportu-

tunidades de desarrollo. El concepto de Extensión va más allá de la ampliación de la oferta educativa o del acceso a la educación; sin embargo, tampoco llega a considerar, en gran medida, los derechos culturales de la sociedad.

En Argentina, la Extensión tiene el encargo de responder a los problemas nacionales de diversa índole. Sus principales ejes de trabajo tratan de los derechos humanos de primera generación, la transformación económica, la cuestión ambiental y democratización de la comunicación social.

El “extensionismo” argentino se presenta como uno de los más academizados de la región y muchas universidades en el país lo contemplan dentro de los planes de estudio como una actividad académica a desarrollar, incluyendo a todos los agentes académicos que trabajan en él. Además, es considerada una práctica profesional: se realizan cursos y diplomados a nivel nacional de capacitación para personal extensionista (REXUNI, 2013).

4. Brasil

Brasil tiene la mayor matrícula de los países estudiados, con casi seis millones de estudiantes. Sin embargo, su tasa de cobertura es una de las más bajas de la región, alcanzando solamente a 36% de la población en edad escolar. A diferencia de los otros cuatro países aquí analizados, la mayoría –casi el 75%– de la matrícula brasileña está inscrita en IES privadas¹²

La Universidad en Brasil surgió tardíamente –en la primera mitad del siglo XX– pero gracias a esto siempre ha existido un ambiente de necesidad de Extensión en el marco político del país. Desde sus inicios, y antes de conceptualizarse formalmente, las universidades brasileñas ya reconocían la necesidad del diálogo de saberes entre la academia y la sociedad. En 2008, la Extensión

fue llevada a nivel de política educativa nacional, cuando el Programa de Extensão Universitária (PROEXT) fue creado por decreto presidencial dentro del ámbito del Ministério de Educação, lo cual convierte al Programa no sólo en política educativa, sino en política pública de Estado. Esto, además de una historia de investigación sobre las actividades de Extensión, brinda a Brasil un alto nivel de maduración en este ámbito.

En este país, la manera de crear vínculos entre la Universidad y la sociedad en general es mediante actividades de Extensión Universitaria, de modo que esta función está volcada hacia la resolución de los problemas sociales locales de cada universidad. Las directrices de la Extensión Universitaria mueven a ésta hacia la interacción dialógica, la interdisciplina, una indisociabilidad entre las funciones universitarias, el impacto en la formación estudiantil y la transformación social (BRASIL, 2012).

Al hablar de la indisociabilidad entre las actividades sustantivas de la Universidad, se considera que la legitimidad de las universidades sólo se cumplirá cuando las actividades de Extensión pasen a ser una parte integral de la Investigación y la Docencia, lo cual va más allá de la difusión de conocimiento, la prestación de servicios o la difusión cultural (BRASIL, 2006). De esta manera, se retira el concepto de “tres funciones universitarias” a cambio de la incorporación total de la Extensión dentro de las demás actividades. La Extensión se define, entonces, como la actividad académica que da rumbo a la Universidad y que contribuye significativamente para cambiar a la sociedad (BRASIL, 2001, p. 1). Se reconoce la importancia de los retos específicos dentro de una región y las universidades públicas están encargadas de incidir en la creación de políticas públicas para enfrentar las demandas de su población local.

En Brasil, el intercambio de saberes es muy importante para las actividades de Extensión. Según el *Plano Nacional de Extensão Universitária*, la Extensión produce conocimiento “a cambio de saberes sistematizados, académicos y populares, teniendo como consecuencia la democratización del conocimiento, la participación efectiva de la comunidad en las actividades de la Universidad y una producción resultante de la confrontación con la realidad.” (BRASIL, 2001, p. 4). De esta manera, la Extensión es concebida como “filosofía, acción vinculada, política, estrategia democratizante, metodología” (BRASIL, 2001, p. 5).

5. Colombia

Basado en las estadísticas retomadas, el sistema de educación superior en Colombia presenta un punto intermedio entre los países estudiados aquí. El número total de Instituciones de Educación Superior se encuentra en el medio del rango y su tasa de cobertura es de 45.5%. Su matrícula se divide casi a la mitad entre universidades públicas y privadas (54% pública y 46% privada).¹³

En 1957 se crea la Asociación Colombiana de Universidades (ASCUN) como un medio de interlocución de las Universidades con el Estado y la sociedad colombiana. El ASCUN abarca el 30% de las IES del país y está dirigido por el Consejo Nacional de Rectores.

En 2013, fue elaborado el documento *Políticas culturales para la educación superior en Colombia* en el que se establecen las bases para el ejercicio de la gestión cultural desde las IES, con el propósito de generar una política común en el quehacer de las actividades culturales en la sociedad y de esta forma contribuir al desarrollo social de Colombia.

Esta propuesta elaborada a lo largo de un considerable tiempo y con diversos actores involucrados, se basa tanto en documentos internacionales como las Declaraciones Mundiales de la UNESCO, como en la legislación nacional colombiana, además de documentos universitarios. Esta combinación de perspectivas sobre la cultura da como resultado una concepción de ésta como un elemento trascendental en el desarrollo social y la posibilidad de un cambio profundo al incluir nociones como derechos culturales, sustentabilidad, patrimonio cultural e inclusión, entre otros.

De esta forma, del sentido que se le da a la Extensión Universitaria desde la perspectiva de la gestión cultural universitaria, se entiende como:

una actividad mediante la cual la universidad trasciende su propio espacio físico, se abre al mundo y se integra e interactúa con la sociedad de la que forma parte. Esto hace de la cultura una dimensión ineludible en los procesos de extensión, pues permite dar cuenta de los imaginarios, las expectativas, los contextos y sus particularidades, las vocaciones regionales y locales, y las formas como se establecen las relaciones entre los sujetos, como elementos claves para la apropiación de conocimientos, desarrollos científicos y nuevas tecnologías, entre otros aspectos que encarnan la misión de la extensión o proyección social en las instituciones de educación superior. (JARAMILLO ET AL., 2013, p. 81)

De esa forma, la Extensión rebasa la divulgación del conocimiento científico para proponer un proyecto de construcción de vida cultural de la que se desprende la noción de ciudadanía intercultural, en el cual la Universidad tiene un papel proactivo en la sociedad. Los ejes de trabajo considerados por las universidades colombianas se enfocan en los derechos

culturales, la construcción de ciudadanía cultural, el desarrollo humano sostenible y pertinente, el diálogo de saberes y la inserción de la cultura en la vida académica. Estos ejes se organizan según lineamientos como la dimensión sustantiva de la educación superior; la formación cultural y su contribución a la formación universitaria, la ciudadana intercultural y de públicos; la creación y el diálogo intercultural como expresiones de los derechos culturales; los patrimonios y memorias culturales activos de la sociedad; nueva gestión del conocimiento: la ciencia, la tecnología y la innovación en clave de cultura; Universidad, cultura y territorio; Universidad y gestión cultural; comunicación pública y circulación de conocimientos, expresiones, bienes y servicios culturales; y la universidad como actor político-cultural.

La iniciativa de Colombia de convertir la Extensión en parte de una política cultural nacional no es exclusiva a esta nación, también se ha presentado en los casos de Brasil y de Bolivia.

Consideraciones finales

El recuento aquí presentado nos brinda la oportunidad de analizar los objetivos y alcances de las diferentes políticas de Extensión Universitaria de la región. Los casos se han presentado de acuerdo a los niveles de complejidad y abstracción que estos presentan. Se considera que los casos iniciales prestan más atención a asuntos operativos y están más centrados en la organización intra-universitaria mientras que los casos hacia el final presentan más proyección social.

Para comenzar, cabe mencionar que todos los países han buscado consenso a nivel nacional para determinar los roles que tienen o aspiran a tener las entidades de Extensión Universitaria en cada país. Es notorio que en la primera déca-

da de este siglo todos los países hicieron reuniones nacionales (incluso previo a la reunión de 2009 de la UNESCO) para fortalecer esta función. Como resultado de estas reuniones en Brasil y Colombia la Extensión Universitaria toma el papel de políticas educativas nacionales reconocidas constitucionalmente como herramienta fundamental del trabajo universitario. Además de que en el caso colombiano la tercera función se considera un agente de la agenda política nacional y participante en la elaboración de políticas culturales y científicas de la nación.

Sin embargo, los derroteros y alcances que han perseguido para esta función difieren ampliamente. Mientras el caso mexicano de modo fáctico –mediante la eliminación de la oficina de Extensión de la ANUIES– ha decidido concentrar los esfuerzos de esta función acercándola al sector productivo y buscando en este generar una fuente de financiamiento para las IES a través de la figura de la vinculación, en otros países consideran la Extensión Universitaria desde su visión integral e integradora de las otras funciones universitarias, en relación tanto al conocimiento como a la sociedad que les da sustento e identidad.

Argentina, Brasil y sobre todo Colombia han dotado a esta función de capacidades para incidir en el desarrollo, un agente con presencia en políticas públicas y promotor del mejoramiento de la vida social. A través de postulados como el intercambio de los saberes con las comunidades, se considera que la Universidad aprende de su entorno y participa del mejoramiento de tales comunidades y se mejora a sí misma. Del mismo modo, el modelo argentino apunta a que de esta forma se puede generar mayor inclusión (CHIROLEU, 2009), sobre todo de aquellas poblaciones que difícilmente tendrían acceso a los estudios universitarios por su condición socio-económica, lugar de

residencia o alguna otra situación; con lo cual valoran el diálogo de saberes como herramienta para relacionarse fuera del ámbito universitario.

A su vez, los modelos brasileño y colombiano consideran que la Extensión es una herramienta para promover la inclusión, abriendo paso a la posibilidad de hacer el trabajo de la tercera función de modo integral. De esta manera, la inclusión es una posible vía para la democratización del conocimiento y una fuente importante de la construcción de la ciudadanía.

Por su parte, Argentina y Colombia han establecido políticas y modos para la capacitación de los extensionistas; con lo cual se refuerza de modo práctico el papel de la tercera función a la vez que se acerca a tener los mismos roles que la Investigación y la Docencia. La diferencia fundamental entre los modelos de capacitación de estas dos naciones estriba en el hecho de que; mientras Argentina ha buscado hacer de cada agente universitario un extensionista, Colombia ha buscado capacitar en gestión cultural al sector propiamente destinado a esta tarea y generar cuerpos especializados en esta función.

Un paso más que dan Brasil y, sobre todo, Colombia es la posibilidad de tener en la Extensión Universitaria una herramienta capaz de construir nuevos modos de convivencia al interior y exterior de la vida universitaria, mediante la consideración de la promoción de la ciudadanía intercultural como meta. Aunque la aplicación de este término varía por países, pues Brasil la menciona pero no alcanza a definir su acepción en los documentos mientras que Colombia reconoce en este paradigma que la Extensión se ve favorecida como agente política de cambio al ser capaz de

propiciar el ejercicio de los derechos humanos y culturales y una partici-

pación efectiva en la vida cultural, como fundamento para una sociedad más respetuosa de la diversidad, más dialógica y capaz de construir desde su memoria cultural y desde sus prácticas culturales, los referentes que nos permitan ser, cada día, una mejor sociedad (JARAMILLO ET. AL., 2013, p. 59).

Por lo tanto, la noción utilizada por estos dos países apunta a mirar la ciudadanía cultural como una vía para generar un mejor modo de vida donde la aceptación de la diversidad es considerada eje central en la construcción y modificación de la vida de las comunidades.

Las conceptualizaciones abstractas como estas, operacionalizadas mediante las políticas universitarias, dan paso a que la Extensión construya un universo propio y un área de influencia mayor, haciendo que la presencia de las tareas de las IES sea más contundente de modo cotidiano como agente de la vida social y pública.

Como podemos ver, no existe una sola visión sobre lo que la Extensión Universitaria implica en América Latina. Son claros los esfuerzos que se están realizando en los diversos países –sobre todo en Colombia, Argentina y Brasil– por comprender mejor el contexto social, político y económico en el que las IES están inmersas y procurar un nuevo establecimiento de relaciones con el entorno.

Desde el discurso, hay ahora una comprensión mayor de que la Extensión debe de responder al contexto y no a los parámetros internacionales de educación superior, pues, finalmente, la Universidad se debe a estas poblaciones. Sin embargo, aún es necesario trabajar en su implementación en la realidad sin dejar de reconocer que las bases están planteadas y, con ello, hay rutas que seguir.

Bibliografía

- ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR (ANUIES). *Programa Nacional de Extensión de la Cultura y los Servicios*. XXX Sesión Ordinaria de la Asamblea General de ANUIES. México: ANUIES, 2000.
- ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR (ANUIES). *Programa Nacional de Extensión de la Cultura y los Servicios*. XXX Sesión Ordinaria de la Asamblea General de ANUIES. México: ANUIES, 2011.
- ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR (ANUIES). *Plan de Desarrollo hacia el 2016. Hacia la proyección de la vinculación de las IES para la innovación orientada al desarrollo sustentable de las regiones de México*. México: ANUIES, 2012.
- BARROS, Enrique; VALDÉS, Horacio et. al. Manifiesto Liminar de la Reforma Universitaria del 21 de junio de 1918. Argentina: Universidad de Córdoba. Disponible <http://www.unc.edu.ar/institucional/historia/reforma/manifiesto> Consultado el 28 de febrero de 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Plano Nacional de Extensão Universitária Edição Atualizada. Brasil: PROEXT, 2001.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Brasil: UFRGS / MEC / SESu, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Política nacional de extensão universitária. Brasil: PROEXT, 2012.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Unidad de Estadísticas Sociales, sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países. División de Estadísticas, 2013. Disponible http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e Consultado el 28 de noviembre de 2013.
- CHIROLEU, Adriana. La democratización del acceso a la Universidad: de la ampliación de oportunidades a la inclusión. In: CHIROLEU, Adriana; MARQUINA, Mónica. A 90 años de la Reforma Universitaria: memorias del pasado y sentidos del presente. Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009. p. 99-116.
- DIDRIKSSON, Axel. Contexto global y regional de la educación superior en América Latina y el Caribe. In: GAZZOLA, Ana Lucia; DIDRIKSSON, Axel (editores). *Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe*. Colombia: IESALC-UNESCO, 2008.
- GARDUÑO, Bianca ; EJEA, Tomás. La tercera función sustantiva de las Instituciones de Educación Superior Privadas en México. Una propuesta metodológica para su análisis, (En prensa), 2014.
- JARAMILLO GONZÁLEZ, María Adelaida ; MUÑOZ ÑÁÑEZ, Paloma ; MEJÍA ARGÜELLO, Luis Álvaro ; MIRA FERNÁNDEZ, Verónica ; MARTINELL SEMPERE, Alfons. Políticas culturales para la educación superior en Colombia. Medellín, Colombia: Universidad de Antioquia, 2013.
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. La educación superior en el mundo y en América Latina y el Caribe: principales tendencias In: DOS SANTOS, Theotonio. América Latina y el Caribe: escenarios posibles y políticas sociales. Montevideo, Uruguay: FLACSO-UNESCO, 2011, p. 204-255.
- MILLER, Toby. Cultural Citizenship. MATRIZES, Año 4 no2. São Paulo, Brasil, 2011, p. 57-74.
- NÚCLEO DE AUTORIDADES DE EXTENSIÓN DE LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN UNIVERSITARIA. Normativa general de Extensión para las Instituciones de Educación Universitaria debidamente autorizadas por el CNU. Venezuela: NAEx, 2013-a.
- NÚCLEO DE AUTORIDADES DE EXTENSIÓN DE LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN UNIVERSITARIA. Plan estratégico nacional de Extensión Universitaria (2013-2018). Venezuela: NAEx, 2013-b.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). Communiqué. Conferencia Mundial sobre la Educación Superior - 2009: La nueva dinámica de la educación superior y la investigación para el cambio social y el desarrollo. París, Francia: UNESCO, 2010.
- PROGRAMA PARA EL MEJORAMIENTO DEL PROFESORADO (PROMEP). Filosofía de Cali-

dad. México: PROMEP-SEP, 2013. Disponible en <http://promep.sep.gob.mx/> Consultado el 17 de febrero de 2014

RED NACIONAL DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. Conclusiones del III Congreso Nacional de Extensión: La integración, extensión, docencia e investigación. Desafíos para el desarrollo social. 20-22 de julio. Argentina: Universidad Nacional del Litoral, 2009.

RED NACIONAL DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. Capacitación en Extensión Universitaria. Argentina: REXUNI, 2013.

SÁNCHEZ MORA, Ana María ; SÁNCHEZ MORA, Carmen. Glosario de términos relacionados con la divulgación: una propuesta. El Muégano Divulgador, México, n.21, 2003, p. 9.

SECRETARÍA DE EDUCACIÓN PÚBLICA (SEP). Programa Sectorial de Educación 2013-2018. México: Secretaría de Educación Pública, 2013.

SERNAALCÁNTARA, Gonzalo. Modelos de extensión universitaria en México. Revista de la Educación Superior, México, vol. XXXIII, n. 131, 2004, p. 77-103. Disponible en <http://publicaciones.anuies.mx/revista/131/2/1/es/modelos-de-extension-universitaria-en-mexico>. Consultado el 12 de diciembre de 2013.

Recebido em 26/11/2014

Aprovado em 10/02/2015

1 Grupo vinculado ao Seminario de Investigación en Gestión Cultural Centro de Estudios, Creación y Documentación de las Artes, Universidad Veracruzana, México. Contatos: ahtzirir@gmail.com , aldococa@hotmail.com , shailabarradas@gmail.com e patrickmfowler@gmail.com

2 Ejea y Garduño (2014) señalan que el día de hoy en México dos terceras partes de la Educación Superior está en manos de la Iniciativa Privada, lo cual modifica drásticamente el panorama del sector y sus cometidos.

3 Ministerio del poder popular para la educación. La revolución Bolivariana en la educación superior. 10 años de logros. [en línea] junio 2009 [fecha de consulta: 24/09/2014] disponible en: <http://venezuela-us.org/es/wp-content/>

[uploads/2009/09/10-anos-de-logros-junio-2009.pdf](http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/ResultadosBasicosCenso2011.pdf)
Instituto Nacional de Estadísticas. Resultados básicos. Censo 2011. [en línea] Caracas. Agosto 2012 [fecha de consulta: 24/09/2014] disponible en: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/ResultadosBasicosCenso2011.pdf>

4 Secretaría de Educación Pública. Principales Cifras del Sistema Educativo Nacional 2013-2014. [en línea] primera edición. México D.F. 2013 [fecha de consulta: 24/09/2014] disponible en: http://fs.planeacion.sep.gob.mx/estadistica_e_indicadores/principales_cifras/principales_cifras_2012_2013_bolsillo.pdf
Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Conociendo México [en línea] Aguascalientes, Ags. Septiembre 2012. [fecha de consulta: 24/09/2014] disponible en: http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/pais/mexcon/folleto_nacional_pliegos_baja.pdf

5 Acerca del sistema universitario. Recuperado el: 24 de septiembre de 2014, del sitio web del Ministerio de Educación <http://portal.educacion.gov.ar/universidad/sistema-universitario/acerca-del-sistema-universitario/>
Ministerio de Educación. Presidencia de la Nación. Anuario 2011 Estadísticas Universitarias, Argentina [en línea] Buenos Aires, Argentina [fecha de consulta: 24/09/2014] disponible en: <http://informacionpresupuestaria.siu.edu.ar/DocumentosSPU/Anuario%20de%20Estad%3%ADsticas%20Universitarias%20-%20Argentina%202011.pdf> ISSN 1850-7514

6 La educación superior en el Mercosur: Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay hoy. [PDF] 1ra edición. Buenos Aires, Argentina: Editorial Biblos, 2012 [fecha de consulta: 24/09/2014] disponible en: file:///C:/Users/PAVILION/Downloads/Version_diciembre_del_libro_la_Educacion_Superior_en_el_Mercosur.pdf

7 Ministerio de Educación Nacional. ESTADÍSTICAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR [PDF] 31 de diciembre de 2013 [fecha de consulta: 24/09/2014] disponible en: http://www.mineduacion.gov.co/sistemasdeinformacion/1735/articulos-212350_Estadisticas_de_Educacion_Superior_.pdf
Banco de la República , [en línea] <http://www.banrep.gov.co/es/poblacion> [fecha de consulta: 24/09/2014]

8 Véase el Manifiesto Liminar de la Reforma Universitaria del 21 de junio de 1918.

9 Véase Tabla 1.

10 Véase Tabla 1.

11 Véase Tabla 1.

12 Véase Tabla 1.

13 Véase Tabla 1.

O surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais: Reflexões iniciais para construção de tipologias

El surgimiento de los Observatorios de la Cultura y Políticas Culturales: Reflexiones iniciales para la construcción de tipologías

The emergence of the Culture and Cultural Policies Observatories: Initial reflections for typologies construction

Clarissa Semensato¹

Palabras chave:

Observatórios de Cultura
Políticas Culturais
América Latina

Resumo:

O surgimento dos observatórios de cultura e políticas culturais é um fenômeno recente, e cada vez mais tem crescido o número desse tipo de organismo. Apesar desse fato, é escassa a bibliografia a respeito dos Observatórios de Cultura e Políticas Culturais. Algumas poucas informações já foram levantadas a respeito daqueles existentes na Europa, porém, pesquisas sobre esta temática na América Latina ainda são carentes, a despeito do fortalecimento do fenômeno nessa região. Na iniciativa de amenizar a carência de informações, este estudo é uma pesquisa exploratória sobre os Observatórios de Cultura e Políticas Culturais existentes na região. O objetivo deste artigo é mapear os observatórios que se propõem a cobrir a temática cultura e políticas culturais, existentes no Brasil, Chile, Argentina e Colômbia, com foco no Brasil. Através da identificação do que eles declaram como responsabilidades e missão, bem como suas fontes de financiamento, pretende-se colaborar com a construção de tipologias. Estas, por sua vez, devem fomentar reflexões que darão base para a criação de novos observatórios, bem como para reflexões sobre o fazer daqueles já existentes.

Resumen:

El surgimiento de los observatorios de la cultura y políticas culturales es un fenómeno reciente, y cada vez más se ha incrementado el número de dichos órganos. A pesar de eso, es escasa la literatura sobre los Observatorios de Cultura y Políticas Culturales. Pocos detalles se han planteado en relación a los observatorios existentes en Europa, sin embargo, la investigación sobre este tema en América Latina siguen deficiente, a pesar del fortalecimiento del fenómeno en esta región. Con la iniciativa de reducir la falta de información, este estudio es una investigación exploratoria sobre los Observatorios de la Cultura y Políticas Culturales existentes en la Latinoamérica. El propósito de este artículo es mapear los observatorios que se proponen cubrir el tema de la cultura y políticas culturales existentes en Brasil, Chile, Argentina y Colombia, con un enfoque en Brasil. Mediante la identificación de lo que se declara como sus responsabilidades y misión, así como sus fuentes de financiamiento, pretenda se colaborar con la construcción de tipologías. Estas, a su vez, deben estimular reflexiones que dan base para la creación de nuevos observatorios, así como reflexiones sobre la práctica de aquellos existentes.

Palabras clave:

Observatorios de Cultura

Políticas Culturales

Latinoamérica

Keywords:

Culture Observatories

Cultural Policies

Latin America

Abstract:

The emergence of culture and cultural policies observatories is a recent phenomenon, and progressively the number of such bodies has increased. Despite the fact, the literature about Culture and Cultural Policies Observatories is scarce. Some information concerning those existing observatories in Europe are available, however, sources regarding this topic in Latin America are still deficient, despite the strengthening of this phenomenon in the region. In an effort to mitigate the lack of information, this study is an exploratory research of the existing Culture and Cultural Policies Culture Observatories in Latin America. The purpose of this article is to map the observatories that are dedicated to cover the existing culture and cultural policies in Brazil, Chile, Argentina and Colombia, with a focus on Brazil. By identifying what they have established as their responsibilities and mission, as well as their financial sources, we intend to collaborate by building typologies. These, in turn, should encourage reflections that give basis for the creation of new observatories, as well as considerations on practices of the existing ones.

O surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais: reflexões iniciais para construção de tipologias

1.0. O fenômeno dos Observatórios de Cultura

Ao final do século XX começa a ser constatado o fenômeno do surgimento dos Observatórios em vários lugares do mundo. Nos últimos anos, provavelmente devido à valorização de políticas culturais, constata-se uma proliferação de instituições tipo observatório com a temática da cultura. Assim, os Observatórios de Cultura, especificamente, são fenômeno bastante recente, afinal a prática de coletar, sistematizar e analisar de dados específicos sobre a cultura faz parte de uma preocupação nascida a apenas duas ou três décadas em algumas nações altamente industrializadas, e há menos de uma década nos países da América Latina (GETINO, 2007, p. 44).

Há poucos estudos acadêmicos específicos sobre o fenômeno dos Observatórios. São ainda mais escassos aqueles que têm como recorte a América Latina. Na intenção de colaborar com a produção acadêmica que visa refletir sobre o crescimento desse número e o papel dos observatórios de cultura, este artigo se propõe a mapear os observatórios de cultura e políticas culturais, ativos do Brasil, Chile, Argentina e Colômbia, com ênfase no Brasil. Através da identificação do que eles declaram como missão, sua atuação, fontes de financiamento e raio de atuação, pretende-se dar apontamentos para construção de tipologias. A definição de tipologias tem o potencial de fomentar pesquisas e reflexões que podem embasar a criação de novos observatórios,

ou ainda fomentar reflexões sobre as atividades daqueles já existentes.

A Organização de Estados Iberoamericanos (OEI) concluiu que o surgimento dos observatórios de cultura ocorre num primeiro momento, na Europa, mas logo a prática se estende a outros continentes. Eles nascem da necessidade de sistematizar as fontes de informações e realizar análises sistemática das Políticas Culturais, pesquisa e planejamento do desenvolvimento cultural. Na verdade, sua criação está diretamente ligada à formação e pesquisa (OEI, 2002).

Como incentivo ao estabelecimento dos Observatórios desse tipo, pode-se mencionar a iniciativa da UNESCO, ao estabelecer a Rede Internacional de Observatório das Políticas Culturais, com o objetivo de promover a conexão através de Internet entre entidades do mundo todo que analisam e reúnem e difundem conhecimento e informação que dizem respeito à Política Cultural e que tem como objetivos o estabelecimento de interações internacionais sistemáticas para o intercâmbio de informação, melhoria da base de conhecimentos para desenho e avaliação de Políticas Culturais e promoção de estudos avaliativos orientando o futuro de políticas culturais (OEI, 2002).

A rede foi formada em 2000 e é composta por observatórios que sejam organizados pela sociedade civil, autarquias públicas ou centros de abrangência internacional. É financiada pela UNESCO e possui abrangência mundial (RUBIM, 2005).

Outras iniciativas para estímulo a criação ou fortalecimento de observatórios foram mencionadas por Herschmann (2006). O autor referia-se mais especificamente a observatórios de informação, comunicação e cultura. Foram elas: o // *Fórum Social Mundial*, ocorrido em Porto

Alegre no ano de 2002, onde foi promovido o lançamento do Observatório Internacional de Meios de Comunicação; a *Oficina de Trabalho Observatórios e ouvidorias cidadãos dos meios de comunicação na América Latina*, ocorrida em Buenos Aires no ano de 2003; o *II Encontro Internacional sobre Diversidade Cultural - As Indústrias Culturais na Globalização*, também ocorrido em Buenos Aires, no ano de 2004, que contou com uma mesa-redonda reunindo especialistas, intitulada *Observatórios de políticas culturais: experiências locais e regionais* (HERSCHMANN, 2006).

Outra ação teve bastante relevância, por evidenciar a importância da cultura e de instituições de planejamento e sistematização de dados, abrangendo inclusive regiões supranacionais. Em 2012, em Salamanca – Espanha, na XV Conferência Ibero-americana de Cultura, por iniciativa da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), formou-se um grande observatório que abarca toda a região da ibero-américa. A intenção é realizar um projeto de cooperação cultural que buscará reunir e difundir informação sobre cultura e cooperação cultural, além de contribuir para elaboração de uma metodologia de indicadores culturais de interesse comum para a região (OIBC, 2013).

No caso da América Latina, Octavio Getino (2007) aponta a influência de aspectos econômicos e do neoliberalismo na instauração dos observatórios de cultura. Segundo o autor, a instalação de políticas neoliberais nos anos 90 fazem alguns governos adotarem medidas para conhecer a dimensão econômica e social da cultura e, em particular, das indústrias culturais. “essas iniciativas governamentais de alguns países latino-americanos inauguraram na região um grupo de trabalho empreendido por organizações governamentais europeias e de outras regiões, alguns anos antes”.

Entre as iniciativas positivas da região, segundo organismos internacionais e nacionais, incluem-se os esforços para a criação de observatórios culturais que, em sua maioria, orientam-se para o tratamento das políticas culturais. Em termos gerais eles começaram a trabalhar em algumas universidades, talvez com a idéia de que os espaços acadêmicos pudessem obter e colocar em prática informações e estudos mais confiáveis do que aqueles que pudessem surgir de organizações governamentais. (GETINO, 2007, p. 47).

A cultura tem assumido relevância, tal como outras áreas como educação e saúde. As políticas culturais, na era da democracia, têm sido reconhecidas como potenciais propulsores de desenvolvimento e cidadania. Assim,

a cultura constitui agora uma questão de relevo para todos. Na era das democracias, tornou-se mesmo um direito do cidadão e o acesso a ela sinaliza o desenvolvimento geral de uma sociedade. A capacidade de participar da cultura, de criá-la e de legá-la às gerações futuras transformou-se em um indicador das melhorias sociais e econômicas, um sinal de que a cada geração, o conjunto da sociedade está envolvido por uma dinâmica de progresso (TOLILA, 2007, p. 35).

Para formulação de políticas culturais que assumem essa responsabilidade, é preciso formulá-las adequadamente, conforme as demandas reais da sociedade. Para tanto, pesquisa, base de dados e indicadores culturais tornam-se instrumentos basilares. Esses fatores

permitirão, eventualmente, que se faça uma política cultural distinta daquela até hoje predominante e que se baseia em opiniões e crenças dos emissores de política cultural (entre

eles, o maior deles, o Estado). Com o observatório, as políticas culturais podem eventualmente, tomar como referência o receptor das políticas culturais – que nesse ato se transforma, necessariamente, em emissor de cultura (COELHO, 2007, p. 11).

2.0. Definição e tipologias dos Observatórios

A primeira parte deste artigo foi dedicada ao contexto e às motivações para o surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais. Neste subtópico serão explicitados os diferentes tipos de observatórios de cultura que foram criados, para um posterior esforço de categorização. Entretanto, antes de entrar nesta seara, é importante rever alguns esforços já feitos no sentido de dar corpo a uma definição para este tipo de instituição.

Afinal, o que são e qual seria o papel dos observatórios? De modo geral entende-se que “um Observatório, qualquer que seja o desenho institucional escolhido para seu funcionamento, deverá coletar, organizar, sistematizar, tornar compreensíveis e difundir informações objetivas sobre a cultura e reflexões sobre valores culturais (OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2007, p. 22).

Paul Tolila (2007) ofereceu algumas contribuições a respeito da criação de observatórios². O autor defende que um observatório deve ser um instrumento permanente, que atue de modo contínuo e disponha de recursos, além de uma organização adaptada. “Ao fomentar o conhecimento dos fenômenos culturais, ele contribuirá para desenvolver políticas públicas e enriquecerá o debate aberto sobre as questões de cultura. O observatório deverá formular, por meio de suas atividades, projetos de cooperação no país e no exterior” (TOLILA, 2007:35).

Na opinião do autor, um observatório não é um simples laboratório acadêmico em que a pesquisa é guiada unicamente por preocupações intelectuais. Tal como num laboratório, metodologias e critérios científicos seriam acionados para almejar a credibilidade e a eficácia, assim como disciplinas como economia, estatísticas e sociologia. Mas, o observatório estaria a serviço das políticas públicas e as perguntas que orientariam suas pesquisas e ações estariam fora dele: seriam orientadas pelas estratégias dos gestores públicos, pelos eixos determinantes das políticas culturais e pelas demandas do debate público.

Entretanto, de acordo com o autor, o observatório não deve ser encarado como órgão de planejamento ou de formulação estratégica. Seus trabalhos devem contribuir para planejamento e elaboração de estratégias, mas sem se transformar em arena de decisão política. Um observatório que sirva apenas de instrumento do poder, ou seja, para legitimar políticas realizadas sem qualquer análise crítica, perderá sua credibilidade e confiabilidade. Nesse caso ele apenas será uma forma disfarçada de publicidade e sua produção deixa de ser respeitada.

Por último, Paul Tolila (2007) também frisa a importância da continuidade nos estudos, a fim de produzir conhecimentos válidos para apontamentos para elaboração de políticas públicas.

Apesar das contribuições mencionadas acima, o vultoso crescimento de observatórios, nos mais diversos formatos e propósitos, torna a definição algo mais complexo. Os observatórios de maneira geral, para além daqueles cuja temática é cultura-política cultural, podem ser divididos em dois grandes conjuntos de acordo com as funções que assumem: ou são espaços articuladores de cidadania e fiscalização, para monitoramento – observatório fiscal –; ou são espaços de colaboração para formu-

lação de políticas públicas – observatório *thinktank*. (HERSHMANN, 2006).

O primeiro tipo estaria fortemente vinculado aos conceitos de cidadania e democracia participativa. Funcionaria como uma janela para o cidadão comum observar as políticas públicas e acessar a análise crítica produzida. É um canal importante para o exercício do controle social, ou seja, é um fomentador para mecanismos de *accountability*. São exemplos os observatórios da rede de Observatórios Sociais do Brasil (SCHOMER e MORAES, 2010).

Já nos observatórios *thinktank* o trabalho de observação e análise não é somente o de crítica, mas também o de orientação, ideias e propostas para o aperfeiçoamento das políticas de algum setor, sempre tendo como parâmetro os interesses coletivos e não somente os interesses de um setor específico (GETINO *apud* HERSCHMANN, 2006). A este tipo de observatório cabem articular pesquisas, diagnósticos, indicadores e avaliações com a elaboração de políticas públicas. Comumente este observatório pertence à estrutura do Estado, sendo, portanto financiado por ele.

Apesar dessas contribuições para categorização dos observatórios, quando se trata de cultura e políticas culturais é possível ver uma multiplicidade de modelos surgindo, sejam eles subcategorias desses dois grandes conjuntos, ou ainda formatos que não são contemplados por eles. Alguns nascem com propósitos muito mais acadêmicos e inclusive estão vinculados à universidades. Outros têm suas ações mais voltadas para divulgação de ações culturais e seus efeitos. Alguns ainda, para além da prática da pesquisa e da construção de indicadores, organizam intervenções artísticas e culturais.

Na próxima sessão deste artigo busca-se dar mais embasamento à análise dos formatos de alguns observatórios existentes na América Latina.

2.1. Levantamento de Observatórios

Para esta pesquisa exploratória foram levantadas informações de 20 (vinte) Observatórios com temática relacionada à Cultura e/ou Políticas Culturais que foram criados em quatro países da América Latina: Brasil, Argentina, Chile e Colômbia, estando estes atuantes ou não. Buscaram-se informações julgadas cruciais para contribuir na construção de tipologias, tais como: a missão da instituição, as fontes de financiamento, principais ações. A intenção é verificar nas experiências já concretizadas, inspiração para desenhar categorias de observatórios.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, o meio de acesso às informações utilizado foram os canais oficiais divulgação dos observatórios, seus *websites*. Para elaboração de tipologias – ou tipos ideais – as declarações advindas em discursos oficiais dos próprios observatórios, mostraram-se suficientes. Em momentos posteriores, a intenção é abarcar outras fontes para verificar as ações dos mesmos.

Além disso, os *websites* enquanto canais de divulgação foram escolhidos a partir do pressuposto da acessibilidade. Um observatório deve zelar pela publicização das informações, pois

os resultados de sua investigação devem ser apresentados na forma de produtos de acesso público garantido (...) A comunicação e a difusão de informações devem ser entendidas como esferas estratégicas de um observatório voltado para a atuação em redes de intercâmbio e de cooperação e que advogue para si um papel de protagonista no campo das artes e da cultura. Trata-se de elaborar e distribuir sistematicamente produtos como um site, boletins eletrônicos, boletins impressos, publicações em papel que comentem e apresentem as pesquisas

efetuadas, revistas e outros periódicos impressos ou eletrônicos, livros que condensem resultados de simpósios e seminários (OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2007, p. 23).

Assim sendo, assumindo a internet como um canal ótimo de divulgação de seu funcionamento, neste primeiro momento da pesquisa, a coleta de dados utilizou os *websites* institucionais como principal fonte.

2.2. Propostas de tipologias

A pesquisa preliminar visou identificar alguns dos Observatórios que foram criados nos quatro países já mencionados. Nestes, objetivou-se identificar as informações sobre missão, vínculo institucional, histórico, principais ações desenvolvidas, dentre outras disponíveis nos sítios institucionais destes organismos.

A escolha destes como ponto de partida nesta pesquisa se deu pelo fato de constituírem uma rica amostragem, uma vez que incluem a diversidade nas variáveis³ que se pretende observar: diferentes tipos de vínculos institucionais (acadêmico, poder público, sociedade civil e entidade privada); diferentes missões e ações (fornecer dados para indústria cultural; fomentar e sugerir políticas culturais; fiscalizar ações do poder público; gerar redes; reunir e fomentar pesquisas acadêmicas; formar gestores e agentes culturais; publicações etc.); diferentes contextos e raio de atuação (municipal, regional, nacional, supranacional).

Embora na prática as missões e ações se entranham de forma mais complexa que na formulação de tipos ideais, com um esforço de reflexão, foi possível delinear três grandes categorias:

1^a. Aqueles vinculados a algum órgão do poder público e dedicados ao fomento de política pública;

2^a. Aqueles vinculados a órgãos acadêmicos priorizando pesquisas acadêmicas e divulgação no meio científico;

3^a. Aqueles vinculados à sociedade civil ou iniciativa privada com atividades mistas.

CATEGORIA 1: vinculados a algum órgão do poder público e dedicados ao fomento de política pública

A maior parte dos Observatórios que compuseram o universo da pesquisa nasce vinculada ao setor cultural do poder público, financiado pelo poder público, com o propósito de levantar dados e mapear demandas para fomentar a formulação de Políticas Culturais, bem como, fazer estudo de impacto de ações e políticas culturais. Em geral, mantêm boas relações com a sociedade civil e instituições acadêmicas. Muitos geram anuários e boletins estatísticos.

• Observatorio de Industrias Creativas (Buenos Aires – Argentina)

Constitui um Sistema de informações quantitativas e qualitativas voltado para indústrias culturais, para orientar ações tanto do poder público, quanto do setor privado.

• Observatorio Cultural com Orientación Bibliotecológica y Promoción de la Lectura (Buenos Aires - Argentina)

É vinculado ao Setor de Bibliotecas do governo da cidade de Buenos Aires e visa divulgar condutas e práticas culturais para o fomento de políticas públicas para a promoção de leitura. Mantém um serviço de divulgação: de endereço e horário de funcionamento das bibliotecas, de artigos sobre a importância da leitura, dos censos das bibliotecas, de publicações e congressos sobre o tema e um boletim cultural.

• **Observatório da Cultura de Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brasil)**

Além da pesquisa, traça vínculos importantes com a sociedade civil, como Conselho Municipal de Cultura e Universidade. Promove audiências públicas. Realiza programas de formação em cultura e assessora o poder público na implantação do Sistema Municipal de Cultura e dos elementos que o constituem.

• **Observatório Brasileiro de Economia Criativa (Brasil)**

Foi criado pelo Ministério da Cultura e mantém uma relação de parceria com algumas Universidades Federais. É uma instância responsável pela produção e difusão de pesquisas, dados e informações sobre economia criativa no país, assim como pelo estímulo ao debate entre estudiosos, especialistas, agentes governamentais e representantes do setor cultural sobre os impactos da Economia Criativa na sociedade. Visa produção de conhecimento para o fomento de política pública direcionada à economia criativa.

• **Observatório Afrolatino (Brasil)**

Fundado em 2009, é de responsabilidade do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra - CNIRC, órgão da Fundação Cultural Zumbi dos Palmares. Apesar de ser vinculado a um órgão público pertencente ao Ministério da Cultura, este observatório se adéqua melhor na segunda categoria, pois suas atividades estão mais relacionadas à divulgação de pesquisas. Trata-se de um programa colaborativo para conexões, intercâmbios e diálogos das culturas afro-latinas e caribenhas. A intenção é conhecer, reunir, e divulgar informações sobre as diferentes culturas de raízes negras latinas e caribenhas. O observatório aceita o envio de qualquer tipo de estudo, os organiza em eixos temáticos, juntamente com outras informações como legislação, artigos, livros, revistas e fotos.

• **Observatório Cultural del Departamento de Estudios del Consejo de la Cultura y las Artes (Chile)**

Além da produção de dados e pesquisa para o fomento de política pública (linhas: comunidade, território e patrimônio; consumo e participação cultural; economia da cultura e gestão cultural), possui publicação periódica de revista. Focos: estudo, reflexão e pesquisa.

• **Observatório de Culturas (Bogotá – Colômbia)**

Anteriormente conhecido como Observatorio de Cultura Urbana del Instituto Distrital de Cultura y Turismo, possui forte atuação no campo da pesquisa, para formulação e desenho de políticas públicas. Mede e registra as ações da Secretaria de Cultura, Recreación e Deporte, tais como grau de satisfação, características e quantidade de público. Publica anuários e realiza a “Encuesta Bienal de Culturas”, uma ferramenta – transformada numa publicação periódica – com análise da situação cultural de Bogotá para orientar política pública.

• **Observatorio de Patrimonio Cultural MIA (Instituto Colombiano de Antropología e Historia – Ministério de Cultura – Colômbia)**

Trata-se do setor de pesquisa do instituto. O foco é a pesquisa e a reflexão teórica. Analisa processos sociais, políticos e econômicos da instrumentalização do discurso do patrimônio. Desenvolve conceitos acadêmicos e cria espaços de discussão sobre políticas culturais relativas ao patrimônio. Produziu reflexões para estabelecimento de marcos nas políticas públicas acerca de patrimônio.

• **Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – ANCINE (Brasil)**

Vinculado à Agência Nacional do Cinema, visa produzir dados para fomen-

tar políticas públicas para o setor audiovisual. Elabora e divulga estudos estatísticos detalhados sobre salas de cinema, TV paga, produção, arrecadação, informes, dentre outros.

• **Observatório dos Museus e Centros Culturais**

Criado pela Fiocruz, possui parceria com Museu da Vida, Casa Oswaldo Cruz, Diretoria Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Museus do IPHAN. Sua missão é compor uma tecnologia de gestão e construção de informações e conhecimento sobre museus e suas relações com a sociedade, desenvolvida em parceria com instituições de pesquisa e gestão pública; e ser um programa de serviços e pesquisa, voltado para ampliação da reflexão sobre museus, visando subsidiar políticas públicas e apoiar gestão das instituições museais. As ações envolveram a realização de pesquisas, bases de dados, capacitação e divulgação de produtos para gestores e formuladores de políticas públicas para o setor de museus.

CATEGORIA 2: Aqueles vinculados a órgãos acadêmicos priorizando pesquisas acadêmicas e divulgação no meio científico

Os observatórios diretamente vinculados às Universidades compuseram grande parte dos observatórios pesquisados. Alguns, embora ambicionem mais, parecem se constituir apenas como um repositório e divulgação de pesquisas acadêmicas no campo da cultura; outros, para além do campo da pesquisa, buscam fiscalizar, influenciar e propor políticas culturais de suas regiões. De todo modo, todos possuem um papel chave na formação de redes de envolvidos com cultura e políticas culturais, e na grande maioria, oferecem cursos de capacitação e seminários e até mesmo assessorias/consultorias.

• **Observatório Cultural de la Universidad Nacional de Formosa (Argentina)**

Objetiva reunir, processar e difundir informação relativa ao movimento econômico, político e social do setor cultural. Essas informações serviriam de insumo e incentivo para o desenvolvimento de bens e serviços culturais na província de Formosa. Propõe-se a fazer levantamentos de dados sobre o setor cultural em outras áreas, como educação, democracia e diversidade cultural, para perceber o impacto das políticas culturais a nível local, regional e internacional.

• **Observatorio Cultural de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires (Argentina)**

Propõe-se a promover pesquisas e programas de formação, assistência técnica, contribuindo assim para profissionalização da administração e gestão do setor cultural e criativo.

• **Observatorio de Ciudadania Cultural Universidad Nacional de Avellaneda (Argentina)**

Propõe-se a observar, descrever e analisar as diversas manifestações culturais, das expressões culturais da cidadania e das relações geradas entre os diversos aparatos governamentais com a sociedade civil. Com atividades estritamente acadêmicas, seus projetos são de pesquisa e extensão, mas não de fomento à política pública. Possui grande número de parcerias com outras universidades.

• **Observatório Cultural Unilasalle (Universidade Unilasalle – Canoas/RS – Brasil)**

Núcleo de Pesquisa e Extensão da Universidade, vinculado a um programa de Pós-Graduação. Realiza oficinas, divulga publicações acadêmicas e eventos e produz eventos acadêmicos e artísticos.

• **Observatório de Políticas Culturais (Universidade Federal da Paraíba – Brasil)**

Trata-se de um grupo de pesquisa e extensão, que se propõe a produzir e difundir conhecimento sobre política e gestão cultural, a monitorar o desenvolvimento de ações neste campo, assim como gerar indicadores e informações que subsidiem as gestões públicas ligadas ao setor.

• **Observatório de Políticas e Práticas Culturais e Birô Cariri (Ceará – Brasil)**

Foi criado através de uma parceria entre Universidade Federal do Cariri e o SESC de Juazeiro do Norte. Apesar de ter o SESC como figura importante em sua constituição, este observatório é melhor posto na segunda categoria, já que se propõe principalmente o fortalecimento da pesquisa sobre os fenômenos culturais do Cariri Cearense. Seu foco recai sobre cultura e economia da cultura. O Birô, órgão que nasce vinculado ao observatório ficará mais responsável por promover ações culturais de qualificação ou intervenção.

• **Observatorio de Políticas Culturais (Universidad de Chile – Chile)**

Vinculado à Universidad de Chile, com apoio da Embaixada da França e da Sociedade Chilena do Direito do Autor e patrocinado pela UNESCO, o observatório visa promover estudo e pesquisa no setor cultural. Realiza assessorias em gestão cultural e formação em gestão cultural. Divulga suas pesquisas, leis, ações de políticas públicas e notícias relacionadas às políticas culturais. Divulga estudos de outras instituições. Na assessoria, o observatório vai até as cidades para montagem de um plano municipal de cultura, com instâncias participativas, agentes culturais e encontros com a comunidade. Depois, pode ainda, atuar na implantação deste plano.

CATEGORIA 3: Aqueles vinculados à sociedade civil ou iniciativa privada com atividades mistas

Incluem-se nesta categoria observatórios mantidos por organizações da sociedade civil ou da iniciativa privada. Eles fogem às características gerais apontadas nas categorias 1 e 2, mas divergem entre si, e assim essa tipologia ainda precisa ser melhor desenhada. Em outras áreas, observatórios mantidos pela sociedade civil costumam exercer função de promoção de cidadania e controle social do poder público. Mas, nos observatórios de cultura pesquisados não foi encontrada essa característica. Aqui eles continuam propondo reflexões acadêmicas e iniciativas de formação.

• **Observatório Iberoamericano de Cultura y Desarrollo Social (Argentina)**

Uma reunião de várias organizações da sociedade civil, pretende viabilizar canais sistemáticos de coleta, análise e intercâmbio de saberes e experiências entre indivíduos, grupos, ONGs, artistas, instituições públicas e privadas, que trabalhem com cultura aplicada ao desenvolvimento social. Já organizou jornadas, capacitações e publicações sobre artes.

• **Observatório da Diversidade Cultural (Minas Gerais - Brasil)**

É uma organização não governamental. Propõe-se a desenvolver programas de ação colaborativa entre gestores culturais, artistas, arte educadores, agentes culturais e pesquisadores. Objetiva produzir, informações e conhecimento, atuando sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. Estimula o campo acadêmico e a principal atuação é em promoção de seminários, debates e cursos de formação. Produz publicações de livros e boletim periódico e realiza consultorias.

• Observatório Itaú Cultural (São Paulo – Brasil)

O observatório é um projeto dentro do Instituto Itaú Cultural, este, voltado para a pesquisa e a produção de conteúdo e para o mapeamento, o incentivo e a difusão de manifestações artístico-intelectuais. O setor do observatório visa estudar e debater gestão, economia e políticas culturais, estimular a reflexão sobre eles e analisar os indicadores nacionais. Fomenta a pesquisa em cultura, com apoio a grupos de pesquisa e publicações como a Revista Observatório e livros, e o programa Rumos Itaú Cultural Pesquisa⁴. Fornece um curso de especialização em gestão cultural em parceria com a UNESCO e Universidade de Girona e com apoio da OEI. O maior foco é o fomento de pesquisa de órgãos externos. O instituto fomenta atividades artísticas entre outras; porém, estas não ficam a cargo do setor do Observatório.

3.0. Considerações Finais

Em vias das considerações finais, ressalta-se a importância dos observatórios na sociedade atual, onde a cultura assume papel de grande relevância para cidadania, constituição de identidade e motor de desenvolvimento. Numa democracia, é papel do poder público pautar-se em demandas reais para formular políticas públicas de interesse coletivo. Para tanto ouvir demandas, identificar os gargalos, propor indicadores culturais, pesquisar a evolução de comportamentos é algo que se faz fundamental.

O consenso sobre a necessidade de pesquisa criteriosa e reflexão sobre o tema é um grande impulsionador para o surgimento cada vez mais crescente dos observatórios. O fenômeno é tão gritante e ao mesmo tempo tão veloz que as pesquisas que buscam essa au-

torreflexão são escassas e rapidamente tornam-se obsoletas.

Este pequeno artigo tem a intenção de chamar atenção para a necessidade de identificar e analisar o surgimento e atuação desses observatórios. A proposta de três tipologias que aqui se fez, não deve ser inflexível. É, na verdade, um pontapé inicial para reflexão por parte de organizações que almejem tornar-se observatórios (ou para os observatórios já existentes), para que reflitam sobre seu papel social e definam com clareza e planejamento sua missão, propostas de ações, raio de alcance, parceiros, dentre outros elementos que irão influenciar profundamente o ser e o fazer da instituição. O artigo transforma-se também num convite para que outros pesquisadores da área de políticas culturais ingressem na temática e auxiliem no desvelar de questões ainda obscuras ou até mesmo ainda não formuladas.

Afinal, fica cada vez mais clara a capacidade e a relevância que os observatórios têm para: pesquisa, estabelecimento de indicadores e avaliação e proposição de políticas públicas. Fica também claro o papel que eles exercem na circulação da informação e no intercâmbio de experiências, bem como na qualificação e profissionalização para o campo da gestão cultural. Estes fatores sem dúvida transformam comportamentos da sociedade; e por isso, a reflexão se faz urgente.

Para concluir, é válido frisar que em países com tristes tradições, como por exemplo o Brasil, os observatórios possuem o poder de vincular as políticas culturais à demanda da sociedade e não à grupos privilegiados, ou à opinião particular de um gestor, conforme era (e ainda é) tradicionalmente feito. É por isso que uma definição madura na construção desses organismos tende a favorecer a sociedade como um todo.

Bibliografia

ALBORNOZ, Luís; HERSCHMANN, Micael. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Dezembro de 2006.

COELHO, Teixeira. Da Opinião ao Dado. *Revista Observatório Itaú Cultural/OIC* – n. 1 (jan./abr. 2007) – São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

GETINO, Octávio. Experiências de alguns observatórios Culturais: para a melhoria das políticas e desenvolvimento do setor cultural. *Revista Observatório Itaú Cultural/OIC* – n. 1 (jan./abr. 2007) – São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. A experiência Internacional e a Criação do Observatório Itaú Cultural. *Revista Observatório Itaú Cultural/OIC* – n. 1 (jan./abr. 2007) – São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos. Las políticas y las legislaciones culturales. In: *Agenda Iberoamericana de la Cultura*. Madrid, 2002. Disponível em <http://www.oei.es/agendacultural/inicio.htm>, acessado em 02/01/2015.

OIBC – Observatório Iberoamericano de Cultura. *Boletín n. 0*. 21 de maio de 2013. Disponível em: www.oibcult.org/web/?BOLETIN-NO-1, acessado em 15/01/2015.

ORTEGA, Cristina; VALLE, Roberto San Salvador del. Nuevos retos de los observatórios culturales. *Boletín Gestión Cultural*. N. 19: Observatórios Culturales. Enero de 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; PITOMBO, Mariella; RUBIM, Iuri Oliveira. Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. *Siete cátedras para la integración*. Bogotá, CAB, 2005, p. 129-170. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/cult_politicas_e_redes.pdf, acessado em 10/01/2015.

SCHOMMER, Paula Chies; MORAES, Rubens Lima. Observatórios sociais como promotores de controle social e accountability: Reflexões a partir da experiência do Observatório Sociais de Itajaí. *Gestão.Org Revista Eletrônica de Gestão Organizacional* – 8 (3): 298-326 Set/Dez 2010.

TOLILA, Paul. Observatório Cultural: Ferramenta democrática de ação política. *Revista Observatório Itaú Cultural/OIC* – n. 1 (jan./abr. 2007) – São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

Recebido em 18/01/2015
Aprovado em 23/02/2015

1 Clarissa Alexandra Guajardo Semensato, Rio de Janeiro, Brasil. Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense de Campos (IFF- Campos), Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Atualmente é bolsista pesquisadora do Setor de Estudos em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Contato: clarissaalexandra@gmail.com

2 Nesta ocasião Paul Tolila escreve especificamente para o Brasil. Entretanto, suas orientações podem ser estendidas a outras realidades.

3 Para este artigo não serão expostos todo o volume de dados acumulado na busca por estas variáveis. Optou-se por um compilado das características principais a fim de compor as três tipologias sugeridas. Pretende-se utilizar este banco de dados futuramente, incorporando novos dados e novos observatórios.

4 Rumos Itaú Cultural Pesquisa: Gestão Cultural, que tem, entre seus objetivos, o propósito de promover a formação e o desenvolvimento dos profissionais e pesquisadores atuantes nas instituições culturais brasileiras. Assim, incentivam projetos de pesquisa acadêmica capazes de abranger questões relativas à gestão cultural, no âmbito das políticas culturais, dos processos de produção cultural, da economia da cultura ou da gestão de organizações públicas e privadas (OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2007)

As culturas populares nas políticas culturais: Uma disputa de sentidos

Las culturas populares en las políticas culturales: Una disputa de significados

Popular cultures in cultural policies: A dispute of meanings

Jocasta Bezerra¹
Alexandre Barbalho²

Palavras chave:

Cultura Popular
Política Cultural
Discurso
Identidade
Diversidade

Resumo:

O objetivo deste artigo é compreender os usos da noção de “cultura popular” presente nos documentos do Ministério da Cultura (MinC) no governo Lula. Tal recorte se impõe quando se constata que, a partir de 2003, a defesa e a promoção das culturas populares se fazem por meio de novas questões e de uma ampliação conceitual que envolve o patrimônio (material e imaterial), as identidades (no plural) e a diversidade cultural brasileira. A pesquisa documental, bem como depoimentos de agentes envolvidos no processo compõem o *corpus*, para cuja análise utilizamos, principalmente, o aporte teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Resumen:

El objetivo de este trabajo es comprender los usos del término “cultura popular” en los documentos del Ministerio de Cultura en el gobierno Lula. Esto marco se justifica cuando se señala que, desde 2003, la defensa y la promoción de las culturas populares se hacen a través de nuevos temas y una expansión conceptual que implica lo patrimonio (tangible e intangible), las identidades (en plural) y la diversidad cultural brasileña. La pesquisa documental, así los testimonios de los agentes que participan en el proceso constituyen el corpus, a cuyo análisis se utilizará principalmente la contribución teórica de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe.

Palabras clave:

Cultura Popular

Política Cultural

Discurso

Identidad

Diversidad

Keywords:

Popular Culture

Cultural Policy

Discourse

Identity

Diversity

Abstract:

The objective of this paper is to understand the uses of the term “popular culture” found in the documents of the Ministry of Culture (MinC) in the Lula government. This frame is required when it finds that, from 2003, the defense and promotion of popular cultures are made through new issues and a conceptual expansion involving the heritage (tangible and intangible), the identities (plural) and Brazilian cultural diversity. The desk research as well as testimonies of those involved in the process make the *corpus*, for which analysis we use mainly the theoretical contribution of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe.

As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos

1. Introdução

A cultura vem assumindo, no Brasil, uma crescente centralidade nos projetos de desenvolvimento e de construção da cidadania. Nesse contexto, tem se proliferado estudos sobre as políticas culturais brasileiras nas mais diversas disciplinas. Contudo, a atenção dada às políticas voltadas especificamente para o segmento das culturas populares ainda é tímida, embora a valorização do popular seja elemento central em discursos e projetos governamentais.

Entendendo que a política cultural define conceitos e significados em um campo de enfrentamentos (BARBALHO, 2005), a atuação do Estado na promoção das culturas populares insere-se nos debates acerca da própria formulação da noção “cultura popular” - noção esta que vem sendo construída, diacrônica e sincronicamente, por diferentes grupos políticos, sociais e culturais, o que resulta em uma polissemia de sentidos, muitas vezes dissonantes, e em relações de conflitos e disputas.

O objetivo deste artigo é compreender os usos da noção de “cultura popular” presente no Ministério da Cultura (MinC) no governo Lula. Tal recorte se impõe quando se constata, como veremos, que, a partir de 2003, a defesa e a promoção das culturas populares se fazem por meio de novas questões e de uma ampliação conceitual que envolve o patrimônio (material e imaterial), as identidades (no plural) e a diversidade cultural brasileira.

A pesquisa documental, bem como depoimentos de agentes envolvidos

no processo compõem o *corpus*, para cuja análise utilizamos, principalmente, o aporte teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Tal escolha justifica-se pelo fato desses autores, bem como outros pensadores, entenderem o discurso como prática social, constituído de poder e ideologias. O discurso é, assim, capaz de construir dimensões sociais de conhecimento, relações e identidades sociais (LACLAU; MOUFFE, 1987 ; MAGALHÃES, 2001).

O discurso se constitui, para Laclau e Mouffe, como uma prática articulatória, ou seja, “toda prática que estabelece una relación tal entre elementos, que la identidad de éstos resulta modificada como resultado de esa práctica”. Por sua vez, o discurso é a “totalidad estructurada resultante de la práctica articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 176). Nessa perspectiva, conforme analisam Oliveira e Lopes, a formação discursiva é um conjunto articulado heterogêneo de discursos, ou seja, “um sistema de regras de produção de sentido, já hegemônica por um determinado discurso dentro de uma pluralidade” (OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 15). O discurso não se constitui como um todo homogêneo, fechado em si, mas consegue aglutinar e articular, de forma contingente e provisória, diferentes sentidos em disputa a partir de efeitos de posicionamento dos sujeitos.

Por esse viés analítico, pode-se entender como os discursos da política cultural, e mais especificamente a construção conceitual acerca da cultura popular, representam uma articulação hegemônica de forma contingente e provisória. De acordo com essa ideia, o objeto do discurso, em nosso caso a noção de “cultura popular”, está marcado pelo contexto de sua constituição. Quando determinados sentidos já não dão conta dos fatores característicos de um período histórico torna-se necessário um

novo discurso, uma nova hegemonia de sentidos, para representar o momento que se inaugura (MENDONÇA, 2012). O deslocamento é, assim, uma mudança na centralidade de significações, o que expõe as disputas e conflitos que permeiam a prática articulatória na qual as diferenças e significações em disputa conseguiram ser articuladas e determinados sentidos foram hegemonizados.

2. A cultura popular nas políticas culturais no Brasil

Não é o caso de fazermos aqui uma ampla retrospectiva do processo de constituição das políticas culturais e, mais especificamente, daquelas voltadas para a cultura popular. O que nos interessa é pontuar transformações operadas ao longo do tempo e que permitam compreender o que há de novo na política cultural a partir do governo Lula, nosso foco central.

Assim, até meados de 1930, o Brasil não possuía um campo de políticas culturais minimamente estruturado, embora os primeiros passos nesse sentido tenham acontecido com a vinda da Corte Real em 1808 (BARBALHO, 2009). É somente com o governo Vargas (1930-45), que a ação político-cultural do Estado toma características de atuação, abrangência e estruturação a ponto de se configurar como política pública. A questão de ordem é a da construção e da valorização da nacionalidade, a partir de uma pretensa identidade expressa em um “Ser Nacional”. O popular, ou o folclore, retirado do local onde é elaborado, ocultando assim as relações sociais das quais é produto, funciona, nesse momento de constituição da “cultura brasileira”, como força de união entre as diversidades regionais e de classe. O Estado, portanto, direciona a ação do governo para a valorização da cultura popular transformada em símbolo da cultura nacional (BARBALHO, 1998)

O período democrático que se segue após a Era Vargas, de 1945 a 1964, é marcado pela frágil presença do Estado na direção e formulação da política cultural, com exceção de algumas ações, entre as quais se destacam, para o nosso interesse, as criações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com seu ideário desenvolvimentista, da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), em 1947, no âmbito do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Campanha de Defesa do Folclore (1953).

A articulação entre a Comissão Nacional de Folclore, a Campanha de Defesa do Folclore e o Movimento Folclórico representou o período de maior vitalidade do folclore no Brasil, com a formalização dos estudos acadêmicos e a criação de museus em diversos estados no país (CORREA, 2012). Paradoxalmente, é a partir dos anos 1950, com o projeto e a ideologia desenvolvimentistas, que a noção de folclore passa a ser sinônimo de atraso cultural e adquire um significado negativo. Deste modo, começa a ser formulada uma distinção entre folclore e cultura popular, que conduz a um deslocamento significativo dessas categorias (ORTIZ, 2006 ; ALVES, 2011).

Com a instauração do governo militar, em 1964, ocorreu uma retomada do dirigismo do Estado no campo das políticas culturais que visava à integração simbólica do país através da reprodução e legitimação da ideologia oficial com a circulação de bens simbólicos (filmes, músicas, e livros) nos meios de comunicação, que estavam sob seu rígido controle. Essa política de integração simbólica atrelava-se à ideia de identidade nacional, que reivindicava o “resgate” de uma “cultura brasileira autêntica”. Nesse contexto destaca-se, para os nossos interesses, a criação em 1975 da Fundação Nacional das Artes que deu importante apoio à preservação dos valores culturais das manifestações artís-

ticas e tradicionais. Em 1979, a instituição se vinculou à Campanha de Defesa do Folclore Nacional, restaurada como Instituto Nacional do Folclore.

Também em 1975, na direção do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), Aloísio Magalhães defende um conceito mais abrangente de cultura, com atenção prioritária às manifestações culturais tradicionais e populares (BOTELHO, 2007). Quando assume em 1979 a direção da Fundação Nacional Pró-Memória, Magalhães aciona a noção de bens culturais com a qual pretendia identificar manifestações e saberes populares, como o artesanato, as tecnologias tradicionais, as artes e ofícios populares. O seu trabalho amplia e atualiza a questão patrimonial, considerando não só os bens materiais (móveis e imóveis), mas privilegiando a produção coletiva, os saberes, fazeres, comportamentos e expressões populares como patrimônio cultural brasileiro (RUBIM, 2007 ; CORREA, 2012).

Com o fim da ditadura militar, inicia-se o processo de redemocratização do país em meio a um ciclo de sucessivas crises financeiras, que revela um cenário de profundas desigualdades econômicas e sociais (1985-1993). No campo das políticas públicas de cultura há um esvaziamento de recursos públicos e o desmonte de instituições culturais. Por outro lado, passa a existir uma contínua transferência para o setor privado da responsabilidade de incentivo à produção cultural. Nesse cenário, é criada a primeira lei de incentivo à cultura no Brasil, em 1989, a Lei Sarney, que será sucedida pelas Leis Rouanet e do Audiovisual. Tais leis privilegiam o financiamento dos projetos da sociedade civil, mas o investimento não é mais feito diretamente pelo Estado – ainda que os recursos utilizados continuem públicos – mas pelo mercado, por meio do mecanismo da renúncia fiscal.

Nesse contexto, há um declínio do interesse do Estado pela cultura popular, o que se comprova pelas poucas referências a esse segmento nas políticas culturais dos governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso. Um dos poucos registros encontrados se refere ao Programa Artesanato Solidário, que fazia parte da Comunidade Solidária, projeto de combate à exclusão social e à pobreza, criado em 1995, pela primeira dama Ruth Cardoso. Paradoxalmente, nesse período realiza-se o “Seminário do Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, organizado pela superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) do Ceará, em 1997, que teve como principal resultado a constituição do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, responsável pela formulação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial em 2000.

3. Governo Lula: novas questões, interesses e atores

A partir de 2003, com o início do governo Lula, tem-se uma nova retomada do interesse pelas culturas populares no campo das políticas públicas de cultura, que corresponde ao discurso mais amplo do governo de inclusão de novos sujeitos sociais (classe trabalhadora, segmentos marginalizados, minorias sociais etc.). Entendemos que a defesa e a promoção das culturas populares no cenário atual apresentam outra construção discursiva, que aciona novas categorias, questões, interesses e atores, e possibilita a legitimação das políticas públicas para essas culturas.

Tal retomada se relaciona fortemente ao cenário internacional, no qual, sobretudo, no pós-guerra, ganha força um movimento global que reivindica a regulamentação e normatização para o campo da cultura. Em face das profundas transformações ocorridas nessa segunda metade do sécu-

lo – como a expansão e dinamização dos mercados culturais, o avanço das novas tecnologias da informação, os movimentos e conflitos de matriz étnico-religiosa – diversos estados nacionais e organismos transnacionais começam a defender a elaboração de políticas culturais para a proteção de culturas “ameaçadas” pelos processos da globalização – mercantilização e homogeneização cultural – e acionam a cultura como estratégia para o desenvolvimento social e econômico das nações, e diálogo e tolerância entre os povos (ALVES, 2011).

A Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) é o organismo internacional catalisador das discussões e o responsável pela implementação de uma série de medidas para formulação de políticas culturais pelos países membros. O trabalho da UNESCO é de natureza normativa, mas desempenhou, sobretudo, um papel conceitual no que se refere à construção discursiva das categorias ligadas à cultura, que ganham força nesse início de século XXI: identidade, diversidade cultural, culturas populares e patrimônio imaterial.

Como resultado dos debates realizados em uma série de encontros e convenções, a UNESCO publica a *Carta de Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, em 1989, que estimula a criação de políticas regulamentadoras. A Carta é o primeiro documento internacional que apresenta uma definição de cultura tradicional e popular (UNESCO, 1989). Mas são dois instrumentos mais recentes da UNESCO, a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003) – que reconhece as práticas, representações, expressões e manifestações culturais como patrimônio imaterial – e a *Convenção Sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005), que constituem os referenciais básicos das ações realizadas no Brasil (MinC, 2010).

É nesse cenário que o Estado brasileiro fala sobre a identidade nacional, agora pluralizada a partir de sua riqueza de identidades locais e da diversidade cultural. Em seu discurso de posse, Gilberto Gil (2004) afirma que se inaugura uma “nova fase na política cultural do país” que reserva ao Estado a responsabilidade por todas as esferas da produção cultural da sociedade brasileira – na sua diversidade de manifestações em suas matizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais, além de impulsionar a dimensão cultural do desenvolvimento. A sua gestão, defende o ministro, se focará em revelar os “brasis”, através da implementação de programas e ações direcionados a todos os “cantos e recantos do Brasil”.

Gil também afirmou que romperia com as hierarquias das concepções de cultura popular e erudita, assim como com a assimilação do conceito de cultura popular à noção de folclore: “Ninguém vai me ouvir pronunciar a palavra ‘folclore’ [...]. Os vínculos entre o conceito erudito de ‘folclore’ e a discriminação cultural são mais do que estreitos. [...] Não existe ‘folclore’ – o que existe é cultura” (GIL, 2003, p. 41). Interessante destacar que o MinC passa a adotar em seu discurso (documentos e falas oficiais) o uso plural da palavra cultura popular, assim como também passa a ser recorrente “o uso no plural de palavras como política, identidade e cultura: as políticas públicas, as identidades nacionais e as culturas brasileiras” (BARBALHO, 2007, p. 13).

As expressões “cultura popular tradicional” ou “culturas populares”, e mais recentemente “patrimônio imaterial”, passam a ser utilizadas em substituição à “folclore” na maioria dos programas e ações, a fim de se evitar as interpretações e visões conservadoras que o termo historicamente adquiriu. Nesses deslocamentos de sentido, as transformações e atualizações nas noções de cultura popular e patrimônio imaterial mantêm aproxi-

mações que permitem, muitas vezes, que sejam intercambiáveis nos discursos das políticas públicas em razão das próprias orientações e do campo discursivo norteador da UNESCO.

Retomando a política cultural do Governo Lula, na reestruturação do MinC, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), representante tradicional dos campos das culturas populares e do folclore, saiu da competência da Funarte e passou a ser autarquia do Iphan. De acordo com Correa, essa mudança “indicou uma compreensão, por parte do novo quadro de gestão ministerial, das manifestações folclóricas e populares mais voltadas para a ótica patrimonial” (CORREA, 2012, p. 54). Deste modo, o CNFCP e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/Iphan) passaram a ser responsáveis pelas ações de preservação da memória e salvaguarda de grupos e expressões da cultura popular.

As culturas populares também foram contempladas em outras secretarias na estrutura organizacional do MinC, como, por exemplo, pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MinC), responsável pela realização de seminários e editais destinados às expressões populares; e pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), que, por meio do Programa Cultura Viva e especialmente da Ação Ponto de Cultura, abriu amplo espaço para as culturas populares (com Pontos de jongo, fandango, maracatu, reisado, *hip-hop*, entre outros); e por meio da criação da Ação Griô, que promove o diálogo de mestres populares com espaços formais e não formais de educação.

Nesse contexto, em 2007, foram instituídas a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com o objetivo de promover o desenvolvimento

sustentável dos povos e comunidades tradicionais, e o Programa de Promoção das Culturas Populares (PPCP), com o objetivo de fortalecer, proteger e difundir a diversidade cultural das culturas populares do Brasil.

Exploramos a seguir as mais significativas ações e programas do MinC, nos governos Lula, no campo das políticas públicas para a proteção e promoção das culturas populares: (1) a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MinC); (2) o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI); (3) o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, e sua ação prioritária, o Ponto de Cultura.

4. Políticas para a diversidade cultural brasileira - (SID/MinC)

Em 2003, o MinC criou a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) – atualmente integrada à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCD). A SID se comprometeu em promover o diálogo e atender às demandas dos movimentos, grupos e setores representativos da diversidade cultural brasileira desprovidos do acesso às políticas públicas. Com esse objetivo realizou seminários e congressos com grupos de trabalho formados por segmentos culturais específicos considerados prioritários, e assim passou a definir suas ações. A SID realizou dois importantes Seminários de Políticas Públicas para as Culturas Populares, que reuniu as demandas, estabeleceu metas e prioridades para essas culturas.

Em 2005, foi realizado o I Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares, em parceria com a Fundação Cultural Palmares, o CNFCP do Iphan e a Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC). A segunda edição do Seminário aconteceu em 2006, em consonância

com o I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares. A realização dos Seminários inicia o processo de participação dos segmentos da cultura popular na elaboração de políticas públicas. A fala de Sérgio Mamberti, então secretário da SID, traz elementos que ressaltam a política de inclusão social mediante os processos participativos:

Ao longo da história, a exclusão dos segmentos populares das políticas públicas do nosso país, bem como a segregação social e racial, tem sido fatores determinantes na desvalorização de sua produção cultural [...]. Este é um ponto fundamental: os processos participativos atuam como indutores do fortalecimento da sociedade civil, dos grupos e redes culturais das culturas populares (MAMBERTI, 2005, p. 21/23).

Como resultado dos Seminários, foi elaborado o Plano Setorial para as Culturas Populares (PSCP), aprovado em 2010, como documento estruturante das ações e políticas a serem implementadas para as culturas populares e parte integrante do Plano Nacional de Cultural (PNC). As diretrizes do plano visam contribuir para a valorização e o fortalecimento dessas culturas e de seus praticantes por meio do mapeamento das manifestações e expressões; fortalecimento da transmissão de saberes e fazeres; manutenção e desenvolvimento sustentável para a produção, circulação e fruição das culturas populares; qualificação da gestão cultural; simplificação dos mecanismos de fomento; ampliação da visibilidade das manifestações das culturas populares; e estabelecimento da intersetorialidade das políticas públicas (MinC, 2010).

Outra importante ação da SID é o Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural, criado em 2004, cujo objetivo é garantir a grupos e redes de

agentes culturais constituintes da diversidade de expressões culturais brasileiras o acesso aos recursos para o desenvolvimento de suas ações, priorizando, sobretudo, a inclusão de grupos até então marginalizados ou com acesso limitado às políticas culturais (SANTOS et al., 2010). Dentre as ações do Brasil Plural, estão os editais e prêmios dirigidos aos referidos segmentos socioculturais como o Prêmio Culturas Populares, instituído em 2007, com o objetivo de “reconhecer a atuação exemplar de Mestres e de Grupos/Comunidades praticantes de expressões das culturas populares brasileiras”³.

A partir de 2011, o MinC inicia um movimento de reestruturação, no qual, entre outras mudanças, extingue a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) e a Secretaria da Cidadania Cultural (SCC); em substituição, funde as duas secretarias sob o título de Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCD). As atribuições da SCD passam a ser implementadas por intermédio dos programas Cultura Viva e Brasil Plural, cujo objetivo é “fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídos e ampliando o acesso aos bens culturais, principalmente no apoio [...] [aos] Pontos de Cultura”⁴.

5. O Registro de manifestações e expressões culturais tradicionais e populares como patrimônio de natureza imaterial (PNPI/MinC)

Com a ampliação da noção de patrimônio e a compreensão das manifestações populares mais voltadas para a nova ótica patrimonial, consideradas como patrimônio cultural intangível ou imaterial, o MinC, por meio do CNFCP e do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/Iphan), passa a contemplar as culturas populares nas políticas patrimoniais

do Iphan com ações de preservação da memória coletiva e salvaguarda de grupos e expressões.

Ainda antes do governo Lula, em 2000, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. É interessante destacar que o PNPI é resultado de uma discussão impulsionada desde os anos noventa pelos segmentos ligados à defesa do folclore e culturas populares e converge com os indicativos tirados na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, realizado pela UNESCO, em 2003.

O programa reúne uma série de ações para identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção dos bens do patrimônio cultural de natureza imaterial⁵. Conforme explica Elder Alves (2011), o PNPI opera em duas sistemáticas distintas e complementares. Primeiro, o processo de registro, que tem como etapa inicial a realização de um inventário, que reúne o maior número de informações possíveis sobre o bem em questão a ser titulado como patrimônio. E segundo, o próprio registro, que é a etapa final do inventário, isto é, a concessão do título de Patrimônio Cultural do Brasil. O processo de solicitação e registro do título de patrimônio é feito a partir da demanda de grupos e organizações político-culturais, de artistas e intelectuais, que acionam os órgãos institucionais responsáveis pelo registro. É a partir do pedido desses grupos que se inicia o processo de conversão de um bem ou manifestação, que as comunidades e grupos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural, em patrimônio reconhecido e institucionalizado pelo Estado.

O reconhecimento do Estado de que o bem é merecedor do título de patrimônio é permeado por uma complexa relação de disputas. De acordo com Alves, há uma série de fatores em um jogo de

disputas, que inclui recursos simbólicos e políticos e o acionamento de valores, como “tradição” e “autenticidade”, para atestar a “riqueza incomensurável do bem”. Portanto, o registro como patrimônio é alvo de interesses por parte de grupos, instituições, cidades e regiões, assim como potencializa outros processos como “as práticas de consumo simbólico-culturais e as atividades de entretenimento-turismo” (ALVES, 2011, p. 162).

Assim como Alves, Mesentier afirma que a seleção do que vem a ser identificado como patrimônio não é só produto, mas também modifica valores, convicções e relações político-culturais. Para o autor, “na medida em que um bem ou manifestação é convertido em patrimônio pelo Estado, esse bem ou manifestação cultural é resignificado e reidentificado culturalmente, bem como reinserido na vida social em nova condição”. Desta forma, essa seleção “refaz as estruturas da identidade e redefine as condições de hegemonia político-cultural” (MESENTIER, 2012, p. 210).

É possível perceber que o MinC vem adotando uma noção de maior abrangência da cultura popular. Nesse sentido, há uma clara certa equivalência conceitual do entendimento da cultura popular com a noção de patrimônio imaterial. Na lista dos bens registrados, por exemplo, tudo que foi registrado como patrimônio imaterial está circunscrito no campo das culturas populares. Com isso, podemos inferir que o PNPI visa o reconhecimento dos “bens culturais” que historicamente foram desvalorizados em relação às culturas dominantes e agora passam a ser considerados dignos de autenticação pelo Estado e pela sociedade, o que demonstra o viés de reparação e inclusão do programa.

Existem dois deslocamentos discursivos e simbólicos nesse cenário. O primeiro diz respeito à revitalização do

conceito de patrimônio, que desloca seu foco do patrimônio material de “cal e pedra”, para o patrimônio imaterial, e passa a considerar que o mais importante são as pessoas e as identidades, representadas notadamente pelas populações indígenas, afrodescendentes, minorias étnicas e grupos de cultura popular. Deste modo, o conceito de patrimônio imaterial parece direcionar-se e limitar-se ao universo da cultura tradicional e popular. Outro deslocamento cerca a noção de cultura popular que passou por transformações, atualizações e ampliações que a tornaram uma questão importante nas políticas culturais a ponto de ser privilegiada tanto nas políticas da diversidade cultural, como nas políticas patrimoniais.

6. Programa Cultura Viva

Em 2005, o MinC cria aquela que se torna a experiência mais importante na área da cultura durante o Governo Lula, o Programa Cultura Viva (PCV) e sua ação prioritária, o Ponto de Cultura. Como define Célio Turino (2009), idealizador do programa, o Cultura Viva foi concebido com o objetivo de “descobrir o Brasil” ou “desesconder o Brasil profundo”. No discurso de Turino, essas metáforas significam que era preciso entender, conhecer mais e melhor o Brasil “escondido” e “silenciado”, ou seja, aquele formado pelos grupos que foram historicamente marginalizados e excluídos por uma cultura hegemônica, elitista e conservadora.

O Cultura Viva foi descrito pelo ministro Gilberto Gil como “uma política pública de mobilização e encantamento social”. Sobre os Pontos de Cultura, o ministro os qualifica como “intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local” (GIL, 2004, p. 8).

De acordo com o discurso da Secretaria de Projetos e Programas Culturais (SPPC)⁶, o Cultura Viva “tem por objetivo incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária” (IPEA, 2010, p. 39). Os princípios do programa se relacionam ainda com a valorização de iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliação do acesso a bens culturais e, sobretudo, aos meios de produção cultural.

Para isso, o PCV se estruturou, inicialmente, por meio de cinco ações: Agente Cultura Viva, em parceria com o Programa Primeiro Emprego; Cultura Digital, que promove o uso de estúdio multimídia, software livre e tecnologias digitais para dar visibilidade e circulação à produção dos pontos; Escola Viva, que visa integrar os Pontos à escola; Griôs, que valoriza os mestres dos saberes populares; e Pontos de Cultura, ação prioritária e mediadora das demais ações do Cultura Viva. Além dos Pontos de Cultura, fazem parte da estruturação da ação os Pontões – Pontos especiais responsáveis pela articulação entre diversos Pontos de uma dada região – e as Redes – a mediação feita pelo poder público municipal ou estadual entre os Pontos e a esfera federal. Com o passar dos anos, o Programa foi evoluindo e concebendo outras ações e prêmios atrelados às necessidades e desenvolvimento dos Pontos de Cultura, como iniciativas que envolvem atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária, bem como as ações Pontinhos de Cultura e Economia Viva (MinC, 2004).

O Programa Cultura Viva opera, desta forma, com a inclusão social e cultural, seguindo a ordem redistributiva e inclusiva dos programas criados no

Governo Lula – Bolsa Família, ProUni, Fome Zero, entre outros. O seu objetivo é ampliar e garantir a inclusão de novos agentes no atendimento das políticas culturais, por meio do repasse de recursos e tecnologias digitais, sem restrição de segmento, expressão cultural, condição social ou posição geográfica às diversas manifestações da sociedade brasileira (DOMINGUES, 2010).

6.1 Ação Ponto de Cultura

A ação Ponto de Cultura se realiza por meio de um convênio, estabelecido a partir de edital público, entre o governo – federal, estadual ou municipal – e sociedade civil. Os proponentes – agentes culturais das comunidades, organizações e instituições públicas, legalmente constituídas (com CNPJ) – devem submeter seu projeto ao MinC. Caso aprovado, os projetos recebem o apoio financeiro. A ideia é garantir o direito de produção e difusão, estimular a geração de renda, o desenvolvimento sociocultural e econômico de grupos culturais locais, que, posteriormente, são articulados em redes colaborativas.

Os Pontos de Cultura não possuem um modelo único. Cada ponto tem as especificidades e formas de organização de acordo com o grupo cultural, a realidade local e a infraestrutura existente⁷. Se em termos de gestão pública a ação Ponto de Cultura foi problemática e deixou um lastro de limitações e inadimplências, podemos afirmar que ela foi vitoriosa na dimensão conceitual. É interessante destacar que o Ponto de Cultura é uma produção discursiva, programática e política do Estado – definida como política de “en-cantamento social” –, mas que também conta com a atuação dos sujeitos participantes, em diferentes contextos de produção, na ressignificação discursiva e simbólica da Ação.

6.2 Cultura Viva, Ponto de Cultura e Cultura Popular: Discursos, conceitos e ideologias

Embora não seja o eixo prioritário do PCV e do Ponto de Cultura, um dos aspectos de destaque do Programa é o apoio às culturas populares. De acordo com a pesquisa *Cultura Viva: as práticas de pontos de pontões*, promovida pelo IPEA, este apoio se embasa na “ideia do reconhecimento e da valorização da diversidade, assim como da preservação da memória e das práticas e manifestações culturais ligadas a este universo” (IPEA, 2011, p. 37). A percepção de que as culturas populares trazem um capital simbólico de grande importância, que deve ser mantido, preservado e considerado em sua diversidade cultural, ganhou ampla dimensão na atuação do Programa.

É importante destacar ainda que, nos Pontos de Cultura, as culturas tradicionais e populares não aparecem ligadas ao antigo paradigma do tradicional versus moderno, elas “se misturam com práticas em geral consideradas ‘modernas’, como o audiovisual e a cultura digital” (IPEA, 2011, p. 38). Assim, Pontos de Coco, Jongo, Maracatu, Boi, por exemplo, utilizam dos recursos multimídia para registro de práticas e saberes tradicionais, o que também demonstra o caráter inovador desse tipo de iniciativa.

Os Pontos de Cultura se encaixam no contexto de um novo paradigma das políticas culturais (globais e nacionais), que valoriza a diversidade cultural, pelo reconhecimento e valorização das múltiplas manifestações culturais, e o protagonismo social, por meio da promoção de modos de autogestão das iniciativas culturais.

Outra grande questão é sua incorporação ao modelo de democracia cultural, na qual a cultura é encarada como expressão de cidadania, através da pro-

moção do acesso aos meios de produção e fruição cultural como forma de contribuir para a superação de desigualdades. Este modelo também se alia às políticas para a diversidade, onde “ao valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, o Estado está permitindo a expressão da diversidade cultural” (CALABRE, 2007, p. 14).

Autonomia, protagonismo, empoderamento, gestão em rede e gestão compartilhada são conceitos e práticas implementadas pela Ação Ponto de Cultura, que foram sendo apropriadas nos discursos e significados pelos agentes participantes da Ação. De acordo com a formulação programática do Ponto de Cultura, a tríade autonomia, protagonismo e empoderamento são concebidos como práticas, “como processos de modificação das relações de poder e como exercícios de liberdade” (MinC, 2004, p. 34/35). Os conceitos estão ligados à cidadania e conquista de direitos, à emancipação de grupos e comunidades no sentido de seu desenvolvimento e melhoria de suas vidas, material – pela capacidade de gerar emprego e renda – e sociopolítica, pela capacidade de articulação e participação social.

Somados às novas categorias, foi aplicado o conceito de gestão compartilhada, gestão em rede ou ainda gestão transformadora para os Pontos de Cultura. Através desse conceito, propõe-se uma gestão da cultura compartilhada entre Estado e Sociedade – e ainda entre redes de pontos, por território, por linguagem, e outras múltiplas possibilidades (MinC, 2004 ; TURINO, 2009).

Entretanto, pesquisas realizadas pelo Ipea e estudos de alguns autores (TURINO, 2009 ; DOMINGUES, 2010 ; LACERDA et al., 2010) apontam que problemas com esse modelo de gestão, entres burocráticos e a comunicação entre os Pontos e o Ministério, e até mesmo a pouca vontade política, foram os princi-

pais impasses na implantação da Ação. Os grupos tiveram que se apropriar de rígidas regras, mecanismos de gestão e normas de um sistema legal inadequado e universalista, algo que não era familiar às organizações sociais e que não se adequava a demandas e realidades tão distintas das culturas brasileiras. Isso provocou, nos anos iniciais da Ação, uma série de dificuldades e problemas, como descontinuidade e interrupção de atividades. Em síntese, a prática mostrou que uma gestão que tenta ser democrática e popular, buscando romper hierarquias e narrativas tradicionais, se confrontou com uma estrutura estatal ainda elitista e conservadora, e, portanto, profundamente excludente.

Os conceitos da Ação foram concebidos como práticas de “modificação das relações de poder e como exercícios de liberdade” (TURINO, 2009). Contudo, novas questões e relações de poder se colocaram, como a instância de poder da posição de intermediário dos gestores dos Pontos (NUNES, 2011), o incômodo a algumas estruturas de poder diante desse processo de “empoderamento social” desencadeado pela Ação, entre outros.

Com isso, embora tenha contribuído para legitimar expressões culturais, fortalecer atividades, possibilitar inclusão e democracia cultural, a participação dos novos sujeitos pode também ficar limitada e condicionada a uma não reflexão política que a Ação deveria suscitar. Como têm mostrado as avaliações do Ipea e os estudos acadêmicos – e que também tem sido o tema prioritário dos encontros entre MinC e os Pontos –, as análises e reflexões sobre os problemas e avanços dos Pontos de Cultura parecem se limitar a questões de ordem administrativa. Talvez não haja, de forma mais contundente, uma profunda reflexão sobre a dimensão política do Ponto de Cultura e sobre a condução política da Ação. Os recursos de poder que os sujeitos se apropriam e os

elementos conceituais da Ação parecem ficar relegados e são sobrepostos pelas questões burocráticas e administrativas.

Essas reflexões fazem parte da dimensão do político, que deve ser tomado na sua dimensão de conflito e antagonismo, como defende Mouffe (2009). Desta forma, as políticas para uma multiplicidade de grupos de interesse ou afirmação dos direitos de minorias devem ser tomadas a partir da dimensão política de relações de poder.

Apontamentos finais

Como podemos observar, há uma produção discursiva sobre o significado e alcance da noção de cultura popular no MinC durante o governo Lula e que tem como *locus* principal o PCV, e particularmente a Ação Ponto de Cultura. Esta produção se insere em uma articulação de significações e de um contexto determinado de disputas de sentido que envolve diversos âmbitos institucionais, além das próprias práticas dos agentes das culturas tradicionais e populares. A questão que se impõe nesse contexto é o do caráter inclusivo de tal noção, que se alia à de diversidade cultural e à de patrimônio imaterial, respaldando a política cultural federal.

Contudo, tal como afirmamos no início do artigo, o discurso como prática articulatória não tem sua efetividade garantida, pois ela é contingente e provisória, de modo que o rearranjo provocado pelo governo Dilma, ainda que do mesmo partido político, tem provocado descolamentos no sentido de “cultura popular”.

Passados dez anos desde a implantação do Cultura Viva, o Programa reduziu consideravelmente seu conjunto de ações, restringindo-se ao Ponto de Cultura, e passa por um processo de redesenho nas gestões de Anna de Holanda e Marta Suplicy no Ministério da Cultura. Célio Turino, por

exemplo, entende que há um retrocesso no Programa. O eixo central da sua análise diz respeito à abertura simbólica do governo Lula para experimentações de políticas públicas inovadoras, principalmente pela lógica da inclusão social e deslocamento de classes. Segundo Turino, “enquanto houve vontade política combinada com a baixa institucionalidade no Ministério da Cultura, foi possível avançar. Depois, tudo tornou-se mais difícil” (TURINO, 2013, p. 1).

Sob o governo Dilma, as brechas para aquele tipo de experimentação feito com o PCV ficou ainda mais difícil diante da sobreposição da técnica e da gestão. Se no governo anterior a lógica da experimentação e na temática da diversidade cultural foi privilegiada na etapa inicial da sua gestão, no atual governo o discurso privilegiado passou a ser o da qualificação técnica e o destaque para as ações do campo da Economia Criativa.

Isso significa que o Cultura Viva e o Ponto de Cultura morreram? Apesar das incoerências, da considerável redução e desmonte na continuidade dessas ações, de maneira alguma eles morreram. O Ponto de Cultura mantém sua força, principalmente, no patamar discursivo, conceitual simbólico. Embora ainda existam muitos problemas e desafios, é inegável a avaliação positiva do Programa Cultura Viva e da Ação Ponto de Cultura na promoção de uma (re)distribuição dos recursos e investimentos na área da cultura em nível nacional, não mais restrita a determinados grupos ou linguagens artísticas consagradas e eruditas ou geograficamente concentradas em determinadas áreas do país. Além de novos processos de construção de políticas públicas de cultura, com a inclusão de novos atores sociais, que compõem a diversidade de manifestações culturais. Sobretudo, a nova dimensão e destaque que a política pública de cultura traz para os temas da diversidade cultural e, especialmente, da cultura popular.

Bibliografia

- ALVES, Elder P. Maia. *Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo*. Maceió: EDUFAL, 2011.
- BARBALHO, Alexandre. Política Cultural: um debate contemporâneo. In: RUBIM, Linda (Org.). *Organização e Produção da Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 33-52.
- BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007. (Coleção Cult). p. 37-60.
- BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil: Primórdios (1500-1930)*. Trabalho apresentado no V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2009.
- BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- BEZERRA, Jocastra. *Quando o popular encontra a política cultural: a discursividade da cultura popular nos Pontos de Cultura “Fortaleza dos Maracatus”, “Cortejos Culturais do Ancuri” e “Boi Ceará”*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007 (Coleção Cult). p. 109-132.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007. (Coleção Cult). p. 87-107.
- CORREA, Joana R. Ortigão. Um Conceito estratégico: as culturas populares no âmbito das políticas públicas de cultura no Brasil. In: FRADE, Cásia et al. (Org.) *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Decult, 2012. p. 41-57.
- DOMINGUES, João. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. Rio de Janeiro: Luminária academia, 2010.
- GIL, Gilberto. Experimentação, memória e invenção. Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo, em Brasília, a 2 de janeiro de 2003. *Caderno Cultura Viva*. 3. ed. Brasília: MinC, 2004. p. 40-43.
- GIL, Gilberto. Que acontece quando se liberta um pássaro? Pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva. Berlim, Alemanha, 2 de setembro de 2004. *Caderno Cultura Viva*. 3. ed. Brasília: MinC, 2004. p.8-9.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília: IPEA, 2011.
- LACERDA, Aline Pires de et al.. Programa Cultura Viva: uma nova política do ministério da Cultura. In: RUBIM, Albino (Org.) *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: UFBA, 2010. (Coleção Cult). p. 111-131.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estratégia socialista*. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- MAGALHÃES, Célia Maria (Org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.
- MAMBERTI, Sérgio. Brasil, mostra a tua cara. In: *Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005. p. 21-23.
- MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9. Brasília, setembro - dezembro de 2012. p. 205-228.
- MESENTIER, Leonardo M. de. A natureza política do patrimônio cultural. In: FRADE, Cásia et al. (Org.) *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Decult, 2012. p. 201-212.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural. *Plano Setorial para as Culturas Populares*. MinC: SID – Brasília, 2010. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2011/07/plano-setorial-de-culturas-populares.pdf>>. Acesso em: 01 out.2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). *Cultura Viva: o Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária*. 3. ed. Brasília: MinC, 2004.

MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. Londres: Verso, 2009.

NUNES, Ariel F. *Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>> Acesso em 20 out.2013.

OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Aline C. *A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso*. Cadernos de Educação, Faculdade de Educação - FaE, Programa de Pós Graduação em Educação - PPGÉ. Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas - UFPel, 2011. p. 19-41.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007. (Coleção Cult). p. 11-36.

SANTOS, Josciane et al. As políticas públicas para a diversidade cultural brasileira. In: RUBIM, Albino (Org.) *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: UFBA, 2010. (Coleção Cult). p. 265-286.

TURINO, Célio. O desmonte do programa CULTURA VIVA e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma. *Revista Fórum*, 2013. Disponível em <<http://revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/>> Acesso em: 13 nov.2013.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de Baixo para Cima*. Rio de Janeiro: Anita Garibaldi, 2009.

UNESCO. *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Paris: UNESCO, 1989.

1 Jocastra Holanda Bezerra, Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela UECE. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas de Cultura e de Comunicação (CULT.COM), Ceará, Brasil. Contato: jocastrahb@gmail.com

2 Alexandre Almeida Barbalho, Doutor em Comunicação e Cultura, Professor dos PPGs em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas de Cultura e de Comunicação (CULT.COM). Ceará, Brasil. Contato: alexandrealmeldabarbalho@gmail.com

3 Prêmio Culturas Populares 2012. Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/premio-culturas-populares-2012-2/>> Acesso em: 06 mar.2013.

4 DECRETO Nº 7.743, DE 31 DE MAIO DE 2012 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/scdc>> Acesso em: 29 out.2013.

5 Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>> Acesso em: 10 abr.2013.

6 A SPPC posteriormente se tornou a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) e atualmente integra a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCD).

7 Para uma análise de Pontos de Cultura voltados para as culturas populares em Fortaleza, Ceará, ver a dissertação de Jocastra Bezerra (2014), cuja pesquisa é a base das considerações desenvolvidas nesse artigo.

Recebido em 27/01/2015
Aprovado em 14/02/2015

Políticas culturais, processos semióticos: A bandeira e a Festa do Divino em Mogi das Cruzes, São Paulo

Las políticas culturales, los procesos semióticos: La bandera y la Celebración de lo Divino en Mogi das Cruzes, São Paulo

Cultural policies, semiotic processes: The flag and the Holy Ghost Feast in Mogi das Cruzes, São Paulo

Márcia das Dores Cunha Alves Valim¹

Rosália Maria Netto Prados²

Luci Mendes de Melo Bonini³

Palavras chave:

Políticas Públicas

Cultura

Semiótica

Bandeira do Divino

Resumo:

Este artigo trata de uma análise semiótica da Festa do Divino de Mogi das Cruzes, para uma reflexão sobre processos de significação e cultura. Assim como em outras partes do continente latino-americano, na região do Alto Tietê, em Mogi das Cruzes, a Festa do Divino é um elemento significativo na constituição do patrimônio cultural, sendo, sem dúvida, um dos sistemas simbólicos que constituem o processo de identificação do mogiano, mesmo para aqueles que, por questões religiosas ou outras, não aceitam ou participam desta festa. Propõe-se um estudo dos discursos, mais especificamente da produtividade discursiva da festa, à luz da Semiótica do Discurso, e seus efeitos de sentido, para a constituição do sujeito no contexto das políticas culturais locais. Selecionou-se a Bandeira do Divino, um texto não verbal, para uma análise das relações intra e interdiscursivas.

Resumen:

Este artículo aborda un análisis semiótico de la Celebración de lo Divino en Mogi das Cruzes, para una reflexión sobre los procesos de significación y la cultura. Así como en otras partes del continente latinoamericano, en el Alto Tietê, en Mogi das Cruzes, la fiesta de lo divino es un elemento importante en la constitución del patrimonio, siendo, sin duda, uno de los sistemas simbólicos que constituyen el proceso de identificación de los ciudadanos incluso para aquellos que, por razones religiosas o de otro, no aceptar o participar en esta fiesta. Se propone que un estudio de los discursos, más específicamente la productividad discursiva de la festa, a la luz de la semiótica del discurso y sus efectos, a la constitución del sujeto en el contexto de las políticas culturales locales. Fue seleccionada la bandera de lo divino, un texto verbal, para un análisis de la intra- y de las relaciones interdiscursivas.

Palabras clave:

Política Pública

Cultura

Semiótica

Bandera de lo divino

Keywords:

Public Policy

Culture

Semiotics

Holy Ghost Feast Flags

Abstract:

A semiotic approach on the Holy Ghost Feast in Mogi das Cruzes, São Paulo, Brazil. It is a brief study about the meanings of the flags the prayers use during the events inside the great feast, seen here as a cultural heritage. It is undoubtedly one of the symbolic systems comprising the citizens' identification process, even for those who, for religious or other questions, do not accept or do not participate in this party. We propose a study of speeches, more specifically the discursive productivity, in the light of semiotics discourse, and the effects of meaning, in the constitution of the subject in the context of local cultural policies. We selected the Divine's Flag, that is a non-verbal text, for an analysis of intra and inter discursive relations.

Políticas culturais, processos semióticos: a bandeira e a Festa do Divino em Mogi das Cruzes, São Paulo

Introdução

A devoção ao Divino Espírito Santo no Brasil está espalhada em todo território nacional por influência da colonização portuguesa, muitas festas em sua homenagem já se consagraram como patrimônio cultural a fim de que repercutam como manutenção da cultura local e gerem desenvolvimento econômico principalmente para o turismo religioso, que muito impacta em toda América Latina.

A Festa do Divino Espírito Santo, em Mogi das Cruzes, não é diferente, pois tem seu registro no livro das celebrações do município desde 2007, por meio do decreto municipal 7970/2003 e, embora esta política cultural seja recente, a devoção ao Espírito Santo na região, existe há 400 anos (CAMPOS, 2014).

Recentemente, devido à preocupação com o crescente número de devotos e turistas que convergem para a cidade durante os dez dias da festa, as políticas culturais do município se aceleraram na preservação de certos patrimônios imateriais, tais como as comemorações religiosas: Festa de São Benedito, por exemplo, e ainda o Afogado, comida típica servida nas barracas da Festa do Divino, entre outros.

Na presente pesquisa, por meio de uma abordagem semiótica, estudam-se os processos de produção de significação no texto não verbal da Bandeira do Divino de Mogi das Cruzes, componente essencial das procissões, alvoradas e demais manifestações ao longo da celebração.

A Semiótica, protagonizada por Algirdas J. Greimas, de linha francesa, é a ciência que estuda, não só o universo dos signos, mas a significação. Não é possível, portanto, o estudo desta sem que se considere a transmissão, a conservação, a transformação e a aprendizagem da cultura que são processos que se realizam por meio das práticas sociais e que, por sua vez, organizam-se segundo processos discursivos. É uma Semiótica do discurso.

Para Bertrand (2003), esta Semiótica, de linha francesa, é apresentada como modelo de análise da significação, além da palavra, além da frase, na dimensão do discurso, tendo suas raízes na teoria da linguagem, e suas estruturas e concepções da língua como instituição social. O objeto da Semiótica é a descrição e análise das estruturas significantes que modelam o discurso social e o discurso individual. “A linha divisória está aqui definida: a palavra “signo” desapareceu; é que não se trata mais do signo, mas da significação” (BERTRAND, 2003, p. 15).

Segundo Pais (2005), o saber e a significação articulam-se no processo de produção discursiva. Os discursos, então, refletem sistemas de valores de uma comunidade, pois a visão de mundo de qualquer comunidade sociocultural e linguística, bem como sua ideologia, acha-se sempre em processo de (re)formulação e um constante processo de *vir a ser* que, segundo Pais, paradoxalmente transmite a seus membros o sentido de estabilidade e de continuidade.

Hjelmslev (2006, p. 51) considera o sentido “como substância de uma forma qualquer”, tanto no plano do conteúdo como no plano da expressão, ampliando assim a noção de linguagem, que na Linguística, limitava-se ao universo verbal. Essas suas considerações teóricas sobre a linguagem serviram de base para o desenvolvimento da metodologia semiótica greimasiana.

Para Greimas e Fontanille (1993, p. 12), entre o nível profundo da semântica fundamental, ou do *sujeito conhecedor* e a instância discursiva, que é a do *sujeito do fazer*, a enunciação é o lugar de mediação, em que se opera a linguagem. A instância de enunciação concilia, dialeticamente, a 'geração', isto é, o sentido gerado pela convocação dos universais semióticos ou linguagens verbais, não verbais, sincréticas e pela 'gênese', ou seja, pela integração dos produtos da história.

A narrativa dos discursos, portanto, é anterior à sua manifestação, ou melhor, segundo Greimas (2001), a narratividade do discurso pode ser reconhecida em manifestações do sentido aceitando-se a necessidade de uma distinção fundamental entre dois níveis de representação e de análise: um *nível aparente* da narração, em que as diversas manifestações desta se submetem às exigências específicas das substâncias linguísticas por meio das quais ela se exprime; e um *nível imanente*, que constitui uma espécie de tronco fundamental comum, em que a narratividade se encontra situada e organizada anteriormente à sua manifestação. Um nível semiótico comum se distingue, portanto, do nível da linguagem e lhe é logicamente anterior.

Nessa perspectiva, a Semiótica estuda o percurso de geração de sentido de um plano de conteúdo e que se manifesta num plano de expressão. Neste estudo sobre a Bandeira do Divino, que é um texto não verbal, propõe-se um estudo do sincretismo de linguagens, a plástica e a verbal. Segundo Pietroforte (2006), que considera a semântica no nível fundamental e valores gerados por ela; a narratividade com seus sujeitos narrativos e objetos investidos desses valores e a colocação em discurso, em cuja superficialidade manifestam-se os percursos figurativos, a figuratividade é for-

mada no plano de conteúdo e manifesta-se por diferentes formas de expressão na articulação entre o verbal e o plástico.

A Bandeira da Festa do Divino Espírito Santo

As bandeiras, de modo geral, são utilizadas cada vez mais para serem lançadas a fim de construir a identidade de um grupo social, político, religioso, fãs de esportes diversos. Elas são símbolos de identidade cultural, e assim cada país, cada província, cada estado ou município tem sua bandeira a fim de construir sua identidade. As cores, os brasões inseridos no centro das bandeiras dizem muito de cada povo, de cada comunidade de cada torcedor ou crente (ERIKSEN & JENKINS, 2007). Suas origens remontam os Totens primitivos, que muito altos, anunciavam a presença de uma comunidade, a presença humana, um grupo familiar ou uma tribo. Plantas e animais se tornam símbolos porque demonstram as relações entre a sociedade e a natureza (LEVI-STRAUSS, 1989).

Na Idade Média as bandeiras tiveram uma função instrumental: anunciavam a chegada dos inimigos ou dos amigos. Assim também as bandeiras de famílias continham elementos que demonstram os parentescos, as terras de origem simbolizadas por montes, planícies, tipos de árvores que são estilizados nos brasões (ERIKSEN & JENKINS, 2007).

As bandeiras têm uma importância simbólica e no caso das bandeiras do Divino isso não é diferente. É difícil explicar os significados condensados em cada bandeira, mas as bandeiras dos devotos do Divino Espírito Santo têm sempre as características dos devotos: são as fitas trançadas, largas, estreitas, é a pomba no topo da bandeira envolta de flores e arcos ou solitária, os dons e a pomba pintados a mão no centro do tecido vermelho, cada um desses obje-

tos dela traz os traços de seus criadores. Há devotos que as fazem, outros as compram e as enfeitam para dar seu toque pessoal.

O uso da bandeira balançando ao vento, colorindo as alvoradas e procissões cria identidades e desperta o sentimento de coletividade. Todos se unem na

fé em torno de suas bandeiras, simples, algumas vezes, outras mais requintadas e elaboradas.

A Bandeira da Festa do Divino em Mogi das Cruzes tem cor vermelha (Fig.1) e um desenho de uma pomba branca no centro.



Figura 1 - Bandeira de devotos antes da entrada dos Palmitos
(Fonte: arquivo pessoal)

Neste trabalho, não se pretende analisar o signo ou símbolos, mas os sentidos gerados e colocados em discursos subjacentes a este texto não verbal. Com base em Pietroforte (2006), pode-se analisar a imagem da pomba como uma identificação figurativa entre o dito e o visto, pois integra produtos da história religiosa cristã: a cena bíblica do aparecimento de uma pomba branca que representa o Divino Espírito Santo, quando manifes-

tado no batismo de Jesus Cristo, de acordo com esse discurso religioso.

Tradicionalmente, os fiéis de Mogi das Cruzes sabem que há bandeiras que trazem desenhos mais simples e outras que trazem o Divino sobre sete raios, que simbolizam os Dons do Espírito Santo, de acordo com os saberes cristãos. Há uma interdiscursividade subjacente a essas linguagens não verbais e sentidos gerados nesse sincretismo.

A confecção da Bandeira é um trabalho manual, realizado geralmente pelo próprio devoto, e pode ser bordado, pintado ou aplicado. Ela é parte imensurável da tradição e da cultura dos fiéis, tradicionalmente presente no cotidiano dos devotos do Divino. Segundo os sentidos que subjazem essa prática social, a confecção da Bandeira caracteriza um padrão de comportamento, um ato comunicativo, isto é, manifesta sistemas de valores culturais religiosos.

No caso da Bandeira do Divino, para alguns ela é um símbolo de fé e devoção, já para outros, representa somente a festa, como no sentido comercial e festeiro da comemoração. À luz da Semiótica greimasiana, há uma interdiscursividade, porque as linguagens que caracterizam a rede de comunicação nesse evento cultural, em que se mantém o sujeito mogiano, apresentam universos de discursos das políticas públicas culturais, da religião e outros, como o da economia local, ou publicitário que, por sua vez, refletem diferentes sistemas de valores.

Chauí (1997) ressalta que a linguagem simbólica está intimamente ligada à emoção e à afetividade do indivíduo e se manifesta, através de analogia e metáforas (mito, religião, conto, poesias e arte) por meio das quais este compreende o mundo e se conecta a ele.

A imagem é um texto não verbal que no sincretismo de linguagens constitui-se de um processo de identificação cultural, porque manifesta um sistema de valores, que decorre sempre de um processo de atualização, que é buscar na memória o sentido para aquela imagem.

Segue uma análise semiótica da estrutura narrativa do discurso religioso cristão manifestado neste texto, bem como de sua figuratividade.

A manipulação dos sujeitos

Tendo como base o texto não verbal da Bandeira do Divino, propõe-se uma análise semiótica do discurso religioso cristão, em que a imagem da pomba é atualizada em discurso. Esse discurso retoma o discurso bíblico, quando do Batismo de Jesus Cristo.

Na análise da narratividade desse discurso, descreve-se a transformação, que vai caracterizar a ação. Essa formalização é necessária, na metodologia semiótica, para a instauração de uma sintaxe narrativa, desloca-se a problemática semântica para a noção de estado.

A definição de um ato como 'o que faz ser' permite que se reconheçam dois predicados: *fazer x ser* (enunciados de ação e enunciados de estado) que constituem uma narrativa mínima: Estado Inicial; Ação / Transformação e Estado final.

Os Enunciados de Estado (inicial e final) e Enunciado de Transformação (do *Fazer*) a partir da relação de *Junção* – relação entre Sujeito e Objeto de Valor – que pode ser: relação de *Conjunção* (ter ou conservar o objeto) e relação de *Disjunção* (não ter alcançado ou conservado o objeto). Esse percurso do Sujeito, de *ter/ não ter alcançado/ conservado o Objeto de Valor*, é que se caracteriza como Enunciado de Transformação.

Segundo essa metodologia semiótica de análise do discurso, no nível narrativo, há a instauração do Destinatário (D^{ário}), o Sujeito (S¹) Novo Fiel, pelo Destinador (D^{or}) Igreja Católica, no percurso de manipulação.

Tem-se, então, o Sujeito (S¹), na ordem de querer o Objeto de Valor (OV) Fé, no percurso da ação, que tem como Adjuvante (Adj) a Bandeira do Divino e como Oponente (Op) outras religiões.

Segue o modelo canônico de análise da narrativa mínima desse discurso:

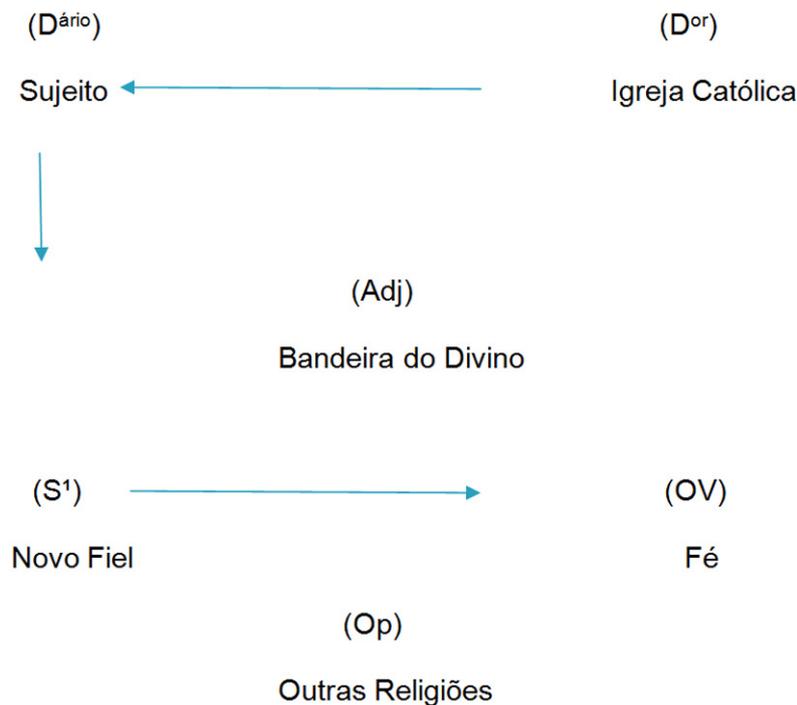


Figura 2 - Estrutura narrativa

É pertinente lembrar que o discurso religioso atualizado pelos sentidos gerados na articulação das linguagens verbal e plástica no texto da Bandeira do Divino não reflete imediatamente um discurso publicitário ou de propaganda. Evidenciam-se culturalmente, antes, as questões de natureza de fé, no intuito evangelizar, trazer novos fiéis numa perspectiva de valores e crença.

Segundo Pais (2006), os sistemas de valores e crenças se manifestam nas linguagens e símbolos nas sociedades humanas e esses se repetem e se recriam num emaranhamento temporal, assim são as bandeiras do Divino Espírito Santo, nas procissões e peregrinações elas portam os valores e as crenças de sujeitos, cujos discursos, em seu nível semântico fundamental, são atualizados com novos valores, pois a significação, que pode ser entendida como uma relação de dependência entre o plano do conteúdo, dos

significados e geração de sentido, e o plano da expressão, dos significantes e parte material do signo, plástica ou fonética, também, é entendida como processos de significação, que se armazenam na memória, recuperam-se e se transformam permanentemente.

O centro dos valores da religião cristã é a pomba no topo da bandeira e em seu interior, lugares de destaques para: O Espírito Santo, crença, originária de Portugal que se espalhou com inúmeras variações folclórico-religiosas no território nacional como Festa do Divino (MELO & BONINI, 2012).

A seguir, apresenta-se um texto verbal, a letra da canção, do compositor Ivan Lins que reforça, na sua superficialidade discursiva, valores gerados na semântica fundamental e manifestados no plano de expressão verbal, sua figuratividade verbal.

Bandeira do Divino⁴

*Os devotos do Divino vão abrir sua morada
Pra bandeira do menino ser bem-vinda, ser louvada, ai, ai
Deus nos salve esse devoto pela esmola em vosso nome
Dando água a quem tem sede, dando pão a quem tem fome, ai, ai*

*A bandeira acredita que a semente seja tanta
Que essa mesa seja farta, que essa casa seja santa, ai, ai
Que o perdão seja sagrado, que a fé seja infinita
Que o homem seja livre, que a justiça sobreviva, ai, ai*

*Assim como os três reis magos que seguiram a estrela guia
A bandeira segue em frente atrás de melhores dias
No estandarte vai escrito que ele voltará de novo
E o Rei será bendito, ele nascerá do povo, ai, ai.*

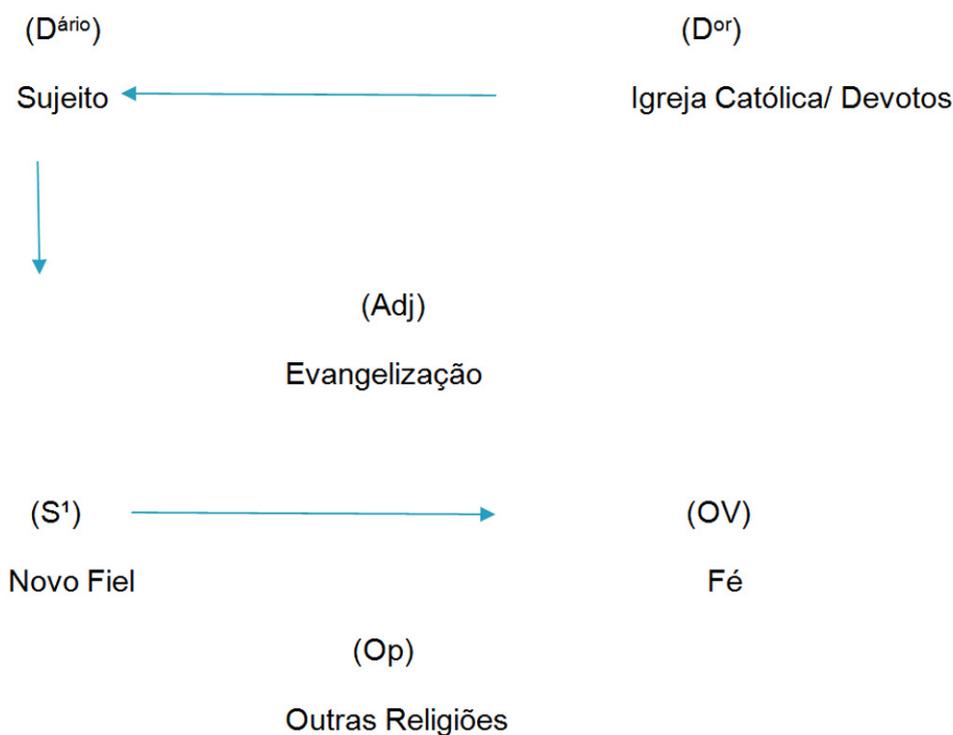


Figura 3 - Estrutura narrativa

Num texto verbal, não verbal ou sincrético, os valores gerados no nível da semântica fundamental constituem a narratividade, num percurso gerativo do sentido. Essa estrutura narrativa é um percurso de ação e transformação, com seus sujeitos narrativos e objetos investidos de tais valores.

E, numa estrutura superficial do discurso, a da discursividade, com a intervenção do enunciador, aparecem os atores, o tempo e o espaço, os temas e as figuras caracterizando-se os percursos temáticos e figurativos.

Nessa análise, focou-se apenas a estrutura narrativa, segundo essa metodologia semiótica.

Considerações finais

Essa perspectiva de análise semiótica da Bandeira do Divino, por meio do estudo das estruturas do discurso, segundo a Semiótica, tornou possível a reconstrução do processo discursivo. Por meio de modelos que descrevem a dinâmica discursiva, segundo a Semiótica do discurso, verifica-se que o processo de produção, acumulação e transformação do saber, bem como da significação e da informação, recortes culturais, sustentam, numa cultura, sistemas de valores que se apresentam nas situações de comunicação, por meio de diferentes linguagens.

Configura-se, assim, uma rede discursiva coerente, segundo a cultura e sistemas de valores, em que circulam e inter-relacionam-se diferentes linguagens. Segundo Pais (2007), por meio da reconstrução do discurso, na análise semiótica, examinam-se cognições, significações, recortes culturais próprios de uma cultura, que habilitam ao convívio e conferem a consciência e o sentimento de

pertinência ao grupo, de sua permanência e continuidade no eixo do tempo.

A semiótica tem se mostrado bastante abrangente na construção e reconstrução de significados de bens culturais, que num futuro bem próximo pode auxiliar a tomada de decisões no cenário das políticas culturais.

Bibliografia

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

CAMPOS, J. F. (org. e dir.) *O Divino em Mogi das Cruzes: quatrocentos anos de devoção, aspectos históricos e iconográficos*. Mogi das Cruzes: Associação Pró Festa do Divino Espírito Santo. 2013.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

ERIKSEN, T.H. Some questions about flags. In. ERIKSEN, T.H., JENKINS, R. (ed.) *Flag, Nation and Symbolism in Europe and America*. London/ New York: Routledge, 2007.

GREIMAS, A. J. *Del Sentido II. Ensaio Semióticos*. Madrid: Gredos, 2001.

GREIMAS, A. J. ; FONTANILLE, J. *Semiótica das Paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

LEVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papirus Ed., 1989.

LINS, I. MARTINS, V. *Bandeira do Divino*. Disponível em <http://www.radio.uol.com.br/letras-e-musicas/ivan-lins/bandeira-do-divino/654_381?cmpid=clink-rad-ms> Acesso em 13dez.2014.

MELO, E. M., BONINI, L. M. M. Criatividade na cultura popular: a semiótica das políticas públicas de sustentabilidade. *Acta Semiótica et Linguística*, v. 17, n.2, 2012. p. 80-89.

MOGI DAS CRUZES. *Decreto 7.970 de 10 de setembro de 2007*. Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural, Artístico e Paisagístico de Mogi das Cruzes e Conselho Municipal de Cultura. In. www.mogidascruzes.gov.sp.br Acesso em 12.jan.2015

PAIS C. T. Propaganda e Publicidade no interdiscurso. Os sujeitos dos discursos científico e tecnológico em busca de seus objetos de valor. *Revista Philologus*. Ano 11, nº 31. Rio de Janeiro:CIFEFIL, jan/abril, 2005.

PAIS C. T. Considerações sobre a Semiótica das Culturas, uma ciência da interpretação: inserção cultural, transcódificações transculturais. *Acta Semiótica et Linguística*. Vol. 11. Ano 30. São Paulo: 3ª Margem, 2007, p. 149-157.

PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphin. O sincretismo entre a semiótica verbal e visual. *Revista Intercâmbio*. Vol. XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006. Disponível em <<http://www4.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/pietroforte.pdf>> Acesso em 14.dez.2014.

PORTAL G1. *Festa do Divino Espírito Santo, 2014*. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/mogidas-cruzes-suzano/festa-do-divino/2014/noticia/2014/04/artesaos-ja-produzem-bandeiras-para-festa-do-divino-de-mogi-das-cruzes.html>> Acesso em 18.nov.2014.

Recebido em 20/01/2015
Aprovado em 15/02/2015

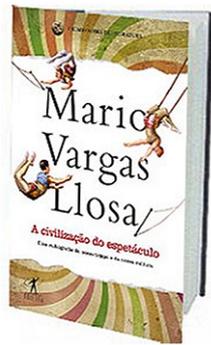
1 Márcia das Dores da Cunha Alves Valim, Especialista em Ensino Lúdico pela Universidade Federal de São Paulo, Brasil. Contato: marcia.valim@yahoo.com.br

2 Rosália Maria Netto Prados, Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Professora Titular da Universidade de Mogi das Cruzes, Brasil. Contato: rosalia.prados@gmail.com

3 Luci Mendes de Melo Bonini, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professora Adjunta da Universidade de Mogi das Cruzes, Brasil. Contato: lucibonini@gmail.com

4 Música de Ivan Lins e Vitor Martins.

Resenhas



RESENHA: VARGAS LLOSA, Mario.
A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, 208p.

Andressa Paula de Andrade¹

Introdução

O autor abre sua obra colocando sobre a mesa uma fotografia da cultura atual. Apropria-se das ideias de T.S. Eliot em que o mesmo delimita a cultura como sendo estruturada em três instâncias: indivíduo, grupo e elite. Para este autor, a cultura pertence a uma minoria e assim deve ser para que se mantenha de qualidade.

Mais adiante revela o trabalho de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, na obra *A cultura-mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*, em que se analisa que neste momento de estreitamento de fronteiras, a cultura passou a ser um artigo de consumo das massas sem qualquer necessidade de formação alguma, sem referentes culturais e eruditos. A cultura-mundo seria responsável por imbecilizar o homem. Neste sentido, ele cita que o fato de grandes multidões visitarem museus e monumentos históricos não

significa que estes possuam um interesse pela “alta cultura”, mas mero esnobismo, visto que tais visitas se converteram em obrigações turísticas.

Outrossim, assinala que uma diferença substancial entre a cultura pretérita e atual é que aquela visava transcender, enquanto a atual possui um único fim: entreter e divertir. Para a presente cultura, o sucesso comercial é essencial.

I. A civilização do espetáculo

Inicialmente, pretende o autor conceituar o que seria a Civilização do Espetáculo. Para tanto, assinala que o entretenimento e a diversão são uma paixão universal. Soma-se a isso o fato de que a quantidade está tomando o posto de qualidade, propiciando o desaparecimento da alta cultura e massificação da própria ideia de cultura. Ainda, assinala de que a crítica que no passado assumia um papel extremamente relevante, agora se encontra em extinção, salvo se esta também se converter em espetáculo.

Vale ressaltar que o autor alega que a publicidade exerce um papel importante nesta sociedade, influenciando gostos, sensibilização e costumes. Anteriormente tal papel ficava a cargo de correntes filosóficas e hoje é tomada pelos diretores de criação das agências publicitárias.

Alerta, também, que o laicismo apenas ganhou espaço sobre as religiões de forma aparente, pois, há uma enorme proliferação de seitas, cultos e formas alternativas de práticas religiosas.

Da mesma maneira, declara que o intelectual – a figura pitoresca – tem desaparecido, pois, só farão sucesso aqueles que se renderem aos espetáculos e polêmicas, características da moderna sociedade.

Por fim, erige-se como aspecto importante a afirmação de que há a perda de referenciais para diferenciar o que seria e o que não seria a arte. O único critério utilizado não possui nada de artístico, mas é imposto por um mercado controlado pelas galerias de arte.

II. Breve discurso sobre a cultura

Neste capítulo o autor passa a analisar que a ideia de cultura que anteriormente apesar de controvertida, poderia ser ao menos apreendida, agora está inflada a ponto de não ser possível distinguir explicitamente o que de fato é.

Há o resgate da ideia de que progresso científico e tecnológico não se confunde com expansão cultural, mas sim o aumento de especialistas. Logo, conhecimento não pode ser interpretado como um tronco cultural, visto que nem sempre ciência e cultura se fundem. Ao contrário da ciência que progride, as letras e as artes se renovam, mas não progridem, resultando que especialização e progresso, inseparáveis do conhecimento científico, é inválida para as artes.

III. É proibido proibir

Aqui o autor partindo de uma análise do papel de Michel Foucault na revolução de 68 na França e toda a sua filosofia de que em todos os discursos haveria uma forma de dominação acabou por desaguar em sofismas e artifícios intelectuais. Ademais, a filosofia *foucaultiana* visava, ao menos, contestar a “autoridade”.

Partindo do posicionamento de Alan Sokal e Jean Bricmont, em seus *Imposturas Intelectuais*, critica alguns pensadores que se utilizavam do domínio da linguagem para ocultar a mesquinhez de seu pensamento a exemplo de Jacques

Lacan, Paul Virilio, etc. Ressalta que a literatura abarca toda a experiência humana, pois impinge na vida humana uma modulação inevitável. Entretanto, crer que a literatura possui como única função o incremento da retórica, estar-se-á entregando ao desatino conceitual.

IV. O desaparecimento do erotismo

Neste bloco, o autor ressalta que a euforia para com o espetáculo também invadiu o campo do erotismo. Neste sentido, o autor ressalta que em que pese as revoluções sexuais, a emancipação feminina e o tratamento do sexo como uma extensão humana, houve uma desumanização da atividade sexual.

Assim, crê que a exposição explícita em praça pública do sexo não é uma evolução, mas ao contrário, uma regressão a tempos primitivos em que viam na atividade sexual um único fim: acasalar e procriar.

Prossegue discorrendo que a quebra de preconceitos que é inegavelmente libertador não poderá convergir para a perda de protocolos e rituais, algo essencialmente humano na atividade sexual.

Ressalta ainda que o erotismo sempre assumiu uma fonte artística enorme, mas parece estar com os dias contados pela desnudação e empobrecimento humano da matéria sexual. Como tudo na Civilização do Espetáculo, o sexo também passou a ser um produto a ser consumido e descartado.

V. Cultura, política e poder

Mario Vargas Llosa abre este capítulo discutindo que política e cultura não dependem uma da outra e o perigo de uma possível dependência é que a cultu-

ra poderia acabar se transformando em propaganda como ocorreu em regimes ditatoriais. Já na sociedade aberta, há um intercâmbio entre cultura e política.

Outrossim, informa que na sociedade atual a política se encontra em franco desprestígio. Houve uma queda acentuada no nível intelectual dos políticos em todo e qualquer canto do mundo. No mesmo diapasão, as democracias se encontram desgastadas e sua conseqüência inevitável é o desinteresse populacional por essa atividade.

Como fator preponderante para a banalização política, o autor ressalta o papel que a mídia sensacionalista ocupa ao transformar os fatos sociais em espetáculo, não respeitam o âmbito privado profissional, pois o festejo ao medíocre é um entretenimento ao entediado. Como fato antecessor, o autor exemplifica que as fronteiras entre público e privado foram rompidas e a exibição irrestrita tornou-se a regra.

VI. O ópio do povo

No último capítulo há a análise do papel da religião na civilização do espetáculo. Contrariando prognósticos, o avanço científico e o esclarecimento de questões que outrora eram mistérios, o homem não renegou o papel da religião. Ao contrário, apenas algumas minorias se emanciparam da necessidade religiosa.

A título de exemplo, ele cita o caso do *islamismo*, religião fundamentalista que vem se expandindo e transforma o Estado em seu instrumento. Logo, não foi o laicismo que se expandiu, mas a religião e as seitas.

Declara que o fato de a religião existir e estar se recrudescendo não comprova a existência de Deus, mas denuncia que muitos técnicos e cientistas de destaque não renunciaram a sua divindade

que garante uma vida depois da morte. No mesmo sentido, a presença da religião não garante que haja um freio à violência e ao mal nas relações humanas.

Por derradeiro, compreende-se que a reflexão mais interessante deste capítulo está na ideia de que o laicismo é uma característica essencial de uma sociedade que tenha como princípio a liberdade. Isso garante a proteção da pluralidade religiosa e sua alocação na esfera privada.

Conclusão

Em suas conclusões o autor resgata todos os seus argumentos e negrita a ideia de que democratização, crescimento de vendas dos livros, progresso científico e tecnológico não estão umbilicalmente ligados ao avanço cultural.

Se a cultura no passado funcionava como um canal que denunciava problemas, enunciava o futuro e modifica as estruturas, agora ela passa a salvar as pessoas do tédio, divertindo-as e as levando a um paraíso artificial.

Na sociedade do espetáculo, a cultura profunda, reflexiva é aquela que interpolava o tempo já não possui espaço, salvo a pequenos sobreviventes. Nesta civilização, a finalidade da cultura é apenas divertir e não modificar as estruturas.

Recebido em 01/12/2014
Aprovado em 21/01/2015

1 Andressa Paula de Andrade, pesquisadora da Universidade Estadual de Maringá, Brasil. Contato: aandressa-andrade@hotmail.com



RESENHA: VICH, Victor. **Desculturizar la cultura. La gestión cultural como forma de acción política.** Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2014, 136 p.

Mónica Bernabé¹

O ¿Ofrecer o quitar? Para Víctor Vich este es el dilema central desde el cual partir para la formulación de una política cultural eficaz: desculturizar. Cultura es una noción ambigua, cargada ella misma de una serie de contradicciones que este libro se propone desentrañar. Entenderla como capital simbólico sería correcto, pero insuficiente. La cultura es además un *habitus*, un conjunto de creencias y prácticas que nos han socializado, es un estilo de vida que hemos naturalizado, que nos ha constituido como lo que somos y que tendemos a reproducir y que tiende a neutralizarnos. La noción de cultura, como sostiene Terry Eagleton, contiene una irresoluble tensión interna entre producir y ser producido, esto es, refiere tanto a una forma de control social, de disciplinamiento y reproducción de reglas como a la capacidad de crear algo nuevo para cambiar la vida. Si somos producidos como sujetos por algo que nos antecede, desculturizar – en los términos que lo propone Vich - es la posibilidad de atender contra los estereotipos culturales, contra el sentido común,

contra lo naturalizado, contra las complicidades de la cultura con el poder. De ahí que todo proyecto de política cultural que trabaje para la justicia social debería comenzar por hacer visible la articulación entre cultura y la dominación, es decir, la observación de los factores económicos, políticos y sociales que generan la desigualdad en el capitalismo.

“Sobre cultura, heterogeneidad, diferencia y poder” es el título del primer capítulo donde Vich reflexiona sobre una serie de palabras claves que articulan las argumentaciones del libro. Desculturizar significa dejar de preguntar por la identidad y accionar por darle visibilidad a las diferencias, a las exclusiones, a los que restan. De ahí que desculturizar sea poner en cuestión las políticas de lo mismo viabilizadas por los Estados latinoamericanos en el momento de formular sus imaginarios nacionales hacia fines de siglo XIX tanto como a las políticas del actual multiculturalismo que celebran la pluralidad para proponer “inclusión” y “respeto” sin afectar el marco de la desigualdad dominante. “¿Cómo podríamos articular – pregunta Vich - una política cultural que respete la diferencia y que, al mismo tiempo, no caiga en el relativismo situado en el corazón mismo de los impulsos populistas? Uno de los temas relacionados con el relativismo es el de la peligrosa *inflación* de lo cultural que desemboca en marketing de lo diferente que alienta la agenda del capitalismo postindustrial. Superar el relativismo consistiría en postular una política cultural sustentada en la crítica al funcionamiento del poder que invisibiliza las desigualdades.

El tema de la cultura en América Latina está asociada, desde los comienzos de la conquista, con la problemática de la identidad, es decir, con la imaginación de un otro casi siempre amenazante. Este es el eje del segundo capítulo, “Lo intercultural, lo subalterno y la dimen-

sión universalista” donde Vich puntea la agenda de los problemas centrales para el desarrollo de las políticas culturales en América Latina, en particular, de la emergencia de los particularismos que terminan imaginando un otro casi siempre amenazante. La cuestión de las identidades remite a una noción de cultura como algo autogenerado, que al decir de Fredric Jamenson, termina en el conjunto de estigmas que un grupo porta frente a los otros, más aún, toda identidad ha sido constituida sobre la base de un antagonismo difícil de controlar. En este punto, el análisis de Vich recurre a los aportes del psicoanálisis lacaniano reactivados por Slavoj Žižek a los fines de argumentar sobre las estrategias de desculturización de la cultura: “El sujeto, en efecto, recibe un conjunto de leyes – la “masculinidad”, el “gusto”, y la “propiedad”, por ejemplo - y debe identificarse con ellas aunque las resista inconscientemente” (p. 45). Junto con muchos otros investigadores, Víctor sostiene que las identidades son un rol, una *performance*, que cumplimos y que va transformándose con el tiempo. En este sentido, apelar a la teoría de la *performance* es abrirse a una posibilidad política, vale decir, perfilar un dispositivo de transgresión ante la normatividad impuesta. Las identidades se diseminan en distintas posiciones y roles: uno puede ser argentino y también puede ser indio, pero también puede ser mujer y desempleada. Entonces, la identidad deja de ser una identificación fija e impuesta para volverse una categoría relacional en tanto que resultado de un complejo proceso de interacción entre muchos factores sociales y políticos.

Esta dimensión relacional de la identidad está estrechamente vinculada a la definición de la *interculturalidad*, un aspecto de la teoría que tiene consecuencias radicales para el diseño de una política cultural resistente a la opción de lo “políticamente correcto” que propone

el poder homogeneizador: “Un proyecto intercultural (...) promueve la agencia de las culturas marginadas y puede activar procesos de desubalternización y descolonización social” (p. 47). Con respecto a esta última propuesta, Vich alerta rápidamente sobre los peligros de la recaída en el etnocentrismo que suelen acarrear ciertos “esencialismos locales que en lucha por alcanzar mayor inclusión social, terminan por producir la ilusión de una identidad cerrada donde el otro siempre se figura como un enemigo”. Si muchas veces la posibilidad de construir nuevas relaciones se encuentra boicoteada por los mismos involucrados, lo que importa es subrayar que “las políticas culturales tienen como reto preguntarse tanto por la *diferencia* como por la *igualdad*” (p. 49). De ahí que la interculturalidad es un concepto que también debe apuntar a la semejanza, al estar en común en medio de las diferencias aunque sin olvidar que en general, los diálogos ocurren en un contexto marcado por la dominación y la desigualdad económica.

Vich pone énfasis en la economía política para pensar las prácticas culturales y resistir a las nociones de autonomía de la cultura. De ahí que su análisis no rehúya traer a presencia la idea de *clase social* que, si bien en la actual coyuntura histórica resulta difícil definirla dentro de los paradigmas clásicos, resulta imprescindible para pensar los antagonismos presentes en la disputa por los sentidos en el sistema de des-distribución impuesto a escala global por el capitalismo neoliberal. El planteamiento de la cuestión del otro en relación a las formas del ejercicio de poder deriva en una consideración de las múltiples dimensiones de la sujeción para lo cual Vich retoma las discusiones contemporáneas sobre la categoría de *subalternidad*. En este sentido, la complejización de la constitución de las clases sociales llevan intrínsecos los problemas de la

etnicidad (y la racialización de las fuerzas laborales) y los problemas de género (y el costado reproductivo de la sociedad patriarcal).

Si bien la interculturalidad parece situarnos en el ámbito de la sociedad civil, el de la subalternidad está asociado al Estado-nación en tanto impugna dicho proyecto por haber defecionado de su rol histórico. Lo interesante de la propuesta de Vich es que piensa a las políticas culturales en términos de articulación de diversos actores que trabajan en diferentes escalas: la sociedad civil, el Estado y el mercado a los fines de interculturalizar las instituciones, las leyes, la vida cotidiana, los grupos de personas.

Los riesgos de gestionar constituyen los ejes del análisis del tercer capítulo. Allí se postula que la política cultural no puede limitarse a lo meramente administrativo sino que se constituirá como tal en la medida que se proponga el desafío de afectar las bases del orden estatuido. Es decir, una política cultural es una política de intervención social que promueve cambios en los imaginarios sociales, en los sentidos comunes, en la producción de subjetividades. Por esto, otra de las preguntas centrales del libro gira en torno de los destinatarios de las políticas culturales. ¿Las políticas culturales tienen afán educativo? ¿Sirven para formar a la gente? ¿Para orientar sus gustos y consumos? ¿Para fomentar valores y actitudes progresistas? La respuesta a estos interrogantes será clave para cualquier política que aspire a un cambio radical: si la realidad, como sostiene Žižek, no es algo exterior a la ideología sino que hay que entenderla como una entidad que ha sido configurada y producida por la ideología misma, las políticas culturales deberán “apuntar hacia el tipo de socialización hegemónica, es decir, a las fantasías ideológicas que sostienen el orden social” y ya no a sujetos aislados (p. 75). Las políticas

culturales, entonces, constituyen prioritariamente una tarea de desconstrucción de los imaginarios que la sostienen como si se tratara de algo natural y definitivo. Se trata de desmontar los intereses autoritarios y patriarcales, las matrices del racismo y la discriminación, las estructuras de sometimiento social. De ahí que entre las ideas que alienta el trabajo de Vich adquiera especial relevancia la noción de la *cultura como recurso* de George Yúdice y el giro epistemológico que tal definición impone a la gestión: no sólo se trata de articular los distintos actores sociales sino que fundamentalmente enunciar diferentes narrativas que permitan superar la crisis actual de representación política y renovar la esfera pública generando nuevos recursos simbólicos.

Vich parte de la misma constatación que hace unos años registró Eagleton: “es mucho más fácil mover montañas que cambiar los valores patriarcales. La clonación de ovejas es un juego de niños comparado con tratar de persuadir a los machistas de que abandonen sus prejuicios. Las creencias culturales son muchos más difíciles de arrancar que los bosques” (p. 92). Para tales cometidos es imprescindible la formación de una nueva generación de gestores culturales que articulen estrategias para la desidentificación con lo establecido y desestabilización de los imaginarios hegemónicos. También se necesitan herramientas para que los pueblos puedan formular relatos alternativos. En este sentido, el trabajo en el área de cultura – dice Vich - ya no será entendido como la organización de eventos sino como la configuración de un proceso y un conjunto de intervenciones sociales que trascienden la simple suma de espectáculos o de actividades desconectadas entre sí. Intervenir es una acción que tiene un alcance político sustancial: supone dar a ver, traer a presencia un asunto que afecta la vida comunitaria: la discriminación racial, la

violencia política, las opciones sexuales, los problemas ecológicos, la discusión de las ideas de progreso y desarrollo, entre otras. En este sentido, la gestión cultural se aproxima al concepto de *curaduría*, es decir, la acción de “seleccionar objetos simbólicos y construir con ellos guiones según la temática en la que se haya decidido intervenir” (p. 93).

Algo más: la cultura alcanza una dimensión transversal a la sociedad por lo que es necesario tomar como objetivo fundamental la acción de desocultar las dimensiones culturales de lo que aparentemente se presenta como no cultural: las políticas de vivienda, los proyectos mineros, las políticas de seguridad, los derechos laborales apuntan a la calidad de vida, que también es una reivindicación a todas luces cultural. En consecuencia, la cultura debería ser el agente coordinador y constitutivo de las demás políticas sociales al tiempo que estructurante de distintos sectores: el trabajo, la salud, el desarrollo urbano o medio ambiente: “no puede haber una política cultural relevante si no participa en las decisiones sobre las políticas económicas [...] Ninguna política económica es jamás, en efecto, algo simplemente económico. Las medidas económicas producen subjetividades acorde a sus propios intereses, pues llevan implícito un ideal de la vida en sociedad y una definición del individuo que siempre se puede cuestionar” (p. 96).

Entonces, ¿para qué sirven las políticas culturales? Está claro que ellas no van a resolver los problemas sociales pero sí pueden reformular los problemas mismos, modificar el marco ideológico desde los cuales ellos son percibidos. Desculturizar la cultura es comenzar a construir una nueva política que active los mecanismos que nos permitan ser “más justos ante los demás y ciertamente más críticos de nosotros mismos” (p. 21). *Desculturizar la cultura* supone

abandonar nuestros propios prejuicios, los esquematismos, los dogmas cristalizados, los valores vaciados de sentidos. Nada más acertado, entonces, que repetir el epígrafe con el que Víctor Vich retorna al pensamiento intempestivo de Friedrich Nietzsche:

-Yo traigo a los hombres un presente.
-No les traigas nada –dijo el santo-.
Antes bien, ¡quítales algo!

Recebido em 14/01/2015
Aprovado em 15/02/2015

1 Mónica Bernabé, professora da Universidad Nacional de Rosario, Argentina Contato: monicabernabe02@gmail.com